

Maria de Lourdes Soares
(Org.)

A SOCIEDADE EM CONTEXTO:

História, transformações e desafios



LICURI



Maria de Lourdes Soares
(Org.)

A SOCIEDADE EM CONTEXTO:

História, transformações e desafios



LIGURI

© 2023 Editora Licuri
Rua Florianópolis, 800
CEP: 58417-240 - Campina Grande, Paraíba
E-mail: contato@editoralicuri.com.br
Site: editoralicuri.com.br

Produção Editorial

Editor Chefe: Dr. Jaily Kerller Batista de Andrade

Revisão: Os Autores

Diagramação e Capa: Aline Soares de Barros

Créditos da capa: Editora Licuri

Conselho Editorial:

Dr. Leandro Donizete Moraes

Dra. Priscila Bernardo Martins

Dr. João Paulo Laranjo Velho

Dra. Nádia Vilela Pereira

Dr. Jaily Kerller Batista de Andrade

S676 Soares, Maria de Lourdes.

A sociedade em contexto: História, transformações e desafios /Maria de Lourdes Soares - Campina Grande: Licuri, 2023.

Livro digital (119 f.: il.)

ISBN 978-65-85562-19-5

DOI <https://doi.org/10.58203/Licuri.2195>

Modo de acesso: World Wide Web

1. Área Urbana - Brasil. 2. Ciências Humanas - Brasil. 3. Sociedade. I. Soares, Maria de Lourdes, org, II. Título. Brasil. III. Título.

CDD - 613



O conteúdo deste livro está licenciado sob atribuição de licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

O conteúdo dessa obra e a sua revisão expressam estudos, opiniões e abordagens que são de responsabilidade exclusiva dos autores.

APRESENTAÇÃO

Este livro propõe uma profunda exploração das dinâmicas sociais que permeiam nossa história, destacando temas que moldaram e continuam a moldar a complexa tapeçaria da sociedade global em uma jornada multifacetada, que abrange desde questões históricas marcantes até desafios contemporâneos que exigem reflexão crítica.

Exploraremos a intrincada rede de desafios enfrentados pelas mulheres em contextos de conflito, abordando a impactante temática da escravidão sexual e sua relação com a intervenção do Tribunal Penal Internacional, como evidenciado no caso de Dominic Ongwen. Em paralelo, aprofundaremos nossos conhecimentos na Teoria da Reprodução Social de Tithi Bhattacharya, que oferece uma perspectiva esclarecedora sobre as relações de poder e desigualdades presentes em nossa sociedade.

Os capítulos subsequentes nos conduzirão por diversas realidades e temáticas, desde a rica preservação da cultura tradicional dos indígenas Tabajara até as transformações profundas enfrentadas pela juventude em meio à pandemia de COVID-19. Abordaremos as nuances das relações geracionais, analisando o passado, presente e futuro, e exploraremos como a ergonomia e espiritualidade podem ser pontes cruciais no mundo do trabalho diante da quarta revolução industrial.

Em meio às narrativas históricas, destacaremos a contribuição de Goiás na Guerra do Paraguai e, de maneira mais ampla, realizaremos uma trajetória bibliométrica que reflete sobre a igualdade de gênero e o ambiente vivencial na Década de Ação para a Agenda 2030 das Nações Unidas. Este compêndio visa não apenas informar, mas também inspirar uma compreensão mais profunda da sociedade em seu contexto diversificado, estimulando reflexões críticas que transcendem as páginas deste livro.

SOBRE A ORGANIZADORA DA OBRA

Maria de Lourdes Soares

Post Doctor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, SP, 2018), Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1989), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1995), Licenciatura em Ciências pela Universidade Federal da Paraíba (1982). Professora titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qual foi coordenadora do Laboratório de Estudos e Práticas Sociais (LEPS/DSS/UFPB), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB) e Chefe do Departamento de Serviço Social (DSS/CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com experiência na área de Antropologia cultural, questão regional Nordeste, questão rural e urbana. Atua principalmente nos seguintes temas: políticas sociais e assistência, pequena produção rural, habitação social, sociedades tradicionais, negação de direitos, desigualdades sociais, riscos sociais e precariedades nas áreas rurais e nos grandes centros urbanos, comunidade e inclusão.

SUMÁRIO

Teoria da Reprodução Social em Tithi Bhattacharya	1
Antoniél dos Santos Gomes Filho;	
Os indígenas Tabajara na preservação da sua cultura tradicional	8
Maria de Lourdes Soares; Maria José das Neves Silva; Camila de Lourdes das Neves Silva Silvestre	
Lenice Ribeiro Marinho	
Sociedade e juventude: um estudo bibliográfico sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na educação e no trabalho	23
Valdirene Hessler Bredow	
Gerações e sociedade: ontem, hoje e amanhã	38
Mario Rubens de Oliveira Carneiro	
Ergonomia e espiritualidade: uma ponte no mundo do trabalho rumo à quarta revolução industrial	50
Ana Camila de Oliveira Pereira; Ivanildo Fernandes Araújo	
Goiás e a Guerra do Paraguai (1865 - 1870)	69
Igor Eusébio Batista; Marcelo Santos Rodrigues	
Trajetória bibliométrica sobre igualdade de gênero e ambiente vivencial na Década de Ação para a Agenda 2030 das Nações Unidas	85
Valdenildo Pedro da Silva; Julliany Maria Lima Silva; Karla Lorena Lima de Lira; Edilson Xavier de Lima	
Escravidão sexual de mulheres e a intervenção do tribunal penal internacional: breve análise do caso Dominic Ongwen violência	99
Joana Karen das Neves Silva Machado; Maria José das Neves Silva	

Teoria da Reprodução Social em Tithi Bhattacharya

Autor:**Antoniél dos Santos Gomes Filho**

Mestre em Educação (UFC).
Pesquisador do Núcleo de Estudo e
Pesquisa em Ensino de Ciências e
Biologia (NepecBio - URCA/CNPq) e do
Grupo de Pesquisa sobre
Contemporaneidade, Subjetividades e
Novas Epistemologias (G-Pense -
UPE/CNPq). Professor da Universidade
Regional do Cariri, Campos Sales-CE

Resumo

Releituras contemporâneas dos escritos e formulações teóricas sociais e econômicas de Karl Marx, tem sido realizada por pensadoras feministas, tencionando especificamente o trabalho doméstico reprodutivo e suas interfaces com as questões de gênero, sexualidade e raça, em perspectiva histórica, bem como, no cenário neoliberal mundial contemporâneo. O presente estudo tem como objetivo: apresentar uma reflexão-síntese sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS) presente nos escritos de Tithi Bhattacharya. Partindo de uma abordagem qualitativa, de nível exploratório, o presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre TRS. Considera-se com base nos escritos de Bhattacharya que o trabalho humano é central na criação e reprodução da sociedade, todavia, no capitalismo (neoliberal) o trabalho que é reconhecido, é aquele de tipo produtivo e que gera acumulação de capital, ao passo que, os trabalhos de reprodução do trabalhador (cuidados familiares, domésticos e comunitários), não são reconhecidos e não remunerados no espaço do lar.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Tithi Bhattacharya. Trabalho reprodutivo.

DOI: 10.58203/Licuri.21951

Como citar este capítulo:

GOMES FILHO Antoniél dos Santos. Teoria da Reprodução Social em Tithi Bhattacharya.

In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A**

sociedade em contexto: História, transformações e desafios. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-7.

ISBN: 978-65-85562-19-5

INTRODUÇÃO

Releituras contemporâneas dos escritos e formulações teóricas sociais e econômicas de Karl Marx (1818-1883), em especial: *O Capital - Livro I - O processo de produção do capital* (2023), tem sido realizada por pensadoras feministas, tencionando especificamente o trabalho doméstico reprodutivo e suas interfaces com as questões de gênero, sexualidade e raça, em perspectiva histórica, bem como, no panorama neoliberal mundial contemporâneo (Federici, 2019; Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019).

Nesse cenário, Tithi Bhattacharya, professora de história sul-asiática e diretora de estudos globais da Universidade de Purdue, em Indiana, nos Estados Unidos, é uma teórica de grande relevância para os estudos da Teoria da Reprodução Social (TRS), tendo no ano de 2017 organizado o livro: *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*, publicado no Brasil em junho de 2023, pela Editora Elefante, sob o título: *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. Como aponta Lise Vogel (2023, p. 13, grifo da autora), a “[...] teoria da reprodução social é provavelmente o primeiro livro a contar com o interesse ressurgente da década passada em desenvolver um entendimento coerente marxista-feminista da vida cotidiana no capitalismo.”.

Os contextos da vida cotidiano do capitalismo devem ser pensados para compreensão da manutenção deste sistema, como diz Nancy Fraser (2023, p. 45), quando reflete sobre a “crise do cuidado”, e as queixas das trabalhadoras no que tange o esgotamento social: “[...] essa expressão se refere a opressões de várias direções que hoje estão esmagando um conjunto-chave de capacidades sociais [...]”, tais como, a maternagem, os cuidados e manutenção familiares, de amizade e comunitário, acesso ao lazer e descanso. Fraser (2023) nos lembra que o trabalho de Reprodução Social histórico e contemporaneamente tem sido atribuído as mulheres.

Gayle Rubin (1993), em sua análise sobre os escritos de Marx nos lembra que no capitalismo é necessário um trabalho adicional, ou seja, o trabalho doméstico, que se torna fundamental para a reprodução do trabalhador/a. Rubin (1993), aponta que, o trabalhador/a recebe um salário e pode comprar produtos básicos para sua manutenção

de vida, estes produtos, por sua vez, não são de consumo imediato: ou seja, uma roupa usada precisa ser lavada e passada, um alimento precisa ser preparado e servido, a louça utilizada nas refeições precisa ser lavada e guardada para ser novamente utilizada, o lar do trabalhador/a precisa ser cuidado em diversas dimensões de limpeza e manutenção. É sob esse conjunto de trabalhos não remunerados e/ou com baixa remuneração que a TRS se desdobra para compreender o funcionamento do capital na atualidade, bem como, entender como as mulheres estão inseridas nesse circuito do capital, e seus atravessamentos de raça, classe e gênero (DAVIS, 2016).

Diante deste contexto, o presente estudo tem como objetivo: apresentar uma reflexão-síntese sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS) presente nos escritos de Tithi Bhattacharya.

Partindo de uma abordagem qualitativa (Denzi; Lincoln, 2006), de nível exploratório (Gil, 2009), o presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica (Fachin, 2006, Gil, 2009). Os materiais bibliográficos utilizados na pesquisa são autoria de Tithi Bhattacharya, como autora e colaboradora, e debatem sobre a TRS. Assim, para este estudo foram selecionados os seguintes textos: *Feminismo para os 99%: um manifesto* (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019); *Mapeando a teoria da reprodução social* (2023); e, *Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global* (2023).

Como visto em Lise Vogel (2023), há um desafio contemporâneo de reflexão e explicação sobre o que é a TRS. Desse modo, o estudo justifica-se no campo de expansão e interesse de pesquisadores/as brasileiros sobre a TRS, destacando que, com a recente tradução e publicação de *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*, a TRS no Brasil está sendo pensada de modo mais amplo, com novos escritos que se juntam as produções intelectuais sobre TRS já existentes em língua portuguesa (Fonseca, 2019).

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL EM TITHI BHATTACHARYA

A Teoria da Reprodução Social (TRS) compreende o trabalho em sua integralidade e complexidade humana, ou seja, considera o trabalho para além do trabalho produtivo,

considerando e integrando, o trabalho reprodutivo num conjunto mais amplo e total das relações de trabalho. A partir dessa ideia fundamental, pode-se pensar nos processos que envolvem o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, não em instancias separadas e sem conexão, mas sim, como faces de um mesmo processo de manutenção da sociedade e das relações cotidianas (individuais e coletivas) no capitalismo. Como aponta Bhattacharya (2023b, p. 19), “[...] os teóricos da reprodução social compreendem a relação entre trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte de uma totalidade sistêmica do capitalismo.”.

Outro ponto fundamental da TRS, é a releitura e suplementação da teoria marxista no que tange o entendimento sobre os processos de reprodução social, uma vez que, Marx em sua obra interessou-se sobre o processo produtivo do capitalismo. Assim, é interesse das teóricas/os da TRS compreender como a produção de mercadorias e a produção da vida está integrada, e, como a questão das opressões de gênero, raça e sexualidade, compreendidas como moldadas pelas relações de produção capitalista, não são analisadas como um complemento do processo econômico (Bhattacharya, 2023b).

Bhattacharya (2023b), alerta para a divisão analítica: exploração - como sinônimo de classe, e opressão - como sinônimo de marcadores sociais da diferença como gênero, raça e sexualidade, e outros. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 53), lembram que, “sociedades capitalistas sempre instituíram uma divisão racial do trabalho reprodutivo.”. Ou seja, esse olhar, instaura um nível abstrato de análise, que não corresponde ao nível concreto da vida, assim, a TRS busca uma analítica concreta da vida e sua produção e reprodução das condições materiais, que incluem instancias físicas, psíquicas e emocionais.

Importa a TRS compreender os processos de Reprodução Social, logo, “[...] é essencial reconhecer que os trabalhadores existem além do local de trabalho [...]” (Bhattacharya, 2023a). A Reprodução Social, como aponta Bhattacharya (2023b, p. 24-25) em menção, aos escritos de Johanna Brenner e Barbara Laslett, está ligada a uma série de “[...] atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida, diária e intergeracionalmente. Envolve vários tipos de trabalhos socialmente necessários - mental, físico e emocional [...]”. Essa variação de trabalhos está ligada as atividades de cuidado

familiares, domésticos e comunitários, que envolvem desde o cuidado e manutenção do lar, o cuidado com crianças e idosos, e a manutenção dos trabalhadores quando fora do trabalho produtivo.

Em, *Feminismo para os 99%: um manifesto*, Tithi Bhattacharya, junto com Cinzia Arruzza e Nancy Fraser, apresenta um caso real onde Suprema Corte de Taiwan condenou que um filho indenizasse sua mãe pelos custos de sua criação. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) analisam este caso, e escrevem:

O caso de Luo ilustra três aspectos fundamentais da vida sob o capitalismo. Primeiro, revela um pressuposto universal humano que o capitalismo preferiria ignorar e tenta esconder: que grandes quantidades de tempo e recursos são necessárias para dar à luz, cuidar e manter seres humanos. Segundo, enfatiza que muito do trabalho de criar e/ou manter seres humanos ainda é feito pelas mulheres em nossa sociedade. Por fim, mostra que, no curso normal das coisas, a sociedade capitalista não confere nenhum valor a esse trabalho, mesmo dependendo dele (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 73).

O caso analisado, mostra como o trabalho reprodutivo não é socialmente valorizado e não-remunerado, além de mostra-se generificado e racializado. Nesse quadro valorativo do trabalho produtivo, mesmo que exercido sob más condições, a ele é atribuído um salário e algumas garantias de direitos ao trabalhador/a, ao passo que, o trabalho reprodutivo, além de desvalorizado, não há nenhum tipo de retribuição salarial ou garantias de direitos.

Produção e reprodução social podem estar presentes no mesmo espaço. Bhattacharya (2023) nos lembra que, historicamente foi construída a ideia de espaço produtivo como espaço público, e espaço reprodutivo como espaço privado, onde o primeiro é assalariado e o segundo não-assalariado. Outro ponto, é que há socialmente trabalhos de reprodução social que são assalariados, ou seja, escolas públicas, assistência social, saúde pública etc., onde o Estado e destina recursos para a reprodução de mão de obra, a questão central é que, “[...] somente dentro de casa que o processo de reprodução

social permanece não assalariado.” (Bhattacharya, 2023, p. 129). Destaca-se que a TRS não observa as instancias econômicas (produção) e sociais (reprodução) como separadas, mas sim integradas e partes de um mesmo processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho humano é central na criação e reprodução da sociedade, todavia, no capitalismo (neoliberal) o trabalho que é reconhecido, é aquele de tipo produtivo e que gera acumulação de capital, ao passo que, os trabalhos que são responsáveis pela sustentação e reprodução do trabalhador, ou seja, os trabalhos de cuidados familiares, domésticos e comunitários não são reconhecidos.

Tithi Bhattacharya, nos lembra que é fundamental o reconhecimento do trabalho para além dos espaços e locais de produção e trabalho, desse modo, a TRS busca compreender como ocorre a Reprodução Social em sua totalidade, incluindo assim, o trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado, sendo este último, exercido principalmente por mulheres negras e migrantes, no âmbito dos cuidados domésticos e assistenciais.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99% [recurso eletrônico]: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023a.

BHATTACHARYA, Tithi. Mapeando a teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023b.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, Norman K.; LICOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FONSECA, Rhaysa. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões. *Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, v. 7, n. 13, 2019.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 40. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”*. Recife: SOS Corpo, 1993.

VOGEL, Lise. Prefácio. In: BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023

Os indígenas Tabajara na preservação da sua cultura tradicional

Autoras:

Maria de Lourdes Soares

Doutora em Ciências Sociais,
professora da Universidade Federal da
Paraíba, João Pessoa

Maria José das Neves Silva

Mestre em Serviço Social, professora
da Universidade Federal da Paraíba,
João Pessoa

Camila de Lourdes das Neves Silva Silvestre

Discente em Ciências das Religiões,
Universidade Federal da Paraíba, João
Pessoa

Lenice Ribeiro Marinho

Discente em Biomedicina,
Universidade Federal da Paraíba, João
Pessoa

DOI: 10.58203/Licuri.21952

Como citar este capítulo:

SOARES, Maria de Lourdes *et al.* Os indígenas Tabajara na preservação da sua cultura tradicional. In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios.** Campina Grande: Licuri, 2023, p. 8-22.

ISBN: 978-65-85562-19-5

Resumo

Na Paraíba, duas comunidades indígenas se destacam: os Potiguara, com uma população de 20 mil habitantes no litoral norte, e os Tabajara, com pouco mais de 1.000 indígenas no litoral sul. Este estudo busca compreender a presença desses povos na região desde antes da fundação da capitania no século XVI, focando especialmente na etnia Tabajara, que, na época, contava com cerca de 6 mil indivíduos ocupando o litoral e fundando aldeias como Alhandra e Taquara, através de revisão de literatura e dados bibliográficos. O termo "Tabajara" era uma categoria tupi que designava grupos com os quais se poderiam estabelecer relações de reciprocidade ou guerra. No século XVI, os Tabajara aliaram-se aos colonizadores portugueses, contribuindo para a fundação da Capitania da Paraíba. Mesmo enfrentando perseguições e dizimações, os indígenas continuam a ser uma matriz étnica importante na população brasileira. Hoje, a identidade e ancestralidade tabajara são reivindicadas por grupos nos estados da Paraíba, Ceará e Piauí. No entanto, a maioria das terras pertence a usineiros, granjeiros, hoteleiros e assentamentos agrários. O estudo visa lançar luz sobre essa realidade, analisando a preservação cultural e as reivindicações territoriais desses povos. Como consideração final, destaca-se a urgência de abordagens socioeducativas para a valorização e preservação da cultura indígena, visando uma maior compreensão e respeito pela identidade tabajara e potiguara.

Palavras-chave: Ressignificação. Identidade Étnica. Resistência cultural.

INTRODUÇÃO

O povo indígena Tabajara habitou o litoral do Brasil, no trecho entre a ilha de Itamaracá e a foz do rio Paraíba. No século XVI, aliado aos colonizadores portugueses, na Capitania de Pernambuco, fundaram a Capitania da Parahyba do Norte. Como recompensa pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa nas guerras de conquista, o Povo Tabajara em 1614 foi aldeado na sesmaria da Jacoca, região do Litoral Sul da Paraíba (Tavares, 1910; Gonçalves, 2007).

No século XIX, a mistura interétnica e civilidade foram os axiomas utilizados para justificar a política de extinção e expropriação das terras dos aldeamentos do Nordeste, pois os índios aldeados, “confundidos na massa da população civilizada” e miscigenados deixariam de ser índios e passam a ser chamados de caboclos (Cunha, 1992, p. 145). E, assim, perderam seus direitos territoriais, baseados no instituto do Indigenato.

No Período de formação do Estado-nação brasileiro, reformas estruturais contribuíram com a extinção dos aldeamentos (Carvalho, 2012), como da promulgação da Lei de Terras de 1850 e do seu regulamento, o Decreto Imperial n° 1.318 de 1854 (Farias; Barcellos, 2015). A Lei de Terras, criada para ordenação territorial e instituição do mercado de terras no Brasil, transforma a terra em mercadoria e fixa seus preços em valores altos, dificultando a aquisição agrária para brancos pobres, negros libertos e índios, transformando esse contingente em reserva substituta da mão-de-obra escrava, logo forçada a existência vulnerável como “moradores de condição” nas terras dos latifúndios (Marques, 2015, p.242).

O Decreto Imperial n° 1.318 criou a Repartição Geral das Terras Públicas (RGTP), unidade administrativa com atribuições de descrever e dividir as terras devolutas. Quando o aldeamento da Jacoca foi extinto, pois no ano de 1866, parte de suas terras foram repartidas e regulamentadas em 58 lotes individuais para índios aptos a receber um pedaço de terra e o resto declaradas devolutas, vendidas aos latifundiários locais (Marques, 2015).

Assim, no século XIX, a expropriação territorial sofrida por esses grupos foi o ponto chave do não reconhecimento da etnicidade. Documentos da época registram a não presença de “índios puros” Tabajara na sesmaria da Jacoca, por encontrarem nas ocupações territoriais lavouras em espaços de caça, pesca e coleta na região da sesmaria.

Momento em que indígenas sequer foram indenizados por suas casas e lavouras e ficaram de fora de seus lotes que foram para repartição (Palitot, 2013).

O processo de “desaparecimento” iniciado no século XVIII com a instituição do Diretório dos Índios, culminou com a expropriação do território Tabajara, com negação de sua identidade e silenciamento das suas demandas étnicas a partir do século XIX. O povo Tabajara dispersado ocupou partes do seu território tradicional como pequeno proprietário de terra, posseiro ou morador de condição nos latifúndios que se formaram na região.

A partir de 1976, foi registrado aproximadamente 750 Tabajara, vivendo em terras da reforma agrária, compartilhada pacificamente com agricultores familiares e outros não aldeados vivendo em bairros periféricos da capital. Em 2006, documentos comprovaram a identidade Tabajara a partir da demarcação do local de origem, o Sítio dos Caboclos e da memória armazenada nos “troncos velhos”, “atuais indígenas remanescentes da região central da sesmaria da Jacoca” (Farias; Barcellos, 2015, p. 111). Quando o grupo assumiu sua identidade de etnônimo tabajarainiciou a organização pela retomada do seu território.

Vale ressaltar que, como os demais indígenas brasileiros, as maiores questões enfrentadas pelos indígenas paraibanos estão relacionadas a reconquista de suas identidades, a apropriação dos seus territórios de vivência e o aldeamento com proteção de políticas afirmativas para promoção de igualdade de oportunidades na estrutura socioeconômica. O território que não se restringe apenas a posse da terra, mas envolve também a autonomia política, jurídica, gestão e controle sobre todos os recursos, no interior dos seus espaços territoriais, como hídricos, agro florísticos, agro faunísticos, minerais, entre outros.

Além disso, para combater a desinformações e deformação da cultura indígena que vem ocasionando e fortalecendo preconceitos e exclusão (GERSEM, 2006), parcerias com os povos originários vêm intensificando práticas educativas de ciência e de arte que contribuam com o processo de reorganização interna dos povos indígenas e de promoção do diálogo intercultural entre indígenas e sociedade global, particularmente grupos organizados, intelectuais voltados para conhecimento e defesa desses povos e a sociedade em geral.

As universidades e faculdades, como Universidade Federal da Paraíba, em específico, o Centro de Educação e o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, nos seus grupos de pesquisa, disciplinas e grupos de trabalho vêm abrindo espaços para a

temática dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, em especial a indígenas. nesse sentido vêm desenvolvendo atividades de promoção do diálogo entre intelectuais, povos indígenas, estudantes das universidades e de escolas públicas e comunidade em geral como uma forma de contribuir na preservação da cultura e das tradições desse povo.

Diante da realidade dos povos indígenas da Paraíba, em particular o Povo Tabajara, através de estudos realizados a partir de levantamento bibliográfico e documental, o objetivo deste trabalho é mostrar com o povo Tabajara da Paraíba tentam garantir seu território de vivência, garantindo seu modo de saúde e de bem-estar.

OS INDÍGENAS TABAJARA E A PRESERVAÇÃO DE SUA CULTURA

Desde o período do Brasil colônia o povo Tabajara foi marcado por processos históricos de retomada de identidade indígena, enfrentando conflitos de terras, passando por sucessivas migrações. Na época da fundação da Paraíba, a etnia Tabajara era formada por aproximadamente 6 mil índios que ocupavam o litoral do Estado e fundaram as aldeias de Alhandra e Taquara. Em 1614, o Capitão-Mor da Paraíba doou aos Tabajaras que lutaram a favor dos portugueses, contra os Potiguaras, três sesmarias que iam do rio Gramame até o rio Abiaí, no Litoral Sul da Paraíba.

Em 1865 indígenas aldeados nas terras conhecidas como Sítio dos Caboclos tentavam a reconstrução social, cultural e político étnica. Identidade que tinha a terra como base física e geográfica do povo Tabajara. Processo reivindicatório de demarcação do território e de recursos da união, particularmente colocando a aquisição de seis hectares, como medida de extrema e urgente e necessidade para fincar as raízes na terra.

Processo de identidade étnica e cultural dos indígenas Tabajara relacionado à busca das terras usurpadas secularmente pela opressão historicamente constituída e institucionalizada pelos grupos sociais dominantes, uma busca do território representativo dos Tabajara que estavam dispersos em localidades onde se concentrava famílias de baixa renda, pela Microrregião Litoral Sul da Paraíba, como Alhandra, Pitimbu e Conde, além de bairros periféricos dos municípios da Grande João Pessoa, Bayeux e Santa Rita.

Segundo Grondin (2018) a resistência dos povos originários no Nordeste, ocorrida entre 1586 e 1599, culminou em diferentes processos de resistência iniciados desde a criação das capitâneas hereditárias em 1535. Em 1536, o esforço de ocupar duas

capitanias, onde atualmente estão localizados os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, foi um fracasso. Pois, os portugueses que chegaram em dez navios que conduziam 900 soldados para fundar uma colônia na foz do Rio Grande, onde atualmente localiza-se o Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. chegaram expulsando índios Potiguaras com dezenas de baixas.

As reações indígenas aos brancos não cessaram até 1598 que, com sinais de cansaço, resolveram pedir um ‘acordo de paz’ que, como sempre, representou a morte dos mais fracos, pois a traição dos portugueses encurralou os sobreviventes Potiguaras, na chamada ‘Baía da Traição’ (Grondin, 2018). Desterritorializados há mais de dois séculos, indígenas viveram em condições supostamente adequadas a afirmação de uma cultura diferenciadora. Pois, seu patrimônio cultural necessariamente marcado por diferentes fluxos e tradições culturais. "A política indigenista oficial exige demarcar discontinuidades culturais em face das regionais e, assim, o processo de territorialização ganha características bem distintas do que ocorreu nas missões religiosas" (Oliveira, 2016, p. 208-209).

No século XVIII, no período pombalino (Mura et al., 2010) houve a instituição do Diretório dos Índios que, entre outras medidas, estimulou o casamento entre brancos e índios, com a instalação de brancos nas terras indígenas por arrendamentos, com o intuito de alterar as características físicas dos índios, e acelerar sua “civilização” (Arruti, 2006). Em meados do século XIX, a mistura interétnica estimulada por legislação foi o axioma utilizado para justificar a política de extinção e expropriação das terras dos aldeamentos do Nordeste. Pois, sob a máxima de que os índios aldeados estavam “confundidos na massa da população civilizada” e devido à miscigenação, haviam deixado de ser índios - passando a ser chamados de caboclos - cessando, portanto, seus direitos territoriais, baseados no instituto do indigenato (Cunha, 1992, p. 145). Período caracterizado como de formação do Estado-nação brasileiro, pela série de reformas estruturais realizadas (Carvalho, 2012).

A extinção dos aldeamentos foi consequência desse processo histórico, bem como da promulgação da Lei de Terras de 1850 e do seu regulamento, o Decreto Imperial nº 1.318 de 1854 (Farias; Barcellos, 2015). A Lei de Terras regulamentou a ordenação territorial e instituiu o mercado de terras no Brasil, transformando a terra em mercadoria e fixando seus preços em valores suficientemente altos, dificultando a aquisição agrária para brancos pobres, negros libertos e índios. Situação que resultou na transformação dessas populações em contingente de reserva substituta da mão-de-obra escrava, que

estava em processo de abolição, por esses grupos serem forçados a uma existência vulnerável como “moradores de condição” nas terras dos latifúndios (Marques, 2015, p.242). O Decreto Imperial nº 1.318 criou a Repartição Geral das Terras Públicas (RGTP), unidade administrativa que tinha entre suas atribuições a de descrever e dividir as terras devolutas (Silva).

O aldeamento da Jacoca como um dos aldeamentos extintos no ano de 1866, parte de suas terras foi repartidas em 58 lotes individuais entre os índios aptos a receber um pedaço de terra (Marques, 2015) e o restante terras, parte teve sua posse regulamentada e o resto foi declarada devolutas e vendidas aos latifundiários locais. Imperioso agora abordar a questão da definição da identidade indígena, utilizada como axioma para a expropriação territorial sofrida por esses grupos no século XIX. Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 142) abordam a questão do “poder de nomear” como um ponto chave das questões sobre etnicidade. Pois, a não existência de índios na sesmaria da Jacoca por documentos da época, compilados por Palitot (2013) registraram não apenas a presença de índios “puros” na Jacoca, como também suas ocupações territoriais em lavouras e outros espaços de caça, pesca e coleta na região da sesmaria.

Com o povo Tabajara mesmo dispersado, ocupou partes do seu território tradicional, seja como pequenos proprietários de terra, como posseiros ou como moradores de condição nos latifúndios que se formaram na região. Em 2006, através de documentos que provavam a identidade Tabajara a partir do local de origem do grupo, o Sítio dos Caboclos, localizado na região de demarcação dos lotes (Farias; Barcelos, 2015) e da memória armazenada nos “trancos velhos³”, segundo a qual os “atuais indígenas são remanescentes da região central da sesmaria da Jacoca” (Farias; Barcellos, 2015, p. 111). Com possibilidades de o Grupo assumir sua identidade sob o etnônimo Tabajara e fortalecendo sua organização pela retomada do seu território, saindo da condição genérica e estigmatizada de “caboclos”.

Além disso, a convenção que estabelece em seu art. 1º, item 2, que a consciência da identidade indígena é o critério fundamental para o reconhecimento de um grupo como tal, desse modo, estabelecendo quem pode acessar os direitos da Convenção. Arruti (2006) comentando os “direitos étnicos”, aponta que eles possibilitam a reivindicação dos direitos territoriais, com autonomia jurídica e política dos sujeitos que os invocam e ainda um tratamento diferenciado nas políticas públicas.

Portanto, embora constitucionalizados desde 1934, os direitos indígenas sempre encontraram entraves para a sua efetivação. Após a Constituição de 1988 e a Convenção 169, que expandiram o escopo dos direitos étnicos, incluindo o direito à saúde e à educação diferenciadas, o cenário de obstáculos não se modificou.

Considerando a mudança paradigmática ocorrida na década de 1980 no que tange à proteção dos povos indígenas nas legislações nacionais e internacionais, cristalizada na promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu art. 231 consagrou as culturas e modos de vida indígenas como legítimos e dignos de proteção constitucional e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) definindo a autoidentificação indígena como critério fundamental para o reconhecimento jurídico dos destinatários da Convenção, a Resolução n° 4/2021 atinge o núcleo essencial dos direitos fundamentais consagrados no art. 231 da CF/88, a Convenção 169 da OIT ratificada pelo Brasil.

Após 15 anos em processo de reorganização étnica, as famílias Tabajaras se encontram em situação de diáspora, embora muitas tenham retornado ao território tradicional em alguns espaços antes ocupados por não-índios. Existem três aldeias no território da antiga Jacoca, próximas umas das outras, mas que não são contínuas, sendo a Aldeia Barra de Gramame, a Aldeia Vitória e a Aldeia Nova Conquista. Enquanto a Barra de Gramame e a Vitória possuem a estrutura de aldeia, com várias famílias habitando permanentemente nas localidades, a Aldeia Nova Conquista está sendo “levantada”, carecendo de estruturas básicas como água e energia elétrica, dificultando ou impossibilitando um retorno e territorialização de número maior de famílias, embora algumas estejam permanentemente assentadas.

Nesse contexto, a Aldeia Nova Conquista não conseguiu inserir suas famílias no cadastro do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/PB), sob o argumento de que os indígenas dessa aldeia seriam desaldeados, impossibilitando o acesso à política de vacinação indígena contra a COVID-19.

Segundo Palitot (2010, p. 335), “os grupos [indígenas] devem se adequar a determinados padrões” para serem reconhecidos e acessarem as políticas públicas diferenciadas destinadas a esses grupos étnicos.

A REORGANIZAÇÃO ÉTNICA DO POVO TABAJARA DA PARAÍBA

Barcellos (2017) coloca que, no século XVI as nações indígenas no estado da Paraíba totalizavam 18 povos, com mais de 100.000 indígenas. Atualmente, restam apenas duas etnias: uma no litoral Norte, os Potiguara, com aproximadamente 20.000 indígenas, e outra no litoral Sul, os Tabajaras, com cerca de 1.000 pessoas. O passar dos séculos foi áspero para esses povos expropriados de seus territórios para devastação dos recursos naturais. O povo Tabajara, em meados do século XIX, expulsos do de seu habitat natural, onde cotidianamente buscavam os recursos para manutenção de sua vida e de sua cultura, tenta resistir na terra.

O século XIX políticas governamentais prejudicavam os interesses indígenas, como a Lei de Terra (BARCELLOS, 2012). Após a passagem do Imperador Dom Pedro II pela Paraíba, em 1859, neste duas etnias tiveram seu território dividido em lotes (Barcellos; Farias, 2015).

Considerados extintos pela população paraibana, a elite imperial brasileira, através dos aparelhos ideológicos estatais engendrou, de forma astuciosa e perversa, impulsionaram a destruição da língua, dos hábitos e dos costumes, dos relacionamentos e das espiritualidades desses povos (Barcellos e Farias, 2015). Genocídio, ou melhor, etnocídio dos povos em seus corpos e em seu espírito, ou seja, exterminado nas ações e práticas educativas e culturais transmitidas há séculos (Clastres, 1982). Pois, as investidas contra os povos indígenas ao longo do litoral do território paraibano os silenciaram e foram tidos com extintos, por mais de cem anos para a sociedade nordestina e nacional, sobrevivendo tentando guardar um cotidiano vivido (Carnoy, 1990).

Em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado para proteger e amparar os povos indígenas (Grünewald, 2005), a área territorial Tabajara passou a ser disputada por latifundiários da monocultura de cana-de açúcar e por fazendeiros. Quando a família Lundgren, instalada em Pernambuco, inicia um grande império na Paraíba, tendo a indústria têxtil como sua principal fonte de riqueza e desenvolvimento (Barcellos, 2012), possibilitando a expulsão dos indígenas em meados do século XIX de seu habitat natural, dos seus locais sagrados, do contato com mãe natureza.

Nas últimas décadas grupos indígenas do Nordeste retomam a busca por seu reconhecimento oficial, o povo Tabajara luta pela sua visibilidade e reconhecimento pelos órgãos governamentais e por toda a sociedade. Os Tabajara da Paraíba reiniciaram seu

engajamento etnopolítico buscando a retomada territorial e a reinvenção étnica-cultural, particularmente tendo com Agente orgânico desse processo o jovem Tabajara Ednaldo dos Santos Silva, hoje cacique geral. (Barcellos; Farias, 2014).

Em 1976, a etnia indígena com cerca de 750 pessoas que se instalaram em única aldeia remanescente dos Tabajara, cujo território possuía cerca de 10 mil hectares, segundo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2013). Local que se tornou palco de disputa por território, envolvendo etnia indígena Tabajara, agricultores familiares de assentamentos de reforma agrária e o Grupo Elizabeth, que instalava uma fábrica de cimento na região.

Território da ética indígena, de interação com o mundo natural, com meio ambiente e os recursos naturais. Terra sagrada, não como realidade intocada, mas para manutenção da vida que advêm da relação com o meio ambiente, de onde se tira o alimento necessário e a proteção contra as enfermidades, um cenário de espiritualidade, de arrolamento do povo indígena.

Em 2006 reiniciando o movimento de emergência étnica Tabajara, estudos técnicos e levantamentos de documentação histórica embasaram a mobilização do povo para a busca de demarcação de Território, com a adesão dos Jovens indígenas Tabajara. Retomada territorial e afirmação étnica assentada em dados de informações e outros conhecimentos que resultaram no Relatório de fundamentação antropológica de caracterização da ocupação territorial dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba e instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009 com utilização do programa ArcGis e do Google Earth, na produção dos mapas.

Após muitas lutas pelo reconhecimento das terras indígenas estudos técnicos contaram cerca de 1000 indígenas Tabajaras espalhados pela periferia da Grande João Pessoa e Litoral Sul que resistia ao extermínio vivendo nas periferias dos três municípios do litoral sul do Estado da Paraíba, especificamente região da Grande Mucatú, situada entre os municípios de Alhandra, Pitimbu e Conde. Território que abrigava os primeiros assentamentos rurais de reforma agrária da Paraíba (Mucatu, Subaúma, APASA, Sede Velha, João Gomes e Andreza). Espaço compartilhado por agricultores familiares e indígenas sem confrontos.

Pois, segundo Barth (1969) grupo étnico constitui um conjunto de atores que se autodeclaram como membros de uma comunidade que se remete a um passado comum. A partir dessas bases comunidades étnicas e sociedades politicamente organizadas dos

indígenas buscaram se envolver com setores e instituições sociais para a redescoberta da etnohistória e da cultura. Assim, de acordo com as novas situações do espaço intercultural, o povo indígena Tabajara da Paraíba têm nas suas raízes culturais a prática do respeito, o cuidado com os elementos da natureza, a confecção de artesanatos, as pinturas, os rituais, a religiosidade cristã e a espiritualidade tradicional, entendida no universo das relações com a mãe natureza e os valores culturais.

Processo histórico do povo Tabajara que possibilitou assumir a identidade própria da cultura transmitida entre as gerações pela oralidade e embasada em rituais para celebrar momentos especiais, repletos de significações e ligados à religiosidade. Religiosidade fortemente expressa no Toré por colocar os indígenas em contato com seus ancestrais e seres encantados através do contato íntimo com a mãe natureza. Ritual tradicional para celebrar momentos especiais, ligado à esfera religiosa.

Povo que pratica a pesca de peixes diversos e crustáceos, particularmente camarões dos rios e do mar e coleta de frutos estacionais. E plantam cereais, plantio de cereais, algumas raízes, legumes, verduras e frutas em pequena escala e mais voltados subsistência. Embora excedente da produção, particularmente no período de safra, de frutas e de verduras, sejam vendido à turistas a margem da rodovia PB-008, para obter alguns recursos financeiros.

A criação de animais também figura entre esses povos, são patos, galinhas, porcos e bovinos, assim como confecção de artesanato, a pintura e a práticas de rituais festivos cristãos e da espiritualidade tradicional apreendida naturalmente nas vivências e convivência no percurso da vida, favorece os processos de aquisição de saberes e modos de ação não institucionalizado (Libâneo, 2005). Nesse sentido, as práticas culturais dos Tabajara estão densamente impregnadas de práticas informais.

No início do século XXI, em razão da possibilidade dos Tabajara pagarem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o chão que, por direito era deles, suscitou conflitos e avanços no litoral sul, relativos à questão da territorialidade (Freire, 1997; 2014). Quando o cacique Edinaldo, para tratar da questão do reconhecimento oficial dos Tabajara enquanto etnia indígena, percorreu INCRA e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), se reunindo com advogados e buscando aliados no movimento indígena e indigenista, especialmente.

Em 2006, agricultores e indígenas uniram forças para resistir a possibilidade de implantação de empreendimentos que modificaria a forma tradicional de ocupação do

território, além de gerar impactos ao meio ambiente e na qualidade de vida da população. Em 2007, os Tabajaras formaram parcerias com órgãos indigenistas: FUNAI, CIMI, APOIME, CNPI. E contaram com apoio da Universidade Federal e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quando o cacique Tabajara Ednaldo dos Santos Silva reiterou que o território onde viveram e foram enterrados os antepassados e outros povos era pertencentes aos Tabajara e seria retomado. Pois, segundo o CIMI, ação Nacional do Índio (Funai), o Conselho Missionário Indigenista (Cimi), a Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), veiculado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o território tradicionalmente ocupado pelos Tabajaras onde convivem mais de 1.500 famílias de agricultores assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde década de 1970.

Agricultores e indígenas sofreram pressão para desocupação da terra para instalação de fábrica de cimentos da Empresa Elizabeth Cimentos, que possuía outras empresas no ramo de cerâmica e mineração, especificamente no assentamento João Gomes (implantado pelo INCRA em 1976). E os aldeados foram pressionados a vender suas terras, sob ameaça de desapropriação. A especulação sobre os imóveis rurais foi tanta que glebas compradas por R\$ 15 mil à fábrica, teve oferta de R\$ 400 mil. Sendo três lotes, somando 115 hectares, vendidos para a empresa Cerâmica Elizabeth, com o apoio da Prefeitura de Alhandra, para construir fábrica de cimento.

Sob pressão, indígenas permaneceram no local da ocupação até o dia em que dois lotes do assentamento João Gomes foram cercados pela Polícia Militar (PM), Cavalaria, Batalhão de Choque e Corpo de Bombeiros. Grupo de mais de 200 policiais fortemente armados, encapuzados e sem identificação, de acordo com o blog Combate Racismo Ambiental e agentes policiais apoiavam a ação dos oficiais de justiça cumprindo ordem de desocupar a área.

Em 2013, na reorganização para reconhecimento das terras de ocupação tradicional os Tabajara, embasados em documentação da história da etnia, articularam alianças e fortaleceram seus rituais tradicionais que possibilitaram assentamentos de mais de 1.500 famílias, segundo dados de 2011 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em cerca de cinco mil hectares que produzia grande parte dos alimentos destinados às Centrais de Abastecimento (CEASAS) da região, além de empregar mais de dez mil pessoas na agricultura indicando para o reconhecimento desse povo.

CONCLUSÃO

A conexão dos povos indígenas, especialmente os Tabajara na Paraíba, com a natureza e com uso racional de seus recursos emerge como um tema transversal crucial em sua cultura. Mantendo-se arraigados em práticas ancestrais, como cultivo de roças, caça e pesca, revelam um saber ambiental que transcende atividades rudimentares e incorpora elementos sagrados na sua relação com o meio ambiente.

Assim, o caráter devocional do universo indígena, entrelaçado com o meio ambiente, reflete imaginário subjetivo e racional, moldando identidade intrinsecamente ligada aos recursos naturais. Modo de vida não apenas reaviva e que preserva a história desses povos e serve de testemunho resiliente diante das repressões e preconceitos que continuam enfrentando.

Apesar das adversidades, os indígenas demonstram coragem e sabedoria ancestral na busca de coexistência na sociedade moderna, sem renunciar à sua identidade étnica e tradição milenar. Assim, a ressignificação das Aldeias do Conde, por meio de práticas socioeducativas surge como uma estratégia essencial para aprofundar o entendimento dessa cultura para promover o enriquecimento e preservação da rica herança da Cultura Indígena na Paraíba.

REFERÊNCIAS

ALHANDRA EM FOCO. Acordo entre tabajaras e fábrica de cimento põe fim a conflito em Alhandra. 28/05/2012. Disponível em: <http://goo.gl/f0q0VH>. Acessado em: 01 set. 2013.

ALHANDRA EM FOCO. Audiência pública discute sobre instalação de fábrica de cimento em Alhandra. 05/05/2012. Disponível em: <http://goo.gl/Smn6Xq>. Acessado em: 01 set. 2013.

ALHANDRA EM FOCO. Em Alhandra: Dom José Maria Pires realiza missa campal em assentamento ameaçado por fábrica. 25/12/2011. Disponível em: <http://goo.gl/Ngv6oo>. Acessado em: 01 set. 2013.

ALHANDRA EM FOCO. MPF visita área de conflito indígena em Alhandra. 25/11/2011. Disponível em: <http://goo.gl/UyTN1k>. Acessado em: 01 set. 2013.

ALHANDRA EM FOCO. MPF quer que Tabajaras fiquem no sítio Mucatu (Alhandra) até final da demarcação. 15/02/2012. Disponível em: <http://goo.gl/o3NNbh>. Acessado em: 01 set. 2013.

Andrade, V. M., & Bueno, O. F. A. Neuropsicologia transcultural: grupo indígena guarani. *Estudos em Psicologia (Natal)*, 2(3), 253-258 2012

BARTH, F. (Org.). *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. London: George Allen and Unwin, 1969.

BARCELLOS, Lusival. *Memória Tabajara: manifestação de Fé e Identidade Étnica*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 231.

BARCELLOS, Lusival. *Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

BARCELLOS, Lusival. *Memória Tabajara: Manifestação de Fé e Identidade Étnica*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BLOG DO VALFREDO. Audiência pública discute (EIA/RIMA) sobre instalação de fábrica de cimento na zona rural de Alhandra. 04/05/2012. Disponível em: <http://goo.gl/MHXSb3>. Acessado em: 01 set. 2013.

CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1990.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 52-60.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo visita conflito agrário na Paraíba. 15/02/2012. Disponível em: <http://goo.gl/xFjJpN>. Acessado em: 01 set. 2013.

CENTRO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Informe nº 994: Povo Tabajara luta contra fábrica de cimento na Paraíba. 15/12/2011. Disponível em: <http://goo.gl/A2TaQD>. Acessado em: 01 set. 2013.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Índios Tabajaras fazem retomada de seus territórios na Paraíba. 13/11/2011. Disponível em: <http://goo.gl/GgOKoi>. Acessado em: 01 set. 2013.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. PB Manifestantes ocupam lotes de terra que seriam vendidos de forma ilegal. 28/01/2012. Disponível em <http://goo.gl/IFRDKO>. Acessado em: 01 set. 2013.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Mais de 200 policiais armados e encapuzados cercam índios Tabajara em Alhandra-Mucatu, PB. 30/11/2011. Disponível em: <http://goo.gl/G1zWpy>. Acessado em: 01 set. 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Camponeses são pressionados por instalação de Fábrica de cimento no assentamento em Mucatu (PB). 03/06/ 2011. Disponível em: <http://goo.gl/36XTCj>. Acessado em: 01 set. 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflito em Mucatu é discutido na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. 23/02/2012. Disponível em: <http://goo.gl/9mEQ4q>. Acessado em: 01 set. 2013.

Farias, E. S.; Flores, E. C.; Fonseca, I. S.; Rodrigues, J. M. C.; Barcellos, L. A. Diversidade Paraíba: indígenas, religiões afro-brasileiras, quilombolas, ciganos. João Pessoa: Grafset, 2014.

FREIRE, Paulo. A mensagem de Paulo Freire: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP. São Paulo, Nova Crítica, 1997.

Grondin, M.; Viezzer, M. O maior genocídio da história da humanidade: mais de setenta milhões de vítimas entre os povos originários das Américas - resistência e sobrevivência. Toledo: GFM Gráfica & Editora, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Construção de fábrica de cimento deve gerar 1,2 mil postos de trabalho na Paraíba. 10/05/2012. Disponível em: <http://goo.gl/x6QNRO>. Acessado em: 01 set. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Governo promove fórum para discutir formação do polo cimenteiro no Estado. 17/11/2011. Disponível em: <http://goo.gl/njMX2a>. Acessado em: 01 set. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Paraíba caminha para ser a maior produtora de cimento do País. 14/11/2011. Disponível em: <http://goo.gl/BWf6O9>. Acessado em: 01 set. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Polícia Militar cumpre decisão da Justiça em Alhandra. 31/01/2012. Disponível em: <http://goo.gl/c3NEp4>. Acessado em: 01 set. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Conflito por área na Paraíba sensibiliza padres brasileiros e estrangeiros. 08/02/2012. Disponível em: <http://goo.gl/RA3R9K>. Acessado em: 01 set. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Incra/PB cria comissão especial para investigar venda de lotes a cerâmica. 08/02/2012. Disponível em: <http://goo.gl/eoMxVP>. Acessado em: 01 set. 2013.

LIBÂNEO. José Carlos, Pedagogia e Pedagogos, para quê? 8. ed. São Paulo: Cortêz, 2005.

Oliveira, J. P. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016

PREFEITURA DE ALHANDRA. História. Disponível em: <http://goo.gl/Fkz2N0>. Acessado em: 01 set. 2013.

Sociedade e juventude: um estudo bibliográfico sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na educação e no trabalho

Autora:

Valdirene Hessler Bredow

Doutora em Educação - UFPEL, professora formadora da Universidade Aberta do Brasil - polo da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul

DOI: 10.58203/Licuri.21953

Como citar este capítulo:

BREDOW, Valdirene Hessler. Sociedade e juventude: um estudo bibliográfico sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na educação e no trabalho. In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 23-45.

ISBN: 978-65-85562-19-5

Resumo

O novo Coronavírus, cientificamente conhecido como SARS-CoV-2, trouxe uma das maiores pandemias da história mundial, e, pela inexistência de uma vacina que impedisse o contágio e as grandes complicações na saúde humana, medidas de isolamento social foram adotadas, ocasionando o fechamento de serviços considerados como não essenciais. Neste contexto, um dos grupos mais atingidas pelo isolamento e ações remotas foram os jovens, que tiveram a educação, vida social e trabalho influenciados. Por estas perspectivas, o presente artigo tem por objetivo apresentar os problemas ligados à educação, sociabilidade e trabalho que impactaram a juventude brasileira. Metodologicamente, o artigo está estruturado pelo método bibliográfico de pesquisa e foi elaborado com base em referencial teórico científico. Destaca-se no trabalho que, particularmente, os jovens têm sofrido as consequências da pandemia nas relações sociais, familiares e afetivas, bem como no ambiente educacional e em questões ligadas ao trabalho e emprego. Percebeu-se assim, que os impactos da pandemia de Covid-19 estão presentes nos diversos âmbitos em que esses sujeitos se encontram, seja nas relações interpessoais que estabelecem (família, amigos ou relacionamentos afetivos), na escolaridade, sociabilidade, saúde e trabalho e renda.

Palavras-chave: Escola. Emprego. Coronavírus. Jovens. Sociabilidade.

INTRODUÇÃO

A Covid-19, doença respiratória identificada pela primeira vez em Wuhan, na China, se caracterizou como pandemia a partir de março de 2020, configurando-se como um problema de saúde pública pela rápida transmissão, sobrecarregando os serviços de saúde globais (OMS, 2020).

Com isso, o momento pandêmico desencadeou diversas consequências que ficarão marcadas durante muito tempo na sociedade, acentuando e aumentando as desigualdades e problemas multidimensionais, especialmente na perspectiva geracional. Os jovens sentiram as influências da pandemia nas relações sociais, familiares e afetivas, sofrendo restrições em suas formas de sociabilidade, nas subjetividades, no ambiente educacional que se alterou pelo ensino remoto e também em questões ligadas ao trabalho e emprego, pois o mercado para essa geração é impactado com a precarização, tendo poucas perspectivas em relação à estabilidade profissional.

Este capítulo teve como objetivo apresentar os desafios enfrentados pela juventude frente aos efeitos provocados pela da pandemia de Covid-19 no que tange à sociedade, educação e trabalho.

Este estudo foi uma revisão bibliográfica, elaborado com base em material publicado em livros e artigos científicos, com viés baseado na literatura pertinente a temas que tangenciam as questões apresentadas (MARCONI; LAKATOS, 2003; GIL, 2008; MALHEIROS, 2011;). As buscas dos materiais publicados foram realizadas a partir dos descritores “juventude + pandemia de COVID-19” com foco nos processos que envolviam a sociabilidade, educação e trabalho deste grupo. O campo de buscas se deu a partir da pesquisa por palavras-chaves que pudessem abrir um panorama das investigações e estudos sobre este tema no período compreendido entre 2020-2021, momento mais crítico da pandemia e do distanciamento e isolamento social.

JUVENTUDE E SOCIEDADE EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS

A vida em sociedade tem se transformado principalmente nos aspectos ligados à comunicação. É inegável o crescente uso e avanço das tecnologias digitais no mundo

contemporâneo, que modificou dinâmicas comunicacionais e interativas em diversos campos sociais, como educação, trabalho e também nas relações afetivas e familiares. Bauman (2001) destaca que é a era do software, realizada sem corpo, sem a necessidade da mão-de-obra humana propriamente dita, que enfraquece e decompõe os “laços humanos” (p. 187).

Dessa forma, os sujeitos se alteraram, se redesenharam e se inseriram em espaços ligados por redes, redes estas que interconectam esferas e espaços dos quais fazem parte, permeando o contato com amigos, escola/faculdade, trabalho, família e demais laços construídos no convívio diário. Construindo formas que permitem trocas e criação de laços sociais, entretanto, a comunicação e interação mediada por computador, traz necessidade de adaptações para alguns, mas para outros, esse ambiente digital se tornou naturalizado e permeado pelas tecnologias.

Nesse contexto, os jovens, pela característica no ambiente virtualizado no qual começaram a construção de suas vivências, possuem grande familiaridade com as tecnologias digitais principalmente, pela utilização dos dispositivos de acesso à internet. Apesar do domínio tecnológico que permeia o cotidiano juvenil, é importante destacar que essa fase da vida traz transformações físicas e comportamentais muito significativas. A transição entre a infância e a idade adulta, com acentuado crescimento e desenvolvimento de transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais se tornam marcantes, sendo um momento de busca por espaço, identidade e das primeiras relações afetivas (BRÊTAS *et al.*, 2011).

A adolescência então configura-se como uma etapa em que os sujeitos começam a atingir a maturidade, buscando sua inserção na sociedade, agregando e incorporando direitos, valores e atitudes que formarão suas identidades. Por isso, é um estágio traduzido por um momento de busca por novas experiências que se refletirá em histórias. Contudo, no atual contexto pandêmico, para muitos jovens, houve uma paralização não só do tempo como da sua própria vida (Natarelli *et al.*, 2015).

Para Cesar (2019) a juventude combina a busca pelas próprias vivências, o alcance dos seus objetivos e o compartilhamento com seus iguais. Em relação ao momento de pandemia de Covid-19, Valasques e Santos (2020) salientam que esse é um período delicado pelo fato de que os jovens se encontram inseridos em uma situação com tantas restrições e regras. Nesse sentido, a “presença e os afetos que a mesma representa assume

extrema importância para esses sujeitos” (Nascimento *et al.* 2020, 8), pois estão afastados do grupo com o qual compartilham vivências, objetivos e até mesmo dúvidas e medos.

Segundo Ribeiro *et al.* (2020) a busca pelo bem-estar faz parte da vida dos sujeitos e a juventude busca por isso na companhia do grupo ao qual faz parte, sendo que nesse momento de isolamento, a afeição pelo contato presencial é extremamente importante.

A saúde dos jovens foi afetada com o isolamento social, aumentando os níveis de estresse, ansiedade, além dos problemas como a insônia (Nascimento *et al.*, 2020). Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020a) mais da metade dos jovens que participaram de uma pesquisa relacionada ao bem-estar relata que se tornaram vulneráveis à ansiedade, depressão ou estresse desde o início da pandemia.

A pandemia impôs regras e restrições, principalmente em se tratando do contato com entre pessoas, tais restrições acabaram provocando problemas psicológicos, trazendo adoecimentos, sentimentos de exaustão, medo, preocupação e desgastes nos jovens (Oliveira, 2020). Além das mortes causadas pelo vírus, a “incerteza do futuro, o medo e os problemas psicológicos foram acentuados e/ou vieram à tona durante o isolamento social” (Nascimento *et al.*, 2020, p. 13).

Lemos (2013, p. 91) destaca que mesmo a juventude sendo “habituada à multimídia, à realidade virtual e às redes telemáticas”, e ser uma geração simultânea que nasceu em um espaço-tempo em profundas transformações, quando tudo acontece muito rápido, nesse momento de pandemia, foi necessário que parassem estudos, trabalho e até mesmo relacionamentos. O afastamento ocasionado pela pandemia, além de provocar fragilidades na saúde mental, em decorrência do afastamento de pessoas importantes, interferiu até na qualidade do sono desses sujeitos (Coelho *et al.*, p. 2020).

A Organization for Economic Co-operation and Development (OECD, 2020b) analisa que a crise estabelecida pela Covid-19 traz grandes riscos nas áreas de educação, emprego, saúde mental e renda, para a faixa etária juvenil, pois trata-se de um grupo vulnerável socialmente, que sofre com os impactos que o vírus causou em diversos aspectos da sociedade como um todo.

As transformações que ocorreram no cotidiano juvenil podem ser geradoras de descobertas e novas experiências, para Rogers (2017) os sujeitos podem recomeçar e construir novos planos, viabilizando aprendizados obtidos pela própria experiência, além de adquirirem mais consciência de si, resignificando e atribuindo novos sentidos a essas vivências, garantindo, assim, o estabelecimento de sua saúde mental.

Segundo Machado e Carvalho (2018), a internet tem se revelado uma aliada na construção e manutenção de afetos, apesar das lacunas nas emoções e sentimentos ligadas a distância necessária pela pandemia. Sendo esse um fator que pode gerar intercorrências, desgastando relacionamentos, mas também, de certa forma, ser um catalizador para novos caminhos da vida real. Dessa forma, Nascimento *et al.* (2020, p. 12) destacam no que tange aos relacionamentos vividos pelos jovens durante a pandemia que:

[...] mesmo distante de seus companheiros/as a relação permanece a mesma e que apenas a saudade tem sido grande devido ao isolamento, e que tem se apoiado neste momento através de ligações por chamadas de vídeos ou mensagens, mas houve também quem dissesse que o isolamento está servindo para avaliar o próprio relacionamento, fazendo questionamentos a si mesmo do que vai mudar em sua relação quando o isolamento acabar.

No período pandêmico, apesar do fato das tecnologias digitais estarem já arraigadas no cotidiano, o uso dos meios virtuais para a comunicação, atividades de trabalho, estudo e também de lazer ficou ainda mais intrínseco nas relações sociais, sobretudo para os jovens que nasceram um ambiente permeado pelas telas digitais. A sociedade alterou e adaptou suas dinâmicas conforme a evolução tecnológica digital, sendo na figura dos jovens os sujeitos que mais acompanham e convivem com as constantes mudanças que ocorrem socialmente, formando suas identidades, grupos e vivências por meio dela.

Iser *et al.* (2020) salientam que a descoberta do vírus mobilizou o mundo, tanto na testagem como na busca por formas de controle. Foi pesquisado tudo que envolveu a série de sintomatologias e consequências à vida humana que a doença tem causado posteriormente à infecção. As atividades suspensas, pelo movimento que solicitava que as pessoas ficassem em casa afetaram a educação e a economia, entre outros aspectos importantes no contexto social, conforme destacam Nascimento *et al.* (2020, p. 4).

O movimento “fica em casa” determinou que as atividades rotineiras se tornassem remotas, que a população saísse de casa apenas para trabalhos essenciais, fechando universidades e comércios por tempo indeterminado, afetando, conseqüentemente, na economia, sobretudo, na vida daqueles

que dependiam do ir e vir para manter suas condições básicas de sobrevivência.

Dessa forma, a nova realidade social “torna ainda mais oportuna a reflexão e o diálogo com as novas gerações” (Teixeira; Fernandes, 2020, p. 2), sendo importante “apoiar as juventudes em sua (re)inserção no mundo das universidades, do trabalho, da cultura, da política, bem como encorajá-los na defesa dos direitos humanos e da ecologia” (Teixeira; Fernandes, 2020, p. 4).

Na educação superior, por exemplo, cerca de metade dos jovens estudantes pode atrasar a conclusão de seus estudos atuais e ainda 10% esperam não poder concluir essa fase da formação educacional. Interromper o acesso à educação e às oportunidades de emprego e renda, que a crise econômica pode acarretar, será um problema com a capacidade de gerar dificuldades para os jovens, tanto na busca como na manutenção de emprego e renda de qualidade no futuro (OIT, 2020a; OECD, 2020b).

Assim, os jovens foram extremamente afetados pela pandemia de Covid-19, principalmente em relação ao trabalho e a educação, apesar de toda a habilidade tecnológica e a rápida transformação do mundo. Diante desse cenário social e pandêmico, as ferramentas inovadoras de ensino e aprendizagem que professores e estudantes tiveram que adotar frente à nova realidade terão impactos duradouros nos sistemas de educação (OECD, 2020b).

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: AS TRANSIÇÕES DA PANDEMIA DE COVID-19

Foi observada na pandemia pela Covid-19, do ano de 2020, a necessidade da escola em adaptar suas práticas para que o ensino e a aprendizagem continuassem sem prejudicar seus estudantes. Então, o Conselho Nacional de Educação (CNE), no parecer de 28 de abril de 2020, permitiu que atividades não presenciais fossem ofertadas desde a educação infantil até o ensino superior. Para isso utilizou-se diversos meios, sendo eles digitais ou não, incluindo videoaulas, materiais didáticos impressos para alunos, pais ou responsáveis, orientação de leituras, exercícios ou utilização de plataformas virtuais de ensino e aprendizagem e, até mesmo, pelas redes sociais.

Nesse cenário, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura salienta que pais e/ou responsáveis lutam para enfrentar os desafios da aprendizagem em casa, e os docentes necessitaram se adaptar rapidamente a métodos de ensino inovadores e de eficácia ainda não comprovada cientificamente (UNESCO, 2020).

Para Britto (2009) torna-se incongruente pensar como uma dimensão de conexão e interconexão tão livre e fluída, como a internet, se tornou tão importante e concreta em tão pouco tempo, pois são essas relações que estão abarcando as relações sociais, econômicas e educacionais desde o começo da pandemia de Covid-19.

Dessa forma, a sociedade contemporânea absorve cada vez mais a utilização das tecnologias digitais, dependendo também dos artefatos tecnológicos que utiliza, pois nos computadores pessoais estão arquivos que antes eram impressos, nos dispositivos de telefones móveis o uso de aplicativos de localização, comunicação, registros fotográficos, vídeos e músicas, fazem desses aparelhos a continuação de nossos corpos e se perdidos, causam transtornos e perda de tempo. Cada vez mais os aplicativos de vários serviços também são utilizados, além de contas pessoais como correio eletrônico e funções bancárias, processos que parecem se alterar constantemente.

Por celular, têm acesso a todas as pessoas; por GPS, a todos os lugares; pela internet, a todo o saber: circulam, então, por um espaço topológico de aproximações, enquanto nós vivíamos em um espaço métrico, referido por distâncias. Não habitam mais o mesmo espaço (Serres, 2013, p. 19).

Essas circunstâncias transformam as formas de interação dos jovens, inclusive as formas de aprendizagem. Nessas considerações, destaca-se que os jovens estudantes assentam em uma máquina, um objeto mecânico, sua vida, inteligência, memória, dados, pesquisas, etc. Carregam a si mesmos nas próprias mãos através dos dispositivos móveis, pois tem suas agendas telefônicas, fotos, senhas, e todos os arquivos possíveis nas contas das nuvens, que possibilitam guardar armazenar e acessar a vida acadêmica.

No espaço que está na palma das mãos, Nascimento *et al.* (2020, p. 11-12) salientam que a pandemia fez com que as instituições de ensino se reinventassem, produzindo novas estratégias metodológicas de aprendizagem. Nessas circunstâncias surgiram as “atividades remotas com uso de aplicativos e redes de transmissão, onde os alunos possuem o conhecimento na palma da mão por meio de celulares e computadores”.

Contudo, apesar de toda a desenvoltura que a juventude possui com as tecnologias digitais e a comunicação mediada pela internet, para Silva (2021) é preciso pensar nesses sujeitos em tempos de pandemia sob o olhar da compreensão, principalmente na relação juventude e educação, tanto no que se refere à falta de educação de qualidade para todos como na carência de trabalho. A educação para os jovens que receberam o ensino de forma remota exigiu adaptações, abarcadas em parâmetros que usaram a palavra postar, compartilhar, enviar, etc., em espaços que não eram a sala de aula presencial, mas sim outros meios e espaços que nos inserimos e ampliamos, como o social, educacional ou profissional.

De todos os problemas que os jovens precisaram enfrentar desde o início da pandemia de Covid-19, o acesso à educação foi um dos mais difíceis, apesar da agilidade em operar os dispositivos móveis, muitos não “possuem um celular, internet e outros meios tecnológicos para acompanhar as aulas no sistema remoto ou mesmo as gravações (vídeoaulas)” (SILVA, 2021, p.1).

A adoção pelos sistemas educacionais das atividades a distância desencadeou uma “maior visibilidade às desigualdades de acesso à educação dos jovens brasileiros: há escassez de acesso aos meios digitais; faltam condições adequadas em casa para os estudos; adoecem os familiares; agravam-se as condições econômicas de sobrevivência, em decorrência da perda do trabalho de seus mantenedores ou o dos próprios alunos” (ZAN; KRAWCZYK, 2020, p. 1). Ou seja, a transformação nos processos de educação explicitou a desigualdade do acesso à educação de muitos estudantes, tanto pela falta de acesso como pela falta de condições adequadas o estudo por meio remoto.

O trabalho remoto de algumas escolas e universidades com o objetivo de garantir a continuidade educacional durante o isolamento social, acentuou as desigualdades existentes na sociedade, pois nem todos os estudantes têm acesso à internet, e embora grande parte dos países tenha apostado em práticas alternativas de aprendizagem remota, apenas cerca de metade dos alunos conseguiram acessar todo ou parte do currículo preestabelecido (OECD, 2020b).

O processo foi de readaptação para alunos em suas rotinas estudantis, necessitando tempo e espaços tranquilos para a devida atenção em relação às informações. Entretanto, para muitos estudantes houve impedimentos que dificultaram o aprendizado remoto, impondo barreiras, sobretudo para aqueles que não possuem acesso ilimitado a internet (Martins; Almeida, 2020).

A qualidade do ambiente de aprendizagem domiciliar se torna relevante, principalmente, pelo fato de que muitos estudantes de famílias menos favorecidas social e economicamente não têm acesso a recursos de aprendizagem digital, além de apoio familiar para esta aprendizagem domiciliar. Muitos estudantes não têm em casa um espaço tranquilo para estudar e nem uma conexão com a internet. Um a cada cinco estudantes não tem acesso a computadores ou dispositivos eletrônicos para realizar os trabalhos escolares. Com isso, aponta-se um quadro de desengajamento educacional e evasão escolar, trazendo impossibilidades à realização do ensino superior (OECD, 2020b).

De forma geral, o contexto demonstrou um quadro de desigualdade social, levando inúmeros jovens a se afastarem das escolas e das universidades, que se somou às dificuldades econômicas pelo aumento do desemprego que afetou suas famílias em tempos de Covid-19 (Silva, 2021). Além disso, a perda da aprendizagem nesse período trará efeitos às sociedades em geral na forma de diminuição da produtividade e do crescimento. Segundo estimativas, um ano letivo perdido equivale a uma perda entre 7% e 10% da renda vitalícia (OECD, 2020b). Assim, a pandemia trouxe um novo meio de educar aos jovens estudantes, que irá deixar memórias positivas e negativas, pois:

Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. (Santos, 2020, p. 3).

O estudo de Nascimento *et al.* (2020, p. 10) salienta que o momento de pandemia tem sido mais difícil para alguns jovens, já que muitos não têm a oportunidade de qualificação por não ter “acesso à internet e outros mecanismos favoráveis de educação e estão temporariamente sem ir à escola ou faculdade, colocando-os em situações desfavoráveis”.

No caso da educação universitária, para muitos jovens as aulas online “se tornaram mais exaustivas e que o rendimento em casa não era o mesmo”, para outros tem sido um momento que têm “mais tempo estando em casa para realizar com mais calma as

atividades da faculdade, já que antes da quarentena se perdia muito tempo com deslocamento”, além de ser um momento para a realização de cursos que antes não eram possíveis em razão do tempo (Nascimento *et al.*, 2020, p. 11).

Desta forma, a pandemia de Covid-19 proporcionou a construção de uma rede de aprendizados, possibilitando também maior interação no grupo familiar, que antes era afetada pela rotina corrida e o distanciamento pela vida de estudos. (Nascimento *et al.*, 2020). Entretanto, apesar dos problemas e adaptações necessárias com o ensino remoto, o uso das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação parece estar arraigado em todos os setores sociais que necessitaram desde o começo de 2020 adaptar-se a estas circunstâncias. Atualmente se faz crucial relativizar alguns desses aspectos que surgem na sociedade contemporânea sendo inexorável pela emergência destravada da cibercultura.

JUVENTUDE E TRABALHO: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia trouxe diversas consequências para todos os níveis sociais, pois, muitas pessoas sofreram os impactos negativos que serão irreversíveis, além do fato de que o nível de empobrecimento da população aumentou de forma abrupta. (Lemos; Almeida Filho; Firmo, 2020).

Segundo a OIT (2020a), estima-se que economicamente a crise afetou especialmente a população jovem, que está particularmente mais exposta aos impactos socioeconômicos da pandemia. Em seus relatórios atuais, a OIT estima que desde o início da pandemia, mais de um em cada seis jovens estão sem ou deixaram de trabalhar, os que se mantiveram trabalhando sofreram uma redução de 23% nas horas de trabalho, revelando assim, o impacto negativo sobre estes sujeitos no âmbito mundial. Outro dado observado, é que o desemprego juvenil tem afetado, desde fevereiro de 2020, mais as mulheres jovens do que os homens jovens. Sendo assim, destaca-se que a juventude tem sido extremamente afetada pelos impactos negativos da pandemia de Covid-19, configurando-se em vítimas das consequências sociais e econômicas podendo deixar marcas ao longo da vida profissional.

Nesse sentido, os impactos da pandemia causaram grandes choques na população jovem, gerando consequências para o seu emprego, educação e profissionalização,

colocando obstáculos para aqueles que tentam a entrada no mercado de trabalho ou mudança de emprego. Ao entrar no mercado de trabalho em recessão é possível que haja perdas significativas e persistentes de ganhos para a população jovem, que podem permanecer por toda a sua carreira profissional. Portanto, ignorar os problemas relacionados aos jovens, acarreta em desperdício de talento, educação e treinamento, indicando que as consequências da pandemia podem durar décadas (OIT, 2020b; OECD, 2020b).

Assim, o momento é de direcionamento pela adoção de respostas políticas urgentes, que tenham como intuito apoiar a população jovem através de programas que garantam emprego/formação nas economias de baixa e média rendas. O empenho para que os governos criem medidas imediatas para a juventude se deve pela relação com o grande sofrimento psíquico que o isolamento pode gerar, pelo crescimento dos níveis de desemprego, consequências econômicas e preocupação com o bem-estar da juventude e das gerações futuras (OECD, 2020b; OIT, 2020b).

Existe ainda o fato de que a população mais jovem trabalha em setores e indústrias especialmente afetados pela pandemia de Covid-19, nesse caso, particularmente há mulheres jovens que serão mais afetadas por representarem mais da metade das pessoas com menos de 25 anos empregadas nesses setores; por fim, ao comparar com outros grupos etários, os jovens são os mais ameaçados pela automação, sendo que o tipo de trabalho que executam pode ser total ou parcialmente automatizado (OIT, 2020c).

Os trabalhos com menor remuneração e os temporários, mais afetados pela crise, são habitualmente ocupados por jovens, que enfrentam um risco maior de perda de emprego e renda, pois jovens entre 15 e 24 anos são os mais afetados pelo aumento do desemprego no período que compreende entre fevereiro e março de 2020, e, assim, os incidindo à pobreza e vulnerabilidade (OECD, 2020b).

A *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2020a) destaca que a recuperação dos impactos causados pela pandemia necessitará de um longo período para se restabelecer, já que deixará uma crise duradoura, como a diminuição de padrões de vida e altas taxas de desemprego. Sendo também possível observar que a perda de empregos prejudicará em especial os trabalhadores com pouca qualificação, entre eles os jovens e os informais, bem como os trabalhadores mais pobres e vulneráveis.

Por esses motivos, as organizações juvenis expressaram muita preocupação com o impacto da Covid-19 no que diz respeito ao bem-estar mental, nas relações de trabalho,

perda de renda, interrupções na educação, relações familiares e amizades, assim como também na limitação às liberdades individuais (OECD, 2020b). Segundo a Unesco (2020), a população jovem luta contra a insegurança do isolamento e da incerteza quanto ao seu futuro profissional, acompanhados do estresse e da ansiedade desencadeados pela pandemia, agravados cada vez mais pelo contexto social e econômico vivenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível perceber que as consequências da pandemia irão permanecer a acompanhar a população jovem por muito tempo, principalmente se políticas governamentais de auxílio e minimização desses impactos não forem implantadas. Socialmente, os jovens foram afetados em suas relações interpessoais. Na educação, apesar de toda a familiaridade que estes sujeitos possuem com o meio digital, muitos foram afetados pela falta de condições igualitárias de acesso à internet e meios de acesso em seus domicílios. No que diz respeito ao trabalho e emprego, a crise econômica e financeira mundial impôs desafios para a faixa etária juvenil. Além de enfrentar empregos temporários ou com horários reduzidos, os jovens são os primeiros a perder o emprego ou ter suas funções impactadas por mudanças que buscam diminuição de custos para as empresas ou indústrias em que trabalham, problema que afeta principalmente o sexo feminino.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação*. Parecer CNE/CP Nº: 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRÊTAS, José Roberto da Silva *et al.* Aspectos da sexualidade na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 3221-3228, 2011.

BRITTO, Rovilson Robbi. *Cibercultura: sob o olhar dos estudos culturais*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CESAR, Fátima Flório. Morte e vida na adolescência: da dor e da delícia de ser jovem. *DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud*, n. 22, p. 11-22, 2019.

COELHO, Ana Paula Santos *et al.* Saúde mental e qualidade do sono entre estudantes universitários em tempos de pandemia da COVID-19: experiência de um programa de assistência estudantil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. e943998074-e943998074, 2020.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas, 2008.

ISER, Betine Pinto Moehlecke *et al.* Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, 2020.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 6. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LEMOS, Pedro; ALMEIDA-FILHO, Naomar; FIRMO, Josélia. *COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo*. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2020v2n4p39-50>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MALHEIROS, Bruno Taranto. *Metodologia da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: LTC, v. 39, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em Tempos de Pandemia no Brasil: Saberes-fazer escolares em exposição nas redes. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do *et al.* Juventude universitária e o isolamento social na pandemia COVID-19: Emprego, Sociabilidade e Família. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, p. e17191210995-e17191210995, 2020.

NATARELLI, Taison Regis Penariol *et al.* O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *Escola Anna Nery*, v. 19, p. 664-670, 2015.

OECD. *OECD Economic Outlook*. Issue 1: Preliminary version, n.107, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0d1d1e2e-en>. Acesso em: 16 set. 2021.

OECD. *Publishing*: Paris, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0d1d1e2e-en>. Acesso em: 16 set. 2021.

OECD. *Youth and COVID-19*. Response, recovery and resilience. 15 June. 2020b. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=134_134356-ud5kox3g26&title=Youth-and-COVID-19-Response-Recovery-and-Resilience&_ga=2.81984853.2131139532.1632332929-900710709.1632332929. Acesso em: 08 out. 2021.

OIT. *ILO Monitor: COVID-19 and the world of work*. Fourth edition. Updated estimates and analysis. 27 May. 2020a. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

OIT. *ILO Monitor: mais de um em cada seis jovens estão sem trabalho devido à COVID-19*. OIT Lisboa. 27 mai. 2020b. Disponível em: https://www.ilo.org/lisbon/sala-de-imprensa/WCMS_746020/lang--pt/index.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

OIT. *Trabalhadores jovens serão duramente atingidos pelas consequências econômicas da COVID-19*. OIT Brasília. 16 abr. 2020c. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741875/lang--pt/index.htm. Acesso em: 06 nov. 2021.

OLIVEIRA, Luzia Carmen de. Saúde mental nos tempos de pandemia: Uma releitura dos afetos e da Pulsão de morte em Freud. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, v. 9, n. 1, p. 18-34, 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Histórico da pandemia de COVID-19*. OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 06 dez. 2021.

RIBEIRO, Eliane Gusmão *et al.* Saúde mental na perspectiva do enfrentamento à COVID-19: manejo das consequências relacionadas ao isolamento social. *Revista Enfermagem e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 47-57, 2020.

ROGERS, Carl R. *Tornar-se pessoa*. WWF Martins Fontes, 2017.

SANTOS, Edméa. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos. Notícias, *Revista Docência e Cibercultura*, online, 2020.

SERRES, Michel. *Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia, de pensar as instituições, de ser e de saber*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA, Rosemary Francisca Neves. Educação e juventude em tempo de pandemia. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 30, n. 2, p. 175-177, 2021.

TEIXEIRA, Patrícia Espíndola de Lima; FERNANDES, Rafael Martins. Juventude e contemporaneidade: experiência humana, comunitária e pastoral. *Teocomunicação*, v. 50, n. 1, 2020.

UNESCO. Cultivar o bem-estar social e emocional de crianças e jovens durante as crises. UNESCO - COVID-19. **Resposta educacional: Nota Informativa - Setor de Educação**. Nota Informativa n° 1.2, 2020.

VALASQUES, Daiane; SANTOS, Hugo. Impactos do COVID-19: as visões e experiências de crianças e jovens portugueses em situação de acolhimento residencial. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, p. 58-80, 2020.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora. **Educação e Juventude sob Fortes Ameaças** [online]. 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/educacao-e-juventude-sob-fortes-ameacas-colaboracao-de-texto-por-dirce-zan-unicamp-gt-03-nora>. Acesso em: 06 dez. 2021.

Gerações e sociedade: ontem, hoje e amanhã

Autor:**Mario Rubens de Oliveira Carneiro**

Doutor em Administração de Empresas pela PUC-Rio, professor substituto na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense

Resumo

Compreender a dinâmica social passa por sermos capazes de, não apenas, fazer uma leitura da sua evolução e ter clareza sobre as transformações sofridas; mas, também, por buscarmos compreender pra onde nos levam os caminhos que estamos trilhando. Neste sentido, o trabalho aqui apresentado constitui um ensaio cujo objetivo é provocar uma reflexão sobre o potencial ainda pouco explorado do campo de estudos de coortes geracionais, indo além da sua capacidade de enriquecer análises sobre as transformações sociais de ontem, que nos trouxeram até hoje; e focando no quanto pode nos ajudar a melhor prever os cenários que devemos encontrar amanhã. Com a ajuda de pesquisadores de prestígio na área e o suporte de estudos científicos que apresentam a teoria aplicada na prática, é possível concluir que as gerações, no âmbito dos estudos de coortes geracionais, são uma ferramenta valiosa para a investigação da dinâmica de uma sociedade, seja para uma análise histórica, seja para ajustar as expectativas em relação ao futuro.

Palavras-chave: Coortes geracionais. Comportamento. Atitudes. Valores. Sociedade.

DOI: 10.58203/Licuri.21954

Como citar este capítulo:

CARNEIRO, Mario Rubens de Oliveira. Gerações e sociedade: ontem, hoje e amanhã. In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 38-49.

ISBN: 978-65-85562-19-5

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gerações são capazes de agregar, sob diversos aspectos, nos debates sobre sociedades e suas transformações. Afinal, as mudanças das dinâmicas sociais ocorridas ao longo do tempo têm por base, em boa parte, o comportamento das pessoas que as compõem. E as atitudes destas pessoas, que ajudam a explicar seus comportamentos, podem ser melhor compreendidas quando são entendidas as bases nas quais foram forjadas. O entendimento desse processo é justamente o foco de uma das principais teorias sobre gerações.

A teoria de coortes geracionais descortina processo interessante e que vem sendo comprovado: o processo de formação de valores, atitudes e comportamentos em função de experiências de vida similares compartilhadas por grupos de indivíduos de mesma faixa etária. Um fenômeno no qual contextos fornecidos pelo ambiente no qual vivemos formam os indivíduos que darão forma à sociedade em um processo de efeitos recíprocos, de retroalimentação, que se repete indefinidamente ao longo do tempo.

A compreensão deste fenômeno pode ajudar a entendermos com mais clareza a evolução histórica de uma sociedade e, em algum grau, permitir um prognóstico mais acurado sobre tendências de comportamentos vindouros dos indivíduos que continuarão a constituir os cenários sociais. Em outras palavras, a lente que os estudos geracionais trazem aos investigadores, permite não apenas um entendimento mais apurado sobre o passado; mas, ainda, uma possibilidade de vislumbrar com mais clareza o futuro.

Neste contexto, o objetivo deste ensaio é provocar reflexão sobre o potencial ainda pouco explorado do campo de estudos de coortes geracionais não apenas para as análises sobre as transformações sociais de ontem, que nos trouxeram até o cenário que temos hoje, mas principalmente sobre como as pesquisas a respeito de gerações podem nos preparar para o que virá. Trata-se de provocar um olhar para o amanhã.

A SOCIEDADE E AS GERAÇÕES

Para entender uma sociedade é preciso compreender os indivíduos que a compõem. Eles são os elementos básicos da sua constituição, dão contornos e características

específicas a ela, através de suas ações e interações, de seus comportamentos, de suas atitudes e de seus valores. E concomitantemente estes indivíduos são também influenciados pela sociedade que compõem. É no contexto dela que eles ganham forma para, em seguida, dar forma a ela própria. Como uma via de mão dupla de efeitos cruzados. Como um espiral que avança no tempo.

Existem diversas maneiras para se abordar o estudo dos sujeitos que formam uma sociedade. O caminho escolhido por este ensaio é o fornecido pela teoria de coortes geracionais. Geração Z, Geração Y ou *Millennials*, *Baby Boomers*, Geração Alfa... Estes são alguns dos termos que ganharam notoriedade do grande público de uns anos para cá, quando passaram a ter maior exposição tanto na grande mídia, quanto nas redes sociais digitais. O conceito que está por trás da teoria que cunhou estes nomes é bastante rico não apenas para compreendermos as transformações ocorridas na sociedade, mas também para projetarmos cenários futuros.

Segundo a teoria, um coorte geracional pode ser entendido como um grupo de indivíduos que viveu uma mesma experiência em uma mesma época de suas vidas (Ryder, 1965). Como consequência, por compartilhar experiências em comum em um mesmo período crítico de suas vidas eles formarão grupos com valores, preferências e comportamentos similares entre si (Carneiro; Souza; Saldanha, 2023). Mannheim (1952) se refere a este período crítico para como “anos formativos”. Tal período, segundo o autor, pode ser identificado como indo do final da adolescência até o início da vida adulta, fase na qual um indivíduo normalmente começa a assumir maiores responsabilidades e a desenvolver maior consciência política.

Outros pesquisadores, como Schuman e Scott (1989), já endossaram a relevância de tal período ao demonstrar como ele é marcadamente responsável por semelhanças nas memórias e experiências pessoais relatadas por indivíduos contemporâneos que foram expostos a condições ambientais similares. Assim, um grupo de pessoas acaba apresentando uma série de características em comum em função de eventos de grande relevância que viveram coletivamente, sejam eles eventos políticos, naturais, socioculturais ou afins, como: guerras, catástrofes, resseções econômicas, pandemias etc. E, em função disto, estas pessoas poderão ser identificadas como membros de um coorte geracional específico. Desta forma, diferentes momentos da história oferecerão diferentes eventos que irão produzir diferentes efeitos responsáveis por diferentes valores e comportamentos, dando origem a diferentes “gerações”.

A este fenômeno os estudiosos dão o nome de “efeito de coortes geracionais”. E, o mais importante para a tese aqui defendida, é que os valores, atitudes e preferências consolidados nesses “anos formativos” apresentam uma natureza perene, possuindo menor probabilidade de se alterar ao longo da vida (Carneiro, 2019).

Valores, Atitudes e Comportamentos

Neste ponto, torna-se importante compreender os conceitos de valores e de atitudes, bem como, sua relação entre si e como afetam nossos comportamentos. Valor é um termo que pode ser entendido como um conjunto de crenças gerais duradouras, que segundo autores como Rokeach (1973) possuem elementos cognitivos e afetivos. Os valores servem como guias em nossas vidas. Nos dão um norte. Moldam nossas expectativas, nossos julgamentos, nossas ideologias, pautando, inclusive, nosso modo de ver o mundo e tudo que está ao nosso redor. E essa ideia de “forma de ver o mundo” é justamente o que define o conceito de atitude. Dito de maneira mais formal, segundo Eagly e Chaiken (1993), atitude é uma tendência psicológica expressa através da avaliação de uma entidade em uma gradação que vai de favorável à desfavorável. Mas de forma intuitiva, a atitude pode ser vista como uma predisposição em gostar ou não de alguém ou de alguma coisa. Portanto, é possível perceber que atitudes são precursoras de comportamentos. Dessa forma, não se espera, por exemplo, que uma pessoa com atitude vegana apresente comportamentos de consumo de carne.

Entendido o papel de valores e de atitudes, pode-se concluir que compreendê-los no âmbito de grupos indivíduos ajuda a prever melhor suas preferências e, conseqüentemente, seus comportamentos, sejam eles decisões de consumo, inclinações políticas, profissionais, religiosas ou afins. Sabendo-se que efeitos de coortes geracionais formam valores e atitudes que nos acompanharão por toda a vida, pode-se esperar que muitos comportamentos geracionais irão manter um mesmo padrão ainda que os indivíduos envelheçam e que diversos fatores no ambiente venham a se transformar. Em outras palavras, ao se conhecer profundamente uma geração, mesmo que ainda formada por pessoas muito jovens, é possível prever alguns de seus comportamentos no futuro.

Este raciocínio não é inédito, ao contrário, já vem sendo explorado, por exemplo, na área de marketing. Neste campo, autores como Holbrook e Schindler (1994) defendem

e demonstram como pesquisas sobre coortes geracionais podem ajudar na previsão de preferências futuras por determinadas categorias de produtos. E, conforme salientado em Carneiro (2019), esta teoria vem sendo endossada por estudos que já se debruçaram sobre diversos produtos culturais, tais como: música popular, aparência física, teledramaturgia, filmes e atores. Dentre estes estudos encontram-se: Holbrook e Schindler (1989), Schindler e Holbrook (1993), Holbrook e Schindler (1994), Bonn (1999), Motta e Kitajima (2005) e Carneiro (2019).

E como estes conhecimentos podem ser aplicados nos estudos que buscam antecipar transformações futuras na sociedade? Simples, o ideal é observarmos as gerações mais novas cujas características mais marcantes já conseguimos identificar como sendo originárias de efeitos geracionais. Como visto até aqui, segundo a teoria, valores e atitudes característicos de uma geração são esperados que permaneçam invariáveis em boa parte à medida que esta geração envelheça. De tal sorte que podemos prever que teremos em breve mais adultos (e mais adiante, idosos) com estas mesmas características.

Pensemos nos jovens membros da Geração Z (geralmente considerada como sendo formada por pessoas nascidas entre 1995 e 2010). Se olharmos para algumas das características mais comumente destacadas nesta geração veremos que entre suas principais preocupações costumam se encontrar questões relativas a: mudanças climáticas, injustiças sociais e saúde mental. Portanto, seria razoável imaginar que, à medida em que esta geração ganha mais espaço e mais poder de ação, a sociedade, em geral, caminha na direção de aumentar suas preocupações ambientais com os efeitos das mudanças climáticas, tornando-se também mais predisposta a tomar medidas para amenizá-los. Similarmente, parece natural prever que haverá um crescimento das tentativas para abordar desafios sociais, como racismo, sexismo e homofobia. Bem como, pode-se esperar que aumentem as buscas por modos de reduzir a ansiedade e a depressão.

Em tempo, importa dizer que hoje a Geração Z já é uma força motriz ativa, por exemplo, por trás do “movimento climático”. Seus representantes (como a famosa ativista ambiental sueca Greta Thunberg, nascida em 2003) já pressionam governos e empresas a tomar medidas como a redução de emissões de gases de efeito estufa. Esta geração atualmente também já incentiva empresas a serem mais socialmente responsáveis, ao dar preferência ao consumo de produtos e serviços que acreditam ser produzidos de forma mais ética e sustentável e ao falar recorrentemente sobre isso nas mídias sociais digitais. Todavia, com o passar do tempo, os impactos dos valores desta geração vão gerar uma

transformação maior e gradativa na sociedade como um todo. Isso vai ocorrer conforme a Geração Z for assumindo mais posições de liderança em nosso meio social, ganhando maior poder para tomar decisões estratégicas em diversos âmbitos como governos, empresas e outras organizações.

Destaca-se ainda que enquanto esta geração mais nova vai ganhando espaços de relevância na sociedade, estes espaços são cedidos pelo decréscimo de participação das gerações mais antigas, como os *Baby Boomers* (a fim de não perder o foco, evita-se aqui entrar no mérito da inadequação técnica do uso desta expressão, que se refere originalmente a uma geração norte-americana, e das características a ela atribuídas para definir gerações em outros países, como o Brasil). Na primeira metade da década de 2020, os *Boomers* (entendidos, aqui, como aqueles indivíduos nascidos entre 1946 e 1964) representam a geração mais populosa do mundo. Possuem, portanto, grande peso nas opções e nas dinâmicas sociais atuais.

Os membros desta geração, que tiveram seus anos formativos durante a Guerra Fria e o período de prosperidade econômica que se seguiu (sobretudo, nos Estados Unidos da América), possuem sobre diversos aspectos características bastantes distintas daquelas atribuídas à Geração Z. Eles são, por exemplo, considerados: tradicionalistas, focados no trabalho duro, adeptos da meritocracia e da hierarquia e avessos a mudanças radicais. Portanto, quando este perfil hoje majoritário der lugar ao perfil da Geração Z em posições de poder é razoável se esperar um aumento nos movimentos de mudanças relevantes na sociedade.

Seguindo a mesma lógica, sabe-se que outra geração que começará a perder espaço em posições de liderança, ainda que esses efeitos venham a ser sentidos posteriormente à gradativa saída de cena dos *Boomers*, é a Geração X. Nascidos entre 1965 e 1980, os membros desta geração passaram seus anos formativos durante um período que ficou caracterizado como a Era da Informação. Em linhas gerais, acredita-se que por terem crescido durante um período de relativa estabilidade, assim como os *Boomers*, também podem ter uma visão mais tradicional do mundo, sendo resistentes a certas mudanças, desejáveis pela Geração Z. O que reforça a expectativa por crescentes transformações sociais com o passar do tempo, seguindo a dinâmica demográfica das gerações.

Reforçando tal expectativa é interessante lembrar que entre as gerações X e Z ainda existe a Geração Y, formada pelos “*Millennials*” que podem ser considerados aqueles nascidos por volta de 1981 até 1995 (lembrando que autores diferentes costumam divergir

um pouco sobre essas datas, por motivos naturais, mas que fogem ao escopo deste ensaio). A julgar pela faixa etária, antes mesmo dos membros da Geração Z, serão os *Millennials* que ganharão mais espaço nos postos de liderança nos próximos anos. Por terem crescido usando videogames, computadores e smartphones, os membros desta geração estão acostumados a acessar informações e se comunicar de forma rápida e eficiente. E, por terem tido seus anos formativos em um mundo em constante mudança, seus integrantes estão mais acostumados a se adaptar a novas situações, estando, geralmente, mais dispostos a aceitar e implementar mudanças. O que os aproxima das características da Geração Z, com quem compartilham maior compromisso com questões de justiça social e afins. Tal cenário parece sugerir um processo gradativo nas mudanças esperadas para a sociedade ao longo dos anos vindouros, uma vez que entre perfis tão distintos de grupos geracionais distantes em idade (a exemplo das gerações Z e *Boomer*) há outros perfis com características, por assim dizer, intermediárias.

Apurando o foco

O caminho, aqui sugerido, de comparação das características mais comumente atribuídas às diferentes gerações que compõem o extrato social, também pode ser aplicado a temáticas específicas. A fim de tornar mais compreensível o processo de evolução dos modos de ver o mundo e dos comportamentos na sociedade; bem como, a fim de provocar reflexões sobre possíveis cenários futuros.

Assim, por exemplo, pode-se analisar e comparar as atitudes das diferentes gerações em relação à liberdade. É perceptível que diferentes prioridades têm se destacado ao longo dos anos e das gerações. Assim, a busca por uma “liberdade individual”, parece ter sido o objetivo de *Boomers* e de membros da Geração X. Estes, sobretudo, associavam esta liberdade ao desenvolvimento pessoal. E na busca por este desenvolvimento, levados pela esteira dos desenvolvimentos tecnológicos que expandiram consideravelmente o potencial da tecnologia para conectar pessoas, criaram os primeiros serviços de redes sociais digitais (como o SixDegrees.com, o Friendster e o Myspace). Neste cenário criado pela geração anterior, a Geração Y passou, então, a destacar-se pela preocupação com a “liberdade de expressão”. Assim, os *millennials*, considerados os primeiros nativos digitais aprimoraram as plataformas e popularizaram o uso destas redes

sociais, tendo como um de seus mais famosos expoentes, Mark Zuckerberg (nascido em 1984) o criador do Facebook.

Com estas bases estabelecidas e aparentemente usufruindo das conquistas das gerações anteriores sobre liberdades individuais e de expressão, a Geração Z (segunda geração nativa digital, conhecida pelo uso cotidiano e mais intenso das redes sociais) tem demonstrado uma premente busca por “liberdade de escolhas” em diversos campos, como carreira e estilos de vida; considerando tal liberdade como essencial para a construção de uma identidade própria.

Isso ajuda a explicar porque a Geração Z é mais propensa do que as gerações anteriores a buscar carreiras que combinem com seus interesses e valores, ao invés de priorizar apenas salários melhores, estabilidade financeira, cargos de chefia ou empresas mais tradicionais e supostamente mais seguras. Assim, seus integrantes mudam mais vezes de emprego ao longo de suas vidas. Estão mais propensos a trabalhar em *home office* e a buscar empregos como *freelancers*. Experimentam, descartam e buscam novas opções com muito mais facilidade do que qualquer geração que os precedeu. Similarmente apresentam estilos de vida mais flexíveis e mais individualizados. O que se reflete inclusive na pluralidade de escolhas de orientações sexuais e de identidades de gênero, buscando abandonar as opções binárias comuns na sociedade até então.

Portanto, é possível perceber e melhor compreender a dinâmica das transformações ocorridas no seio da sociedade no que tange aos anseios por liberdade. Ao longo do tempo, as prioridades que já estiveram voltadas para a liberdade individual, migraram para a expectativa por liberdade de expressão e hoje caminham a passos largos para um protagonismo da busca por liberdade de escolhas. Cada movimento desses tem suas bases nos movimentos anteriores e se apresentam como uma sequência de eventos que se encaixam perfeitamente seguindo uma certa lógica, ainda que complexa e de apuração nunca integral.

O breve exercício de reflexão realizado sobre o tema “liberdade” pode ser replicado para diversas outras temáticas que em conjunto ajudarão a compreender por onde caminha a sociedade. Questões como família, relacionamentos, individualismo/coletivismo, responsabilidade/compromisso, empatia, tolerância, felicidade e tantos outros, possuem intercessões interessantes capazes de antecipar futuros desafios. Por exemplo, não será surpresa se daqui a alguns anos empresas e outras organizações tiverem dificuldades para repor pessoas em cargos de direção. Visto que há

indicadores de certa tendência da Geração Z em abrir mão dessas posições em troca de reduzir responsabilidades para, supostamente, obter mais tempo livre.

Indo além

A utilização da teoria de gerações para prever comportamento futuros já foi explorada por outros pesquisadores, como William Strauss e Neil Howe autores de “Gerações: A História do Futuro da América, 1584 a 2069” (Strauss; Howe, 1991) e de “A Quarta Virada” (Strauss; Howe, 1997). Os autores que analisaram as gerações que compuseram a sociedade americana (Estados Unidos da América) durante 400 anos, chegam inclusive a sugerir que seria possível antever tendências de comportamentos de gerações que ainda nem existem, ao descreverem quatro perfis de comportamento geracional que se mostram recorrentes ao longo do tempo, como ciclos históricos.

O que William Strauss e Neil Howe propõem é um modelo de ciclos sociais de 80 anos, divididos em quatro “viradas”. A primeira virada, corresponde a um período de alta, de estabilidade e prosperidade. Durante este período as pessoas concentram-se em construir carreiras e famílias. E tendem a acreditar que o mundo é um lugar bom e que é possível mudar as coisas para melhor. Na sequência viria a segunda virada, que diz respeito a um período de transição, que se caracteriza por conflitos e mudanças. Durante esta fase as pessoas comumente questionam as instituições estabelecidas e buscam novas formas de viver. O comportamento comum é guiado por pragmatismo e cautela, pois os indivíduos estão mais propensos a ver o mundo como um lugar perigoso e difícil de mudar.

A etapa seguinte corresponderia a um período de baixa, chamado de terceira virada, e caracterizado por momentos de reconstrução e de consolidação. Nesta fase as pessoas costumam buscar a restauração da ordem e da estabilidade. Não raro, predomina uma atitude de pessimismo e desconfiança, havendo acentuada propensão a achar o mundo como um lugar injusto e desigual. Por fim, a quarta virada, corresponderia a um período de renascimento, no qual predominam idealismos e confiança. Neste momento, as pessoas costumam se mostrar ansiosas para criar um novo mundo baseado nos valores que aprenderam com seus pais e avós.

Com base nesta teoria os autores foram capazes de antever comportamentos de integrantes da Geração Y de forma bastante antecipada. Todavia, acredita-se que ainda

que haja algum tipo de recorrência nos comportamentos geracionais em função deste ciclos propostos, ainda que hajam arquétipos geracionais que se repitam em algum grau ao longo do tempo, este parece ser um passo bastante mais arriscado para se fazer estimativas para o futuro. Por outro lado, basear-se em comportamentos já devidamente observados e comprovadamente oriundo de efeitos de coortes geracionais em gerações específicas parece ser um caminho mais seguro no esforço de refletir sobre o que devemos esperar para um futuro mais próximo.

Olhos no futuro, mas com os pés no chão

Neste ponto deste ensaio é preciso ressaltar que o exercício aqui proposto não é de futurologia. A provocação que se faz é no sentido de aguçar as reflexões sobre o que devemos esperar para os próximos anos e décadas, com base em elementos que explicam comportamentos e que sob diversos aspectos já se provaram perenes o suficiente para esperarmos que também estejam presentes neste futuro, a fim de antecipar cenários possíveis ou mesmo prováveis. Ainda importa frisar que as características aqui apresentadas para as gerações citadas são meras generalizações com objetivo mais de ilustrar uma proposta de reflexão do que de caracterizar os grupos mencionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos como saber como serão as gerações futuras, mas sabemos que as gerações mais antigas aos poucos vão saindo de cena e sabemos também que as gerações mais novas vão a cada ano ganhando maior relevância na definição dos caminhos de uma sociedade, uma vez que assumem mais posições de poder tanto em governos quanto, em corporações privadas e outras organizações relevantes para todos nós. Assim, é possível imaginar que valores e atitudes em relação à vida já observáveis, hoje, nas gerações mais jovens têm boas chances de direcionar, em parte, o mundo no qual viveremos, amanhã.

REFERÊNCIAS

BONN, É. M. Os Efeitos de Geração e a Preferência por Filmes de Cinema. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

CARNEIRO, M. R. Gerações e Comportamento de Consumo: O efeito de coorte na preferência pelo produto cultural ídolos da teledramaturgia brasileira. Lisboa: NAUS - Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais, v.2 n.1, p. 79-98, 2019.

CARNEIRO, M. R.; SOUZA, L. L. F.; SALDANHA, J. A. V. Quando se formam preferências levadas por toda a vida? Evidências dos efeitos de coortes geracionais. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.16, n.9, p. 14154-14182, 2023.

EAGLY, A. H.; CHAIKEN, S. The psychology of attitudes. Orlando, FL: Harcourt, 1993.

HOLBROOK, M. B.; SCHINDLER, R. M. Some Exploratory Findings on the Development of Musical Tastes. Journal of Consumer Research, 16 (June), 119-24, 1989.

HOLBROOK, M. B.; SCHINDLER, R. M. Age Sex, and Attitude Toward the Past as Predictors of Consumers' Aesthetic Tastes for Cultural Products. Journal of Marketing Research, 31 (August), 412-422, 1994.

MANNHEIM K. The Problem of Generations. In: Mannheim K. editor. Essays on the sociology of knowledge. London : Routledge and Kegan Paul, p. 276-322, 1952.

MOTTA, P. C.; KITAJIMA, I. The Cohort Effect of Musical Taste. Balas Annual Conference, (May), Madrid, 2005.

ROKEACH, M. The nature of human values. New York: Free Press, 1973.

RYDER, N. B. The Cohort as a Concept in the Study of Social Change. American Sociological Review, 1965.

SCHINDLER, R. M., HOLBROOK, M. B. **Critical Periods in the Development of Men's and Women's Tastes in Personal Appearance.** Psychology & Marketing, 10, 549-564, 1993

SCHUMAN, H.; SCOTT, J. Generations and Collective Memories. American Sociological Review, 54, (3), 359-81, 1989.

STRAUSS, W.; HOWE, N. Generations: The History of America's Future, 1584 to 2069. New York: William Morrow and Company, 1991.

STRAUSS, W.; HOWE, N. *The fourth turning: an American prophecy*. New York : Broadway Books, 1997.

Ergonomia e espiritualidade: uma ponte no mundo do trabalho rumo à quarta revolução industrial

Autores:

Ana Camila de Oliveira Pereira

Aluna da graduação em Engenharia de Produção, do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande

Ivanildo Fernandes Araújo

Doutor, Professor de Engenharia de Produção do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande

DOI: 10.58203/Licuri.21955

Como citar este capítulo:

PEREIRA, Ana Camila de Oliveira; ARAÚJO, Ivanildo Fernandes. Ergonomia e espiritualidade: uma ponte no mundo do trabalho rumo à quarta revolução industrial. In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 50-68.

ISBN: 978-65-85562-19-5

Resumo

Compreender como a ergonomia e a espiritualidade podem contribuir frente à realidade emergente da Indústria 4.0 é objetivo principal dessa pesquisa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as demandas tecnológicas e profissionais na Indústria 4.0; os constructos da ergonomia e de espiritualidade no trabalho, considerados como aqueles mais significativos e importantes, frente aos impactos que afetarão as relações no ambiente laboral e suas estratégias para humanizar o trabalho nessa nova realidade, avaliando as relações e impactos uma sobre as demais variáveis. Nesse sentido, foram esquematizadas cinco tabelas conceituais a partir dos aspectos da quarta revolução industrial, e suas relações com ergonomia e espiritualidade. De maneira complementar, uma tabela adaptação do diagrama QFD. Com base nas análises, foram elaboradas algumas recomendações ergonômicas e de espiritualidade no trabalho no sentido de melhorar o trabalho nessa nova fase da indústria. Considerando os resultados apresentados na pesquisa, balizados nos três domínios da ergonomia (físico, cognitivo e organizacional) percebe-se que essa nova realidade contribui para a diminuição dos riscos no campo físico, mas exige maiores esforços cognitivo e organizacional, com exigência de alta concentração e motivação, que só ocorre satisfatoriamente se o indivíduo estiver espiritualizado no seu trabalho, o que contribuirá para alinhar objetivos pessoais com a organização e, nesse sentido, as análises realizadas a partir da matriz de correlação permitiram comprovar uma forte correlação entre as variáveis de ergonomia e espiritualidade no trabalho com tendências a alavancar as relações humanas junto a Indústria 4.0.

Palavras-chave: Indústria 4.0. Fatores Humanos. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A autodenominação de “*Homo sapiens*” (homem sábio) revela a crença do homem de ter alcançado sua superioridade máxima, no fato de serem os únicos seres vivos provido de inteligência, mas analisando a história, constata-se que a evolução é ininterrupta e que a cada dia que passa o homem aprende novas formas de viver, produzir e se relacionar. A evolução é a base para o progresso na humanidade, promove avanços nos pensamentos e transformações para a natureza. Deixar-se ficar à margem da evolução é demasiadamente perigoso, podendo ter consequências tão significativas que não seja possível se adaptar e sobreviver a um novo ambiente (DARWIN, 1982).

Desde o surgimento do capitalismo, a humanidade tem vivenciado significativas transformações promovidas pelas mudanças na indústria, são as chamadas revoluções industriais. As três primeiras revoluções industriais trouxeram a produção mecânica, as linhas de montagem, a eletricidade e a tecnologia da informação, fazendo da competição tecnológica a base para o desenvolvimento econômico. Nesse momento, a humanidade está vivenciando um momento com potencial ainda mais transformador: a quarta revolução industrial. Diferentemente das três que a antecederam, as quais apresentaram uma evolução de modo linear, essa aparece numa forma exponencial. Também chamada de Indústria 4.0, caracteriza-se pela fusão entre as tecnologias digitais, físicas e biológicas e tem como premissa a automação das fábricas através de sistemas *ciberfísicos*, os quais são capazes de tomar decisões e de cooperar entre eles e com humanos. Nessa nova fase da indústria, as fábricas produzem produtos inteligentes, em equipamentos inteligentes e em cadeias de abastecimento inteligentes (PLATTFORM INDUSTRIE 4.0, 2021).

Revoluções denotam mudanças abruptas e radicais e todas elas, de qualquer natureza, implicam em impactos positivos e negativos. Diante da realidade do surgimento de uma nova revolução industrial, inúmeros questionamentos manifestam-se em razão do medo e da incerteza de um futuro ainda desconhecido. Questões tais como: Quais as tendências futuras em relação ao trabalho e como fica o ser humano nesse contexto? Qual o novo perfil de profissional exigido? Como essas mudanças impactarão o trabalho e o trabalhador? Que cuidados devem ser tomados para preservar a integridade física e mental do ser humano no trabalho? E, como essa revolução impactará na estrutura gerencial e pessoal no trabalho?

Em busca por respostas tão emergentes e necessárias, optou-se por investiga-las utilizando conhecimentos de ergonomia e espiritualidade no trabalho. Ergonomia pode ser definida como o entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos que compõem sua atividade laboral, com o objetivo de proporcionar saúde, satisfação, conforto e eficiência ao trabalhador ao passo que eliminam fadiga, erros, acidentes e baixa produtividade. A espiritualidade no trabalho refere-se à conexão estabelecida entre o trabalhador e o seu trabalho. Esse conceito tem sido uma tendência, pois acredita-se que o contexto laboral influencia diretamente sobre a vida do trabalhador, como também, uma organização espiritualizada obtém melhores resultados.

Conhecendo essas definições e tendo analisado alguns estudos que preveem possíveis cenários para a Indústria 4.0 (BANCO MUNDIAL, 2018; PENHAKI, 2019; XU; DAVID; KIM, 2018), esse trabalho parte da hipótese de que ergonomia e espiritualidade no trabalho são duas áreas do conhecimento que servirão como ponte para essa nova revolução. Desse modo, o objetivo geral deste artigo é investigar como a ergonomia e a espiritualidade se inter-relacionam e como elas podem contribuir com o mundo do trabalho na realidade promovida pela quarta revolução industrial.

METODOLOGIA

Essa pesquisa classifica-se como descritiva e bibliográfica. Seguindo essa lógica, como ponto inicial para a execução desse projeto, fez-se um apanhado bibliográfico acerca dos três principais objetos de pesquisa, quais sejam: ergonomia, espiritualidade e quarta revolução industrial. Foram elencadas e analisadas algumas definições para cada um desses temas, como também suas características e demais considerações cabíveis. Tomando o título desta pesquisa, identifica-se a existência do que pode ser uma quarta variável: o trabalho ou o mundo do trabalho. Que pode também ser compreendido como o universo no qual se pretende extrair as análises propostas como objetivo deste projeto. Nesse sentido, buscou-se guiar a descrição das variáveis em caminhos que levassem a compreender suas atuações nesse universo.

Para compreender as relações entre as três variáveis principais, seguiu-se o seguinte procedimento: primeiro, estabeleceu-se as devidas correlações entre os fatores ergonômicos chave com as demandas humanas da espiritualidade e, consecutivamente,

definir as inferências das demandas ergonômicas e de espiritualidade na quarta revolução industrial (conforme pode ser ilustrado na esquematização na figura 1).

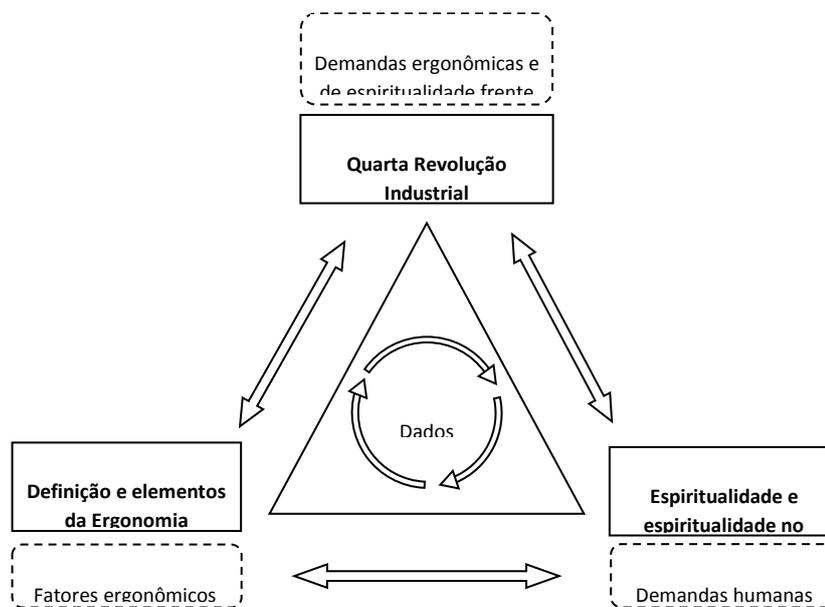


Figura 1. Estrutura esquemática de coleta e análise dos dados. Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Com base na triangulação dos dados coletados e analisados, foi montada uma matriz, identificando todas as variáveis chave, definindo as respectivas ações importantes em cada situação e detalhando ações de espiritualidade e ergonomia como cenário do trabalho com Tecnologias de Produção 4.0. De maneira complementar, foi elaborada uma matriz baseada no modelo QFD (Desdobramento da Função Qualidade) para classificar essas relações quanto à intensidade.

ERGONOMIA

O termo Ergonomia deriva do grego *ergon* que significa trabalho e *nomos* que significa normas, regras ou leis. A Ergonomia (também intitulada de *human factors* ou fatores humanos) é o estudo da adaptação do trabalho ao ser humano, sendo o trabalho compreendido como qualquer situação em que ocorre relacionamento do homem com uma atividade produtiva de bens ou serviços (IIDA & BUARQUE, 2016).

Para que o ambiente seja tido como seguro, saudável, confortável e eficiente para o trabalho e a vida cotidiana do trabalhador, ele deve estar adaptado às capacidades e limitações físicas e psicológicas do ser humano (DUL & WEERDMEESTER, 2012). A sua atuação se divide em três domínios de especialização, são eles: a) ergonomia física, que atua no âmbito da anatomia humana, antropometria, fisiologia e biomecânica em sua relação com a atividade laboral; b) ergonomia cognitiva, que age no âmbito dos processos mentais, como percepção, memória, raciocínio e resposta motora à medida que afetam as interações entre o homem e os demais elementos do sistema; e, c) ergonomia organizacional, que atua no âmbito da otimização dos sistemas sócio técnicos, incluindo suas estruturas organizacionais, políticas e de processos (IIDA & BUARQUE, 2016).

Conforme se eliminam os elementos nocivos ao trabalhador e que influem no desempenho do sistema produtivo, a eficiência aparece como consequência. Em ergonomia, a eficiência não deve ser colocada como objetivo principal pois estando isolada pode justificar a adoção de práticas que levem ao aumento dos riscos, além do sacrifício e sofrimento dos trabalhadores (IIDA & BUARQUE, 2016).

ESPIRITUALIDADE E ESPIRITUALIDADE NO TRABALHO

Etimologicamente, espiritualidade provém do latim “*spiritus*” ou “*spiritualis*”, que significa sopro de vida, próprio do espírito, desprovido de corporeidade, imaterial. Viktor Frankl (1987) afirma que “a busca do homem por um sentido é a principal motivação em sua vida” e a frustração nessa necessidade é um sintoma da atualidade. A logoterapia estabelece que, dentre as três formas diferentes de descobrir o sentido na vida, o primeiro deles é criando um trabalho ou praticando um ato, o caminho da realização (FRANKL, 1987).

É a partir do trabalho que o homem garante sua sobrevivência, então visualizando de um ângulo existencial, o trabalho é, sobretudo, fonte de sentido para a vida humana. De fato, o homem não nasceu exclusivamente para o trabalho, mas é trabalhando que ele se livra do ócio, da preguiça e do vício e traz a felicidade (MARANHÃO, 2016).

Assim, a atividade laboral é a ação que move o homem, na qual ele emprega a maior parte do seu tempo. Mas, ele só se sente contemplado, conectado e encontra sentido para sua vida mediante uma conexão com a atividade e com as demais pessoas

que colaboram para esta. É nesse sentido que a espiritualidade entra para o contexto das organizações, como uma dimensão estratégica, na medida que dá significado à missão da empresa e ao trabalho das pessoas.

Marques (2005) define a espiritualidade no trabalho como uma “experiência de inter-relação e confiança entre os envolvidos em um processo de trabalho, gerada pela boa vontade individual, levando à criação coletiva de uma cultura organizacional motivacional, sintetizada pela reciprocidade e solidariedade, resultando em um melhor desempenho global”. Moore e Casper (2006) classificam a espiritualidade no trabalho em três dimensões: a) auto imersão no trabalho que refere-se ao grau de apoio oferecido pela organização para que o funcionário vivencie aspectos de sua espiritualidade no ambiente de trabalho; b) interconectividade que refere-se ao sentimento de se sentir parte de algo muito maior que si mesmo, dentro da organização; c) auto realização que refere-se ao grau em que os funcionários se sentem plenos e realizados, ao vivenciarem experiências de crescimento mental e espiritual, através do trabalho.

QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Observando a expressividade dos avanços nas tecnologias digitais, Schwab (2019) defende que o mundo está vivenciando a Quarta Revolução Industrial. Embora a tecnologia da informação tenha sido incorporada aos negócios desde a década de 1970, nessa nova fase, o protagonismo não é mais do computador, mas da internet (PLATTFORM INDUSTRIE 4.0, 2021).

Esse conjunto de transformações também pode ser chamado de Indústria 4.0, denominação esta que surgiu na feira Industrial de Hannover, na Alemanha, como parte o *High-Tech Strategy 2020 Action Plan*, no ano de 2011 (KAGERMANN; WAHLSTER; HELBIG, 2013). A *Plattform Industrie 4.0* (2021) se refere à Indústria 4.0 como uma “rede inteligente de máquinas e processos para a indústria com a ajuda da tecnologia da informação e comunicação”.

Espera-se que haja alterações nas expectativas dos clientes, que implicará em produção flexível e soluções orientadas para o cliente. Além do que procurar produtos, o consumidor procura experiência, fazendo com que tudo seja considerado no ato da compra. Isso fará com que a relação entre consumidores e produtores seja estreitada.

O conjunto de tecnologias emergentes na indústria 4.0 incluem Internet das Coisas (*Internet of Things - IoT*), Sistemas Ciber-Físicos (*Cyber-Physical Systems - CPS*), *Big Data & Analytics*, Realidade Virtual e Aumentada, Impressão 3D (ou Manufatura Aditiva) e Inteligência Artificial (AI).

Organização do trabalho na Quarta Revolução Industrial

A preocupação de que as máquinas tomassem os empregos dos homens existe há centenas de anos mas nunca esteve tão próximo da realidade como agora, à medida que a quarta revolução industrial apresenta um conjunto de tecnologias com capacidades que se assemelham ou até superam às humanas, numa perspectiva de automatização total das fábricas (BANCO MUNDIAL, 2018).

A possibilidade de uma economia sem empregos é perturbadora, no entanto, dados sobre empregos globais nas empresas (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020; BANCO MUNDIAL, 2018) não confirmam essas preocupações. Na verdade, o que está acontecendo é que a tecnologia está remodelando as habilidades necessárias para o trabalho.

Nessa nova fase da indústria, o protagonismo está sendo da mente ante ao corpo pois os trabalhadores do conhecimento são capazes de fornecer foco, criatividade e alavancagem no uso dos investimentos empresariais para atingir os objetivos da organização com mais eficiência. Nesse sentido, na fábrica do futuro, o desafio é como as empresas podem motivar seus trabalhadores a liberar seu potencial humano (XU; DAVID; KIM, 2018).

A tendência, já observada em muitos países, é que haja um declínio na demanda por profissionais que executam tarefas simples, repetitivas e de baixa qualificação. No relatório intitulado *The Future of Jobs 2020* publicado no *World Economic Forum* foi apresentada uma lista com os vinte principais empregos em aumento e redução da demanda em todos os setores da economia. A partir dessas listas, percebe-se que as projeções para os próximos anos confirmam a hipótese da substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas. Enquanto que os empregos em ascensão têm alta relação com a administração e manuseio dessas novas tecnologias.

A Quarta Revolução Industrial tem como princípio o estreitamento da relação homem-máquina, à medida que tem a intenção de aumentar o nível de cooperação entre

eles. Destarte, a mão de obra qualificada não estará mais associada a apenas um tipo específico de trabalho. Os profissionais deverão ser abertos a mudanças, possuir flexibilidade de adaptação para as transformações no ambiente e nas funções do trabalho, como também preparados ao contínuo aprendizado interdisciplinar (PENHAKI, 2019).

DEMANDAS TECNOLÓGICAS E PROFISSIONAIS NO USO DAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO 4.0

Quanto às tecnológicas, devem ser destacados três eixos: internet, dispositivos eletrônicos e segurança da informação. Dentre o conjunto de tecnologias emergentes e as novas tendências comportamentais, a maioria está vinculada com a internet. A exemplo da sua utilização: computação em nuvem, internet das coisas, como também as tendências profissionais que direcionam-se ao trabalho com a mente e o *home office*, que só é possível em virtude da internet, que conecta o trabalhador com a empresa à distância. No segundo ponto, é evidente que, conforme aumenta o uso de dispositivos eletrônicos, urge a necessidade por dispositivos eletrônicos mais potentes.

Muitas empresas/pessoas ao redor do mundo já concentram parcial ou totalmente as suas informações em sistemas computacionais. Partindo da premissa que a internet é uma rede mundial, qualquer pessoa no mundo pode ter acesso a essa informação, é excepcional que as empresas invistam em medidas e estratégias de segurança de modo a minimizar o risco de expor seus dados e de seus clientes a pessoas externas à organização.

Quanto ao perfil profissional demandado na Quarta Revolução Industrial, como vem sendo explicitado ao longo desse trabalho, as principais habilidades e competências que ele deve conter envolvem a mente, seja de modo diretamente ligado à natureza do trabalho como também numa linguagem de apoio. Haverá uma grande demanda por indivíduos com habilidades para criar e manusear as tecnologias, destacando o papel dos especialistas em tecnologias. Por outro lado, o excesso de trabalho com a mente pode sobrecarregá-la e esse é um dos grandes desafios dessa nova fase da indústria: como motivar o homem a extrair seu potencial humano e, ao mesmo tempo, não transformá-lo em uma máquina pensante. Assim, o profissional da Indústria 4.0 deve possuir fortes habilidades sociais e psicológicas para sobreviver com saúde mental e promover um ambiente de trabalho saudável.

PERFIL PROFISSIONAL NA INDÚSTRIA 4.0

A organização do trabalho promovida pela quarta revolução industrial estabelece um novo perfil profissional. No grupo de competências técnicas, os profissionais serão demandados por uma visão técnica e sistêmica da produção, formação multidisciplinar e autodidatismo. Em relação às habilidades cognitivas, destacam-se características como a inteligência emocional, flexibilidade, criatividade, raciocínio rápido e tomada de decisões, resolução de problemas e conflitos, análise crítica e orientação para a eficiência. Quanto às habilidades sociais, serão demandados profissionais com atributos de liderança e influência social, comunicação, relacionamentos interpessoais e Interculturalidade e conhecimentos de outros idiomas.

ERGONOMIA E ESPIRITUALIDADE NA INDÚSTRIA 4.0

Para compreender visualmente de que forma a ergonomia e a espiritualidade serão pontes para a quarta revolução industrial, tomando como base os conceitos apresentados anteriormente, elaborou-se cinco tabelas conceituais, cada qual pautado em um aspecto da Indústria 4.0, são eles: (1) a intensificação do uso de máquinas e do nível de cooperação com o homem, (2) a automatização de processos, (3) a incorporação de novas habilidades, (4) internet centralizadora e (5) novos modelos de negócios. Desses aspectos principais, foram extraídos alguns outros mais específicos e, a partir deles, foi-se estabelecendo, para cada um, as relações e implicações diante da ergonomia e da espiritualidade. Para a leitura do tabelas, considere as células preenchidas na cor verde como pontos positivos, as células preenchidas de vermelho como pontos negativos e as células preenchidas de cinza como neutras (porque tanto podem ser positivas como negativas, dependendo da perspectiva).

Tabela 1. Implicações da intensificação do uso de máquinas e do nível de cooperação com o homem com aspectos de ergonomia e espiritualidade

Indústria 4.0	Ergonomia	Espiritualidade
(1) Intensificação do uso de máquinas e do nível de cooperação com o homem		
a) Manuseio e manutenção de máquinas	Surgimento de máquinas inteligentes que dispensarão a necessidade de manutenção manual	Melhoria da práxis com aumento da produtividade e sentido
	Riscos de acidentes pela condição de execução do trabalho Exposição a condições ambientais inadequadas, substâncias nocivas, espaços restritos, vibrações e esforços intensos	Diminuição da produtividade, motivação, sentido e criatividade e riscos à integridade do trabalhador
b) Trabalho com computadores	Fácil disposição e acesso aos materiais de trabalho	Aumento de significado com impacto da produtividade
	Exposição a luzes artificiais Posturas estáticas e esforços repetitivos	Impacto na Integridade com diminuição da produtividade, motivação e sentido e riscos à integridade do trabalhador
	Tendência a posturas inadequadas	
c) Trabalho remoto (<i>home office</i>)	Maior integração família-trabalho	Melhoria na identidade com aumento da produtividade, motivação e sentido e melhorias à saúde do trabalhador
	Redução do estresse com tempos de deslocamento	
	Liberdade para a definição do próprio horário de trabalho	Necessidade de auto liderança e Exigência de autodisciplina
		Margem para jornada de trabalho irregulares, diminuindo a produtividade, motivação e envolvimento
	Estresse gerado pela dificuldade de dissociar a vida pessoal da vida profissional	Aumento da ansiedade e do estresse por produtividade
	Prejuízos à interação social no trabalho	Dificuldade em liderar e manter a sinergia dificulta a empresa manter uma cultura organizacional forte
		Estímulo à competitividade não saudável
	Diminui os sentidos de integralidade, camaradagem e justiça e a confiança	
Infraestrutura inadequada Exposição a luzes artificiais Posturas estáticas e esforços repetitivos Tendência a posturas inadequadas	Risco a Integridade com diminuição da produtividade, motivação e sentido e riscos à integridade do trabalhador	

Tabela 2. Implicações da automatização de processos com aspectos de ergonomia e espiritualidade.

Indústria 4.0	Ergonomia	Espiritualidade
(2) Automatização de processos		
a) Substituição do homem por robôs em trabalhos de alto risco	Redução de erros no processo	Aumento da produtividade
	Ansiedade, medo e estresse por parte do trabalhador de perder o seu emprego	Insegurança e abalo psicológico
b) Facilidade na tomada de decisões	Diminuição da carga mental para a tomada de decisões	Aumento da produtividade, motivação e criatividade

Tabela 3. Implicações da implementação de novas habilidades com aspectos de ergonomia e espiritualidade.

Indústria 4.0	Ergonomia	Espiritualidade
(3) Incorporação de novas habilidades		
a) Profissionais multifuncionais, flexibilidade e disposição para o aprendizado contínuo, habilidades cognitivas avançadas, habilidades socioemocionais	Menor mecanização do homem e maior aproveitamento de suas habilidades humanas	Fortalecimento da autoconfiança e da autoestima do trabalhador, ao se perceber um profissional bem qualificado
		Maior integração e conexão social
	Alta demanda de carga mental	Insegurança e ansiedade de não possuir as competências que o mercado exige

Tabela 4. Implicações da Internet centralizadora com aspectos de ergonomia e espiritualidade.

Indústria 4.0	Ergonomia	Espiritualidade
(4) Internet centralizadora		
a) Acesso e armazenamento de informações	Maior segurança para o armazenamento de informações e agilidade no acesso	Fortalecimento da integridade e da confiança em si e no processo e ganhos de produtividade
	Ganho de tempo	
b) Vulnerabilidade para <i>ciberataques</i>	Alta demanda de carga mental em atividades de processamento de dados	Diminuição do senso de Integridade e Justiça provoca insegurança
c) Dependência da estabilidade da internet	Aumento da carga mental e estresse	

Tabela 5. Implicação de novos modelos de negócios com aspectos de ergonomia e espiritualidade.

Indústria 4.0	Ergonomia	Espiritualidade
(5) Novos modelos de negócios		
a) Clientes mais exigentes e projetos mais personalizados	Maior adaptabilidade às condições psicofisiológicas do usuário (trabalhador e consumidor)	Aumento dos sentidos de integralidade, significado justiça e produtividade com maior contentamento e satisfação com o produto/serviço
b) Estreitamento na relação entre produtor e consumidor		Maior sinergia e empatia tanto da empresa com o consumidor como também com o trabalhador

Como visto nas tabelas, as contribuições da ergonomia e da espiritualidade frente à quarta revolução industrial serão tanto positivas quanto negativas, mas serão principalmente bastante expressivas. Alguns dos pontos elencados não são novos pois já existiam de modelos de indústria do passado, como os riscos de acidentes pela condição de execução do trabalho (1-a), embora as máquinas sejam cada vez mais automatizadas e independentes.

Uma tendência da quarta revolução industrial é o (1-c) trabalho remoto. Muitas empresas têm o adotado como forma de gerar maior conforto e qualidade de vida para o trabalhador, e percebeu-se que essa forma de trabalho acaba também por proporcionar maior economia de tempo e dinheiro tanto para o empregado quanto para o empregador. No entanto, visualizando pela perspectiva da ergonomia, foi identificado um considerável número de pontos negativos que podem pesar mais do que os pontos positivos citados e gerar prejuízos à espiritualidade, influenciando diretamente na produtividade da empresa.

Ao pensar em Indústria 4.0, o subconsciente da maioria das pessoas remete imediatamente à inteligência artificial. Porém, o que ocorre na Indústria 4.0 é que os princípios de espiritualidade alteram essa perspectiva e retorna o homem à sua capacidade natural (2-a, 3-a, 5-a), o visualizando como ser pensante e detentor de sentimentos, e percebendo que as suas capacidades cognitivas e sócio emocionais são tão grandiosas que devem ser aproveitadas antes de tudo.

CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

Para o processo de classificação do grau de correlação entre as variáveis, foi elaborada uma matriz inspirada no QFD, uma ferramenta construída pelo cruzamento dos requisitos do cliente com as características do produto, visando a qualidade total. Adaptando para este caso, pode-se compreender a ergonomia e a espiritualidade como requisitos do cliente e a Indústria 4.0 como as características do produto. No cruzamento, a correlação foi classificada numa escala de baixa (B), média (M) e alta (A).

INDÚSTRIA 4.0	Importância	Físicos	Cognitivos	Organizacionais	Motivação	Significado	Produtividade	Integridade	Empatia	Justiça	Confiança	
		ERGONOMIA			ESPIRITUALIDADE							
		Manuseio e manutenção de máquinas	5	A	M	B	M	M	A	M	M	B
Trabalho com computadores	5	A	A	M	M	B	A	M	x	x	M	
Trabalho remoto (<i>home office</i>)	4	A	A	A	A	A	A	M	A	A	A	
Substituição do homem por robôs em trabalhos monótonos e pouco ergonômicos	5	A	A	B	M	M	A	A	A	A	A	
Facilidade na tomada de decisões	4	B	A	A	M	B	A	M	B	A	A	
Profissionais multifuncionais, flexibilidade e disposição para o aprendizado contínuo, habilidades cognitivas avançadas, habilidades socioemocionais	5	A	A	A	M	A	A	M	M	M	M	
Maior segurança para armazenamento das informações (em relação ao convencional uso de papel)	5	B	A	B	A	A	A	A	x	A	A	
Acesso mais fácil às informações: tudo está à sua disposição ao alcance de um clique	5	M	A	M	A	B	A	M	A	A	A	
Segurança da informação: a rede de internet é mundial, aumentando a vulnerabilidade para ciberataques	4	B	A	B	A	M	M	M	A	A	A	
O trabalho depende da estabilidade da conexão com a internet	4	B	M	B	A	M	A	B	A	A	A	
Alterações nas expectativas dos clientes: o cliente está mais exigente e os projetos estão mais personalizados	4	M	M	M	M	A	M	B	A	A	A	
Estreitamento na relação entre produtor e consumidor	4	B	M	M	M	M	M	M	A	A	A	

Figura 2. Adaptação do diagrama QFD relacionando as variáveis de ergonomia, espiritualidade no trabalho e Indústria 4.0.

Para sintetizar a matriz e facilitar a visualização dos dados, elaborou-se um gráfico a partir das porcentagens de grau de relação alto, médio e baixo (Figura 3).

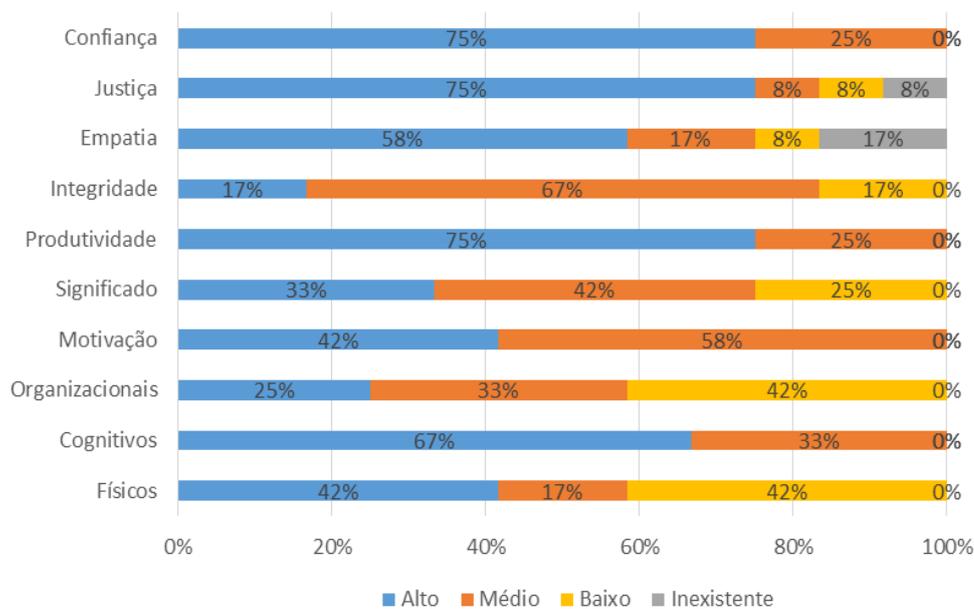


Figura 3. Porcentagem de correlações altas, médias e baixas.

Dentre os aspectos de ergonomia, os fatores cognitivos se destacaram como o grau de correlação mais forte, estabelecendo 67% de alta relação, 33% de média relação e nenhuma baixa relação. Esse resultado comunga corretamente com aquilo que estima-se sobre a natureza da indústria do futuro, de maior aproveitamento das capacidades cognitivas do ser humano. Em seguida, os fatores físicos demonstraram 47% de alta relação e os fatores organizacionais 25%. É relevante explicar que, na construção dessa matriz, foram consideradas tanto as relações positivas como também as negativas, podendo ser essa uma das razões para esse percentual relativamente alto em ergonomia física. Por exemplo, com a substituição do homem por robôs em trabalhos monótonos e pouco ergonômicos, a relação com ergonomia física é evidentemente alta, mas de modo positivo, pois esta ação está colaborando para a diminuição de riscos ao eliminar o fator humano.

De modo geral, os aspectos de espiritualidade demonstraram um maior número de relações altas em comparação com os aspectos de ergonomia. Confiança, justiça e produtividade apresentaram maior destaque, com 75% de relações altas cada um. No que concerne a produtividade, esse alto índice é de certo modo previsível, dado ao impulso do qual emergem as revoluções industriais, o capitalismo, no qual o objetivo é produzir

cada vez mais e em menor tempo, ou seja, aumentar a produtividade. Confiança e justiça, por sua vez, não detém de previsibilidade tão óbvia; mas a relevância transparece ao compreender a nova forma de trabalho típica dessa revolução industrial, que concebe e adota mecanismos de apoio à decisão (aumentando a confiança nos processos, diminuindo os conflitos) e visualiza a matriz humana além da sua força de trabalho (incentivando o senso de justiça). Contudo, vale salientar que também existem relações negativas, de ações que tendem a prejudicar o senso de confiança e de justiça, como no fato de que haverá a aniquilação de diversos empregos, gerando insegurança nos trabalhadores desses postos de perderem seus empregos e que também tende a ser injusto com trabalhadores que dedicaram anos de suas vidas àquele labor sendo expostos ao risco de serem eliminados pelo sistema.

CONDIÇÕES DE ERGONOMIA E ESPIRITUALIDADE NECESSÁRIAS ÀS EMPRESAS NA INDÚSTRIA 4.0

Como visto até então, ergonomia e espiritualidade são conceitos essenciais e extremamente presentes na realidade da Indústria 4.0. No entanto, existem alguns pontos que necessitam de ajustes para que o efeito das contribuições não seja invertido, como demonstrado na Tabela I.

Estreitamento da relação Homem x Máquina

A ergonomia tem evoluído expressivamente ao longo dos anos e o surgimento dessas máquinas mais automatizadas se deu, em partes, pela observância dos perigos aos quais o homem era exposto nessas atividades. O objetivo é substituir o homem por máquinas em atividades monótonas e pouco ergonômicas para preservá-lo de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

E, apesar de não ter eliminado completamente o homem do manuseio e manutenção de máquinas, os estudos, métodos e técnicas em ergonomia são tão avançados que podem se adaptar com facilidade ao ambiente da Indústria 4.0. Nesse sentido, as condições para a ergonomia é que as empresas se adaptem à nova realidade e ofereça condições seguras de trabalho para essas funções supracitadas.

No tocante ao uso de computador, as empresas na Indústria 4.0 devem ser observantes para cumprir com todas as recomendações propostas na literatura, bem como nas leis e normas regulamentadoras. No trabalho remoto, além do que envolve o trabalho com computador, outros pontos também necessitam de ajustes. Todas as outras questões (definição de horários, dificuldade de dissociar a vida pessoal da vida profissional e prejuízos às relações interpessoais na empresa) exigem um eficiente trabalho em gestão de pessoas/departamento pessoal, as soluções para essas questões são várias, dentre elas as empresas podem oferecer cursos de gestão de tempo, orientar os trabalhadores a como ter um home office eficiente e de qualidade, instalar equipamentos de qualidade na residência do funcionário para promover um maior conforto e qualidade do seu trabalho.

Os pontos negativos em ergonomia têm influência direta em espiritualidade, como foi pontuado em seção anterior. Destarte, tornando o trabalho ergonomicamente adaptado, os pontos negativos em espiritualidade provavelmente serão corrigidos também.

Alta demanda de carga mental

O enfoque do trabalho com a mente na Indústria 4.0 evidencia a possibilidade de causar danos à saúde do trabalhador, à medida que exige uma alta demanda de carga mental, refletindo no desenvolvimento de problemas psicológicos tais quais insegurança, ansiedade e medo.

À medida que novas tecnologias possibilitam um avanço econômico, é comum o crescimento do chamado desemprego estrutural, isso porque muitos dos empregos que existiam são aniquilados em razão dessa substituição do homem por robôs em trabalhos de alto risco. No entanto, uma série de novos empregos emergem e, a um longo prazo, esse desemprego estrutural encaminha-se a uma amenização pois essas novas habilidades exigidas passam a ser desenvolvidas mais naturalmente no homem à medida que se tornam mais presentes no meio da sociedade.

Tratando da incorporação de novas habilidades, os próprios indivíduos que se transformam em força de trabalho devem se atentar para as novas demandas profissionais do mercado e concentrar esforços na sua adaptação. Mas considerando a esfera corporativa e soluções a curto prazo, as próprias empresas podem adotar medidas de modo

a evitar a demissão em massa, que seria extremamente prejudicial para todas as partes envolvidas (empresa e trabalhador).

CONCLUSÕES

Avanços significativos em tecnologias da informação têm caracterizado o quarto estágio das revoluções industriais, que se converte como um dos acontecimentos de maior potencial transformador já vivenciado pela humanidade. Estar preparado para essas transformações é um fator de sobrevivência no mundo do trabalho, revelando a importância deste ensaio teórico que se expõe na tentativa de compreender e explanar quais as tendências para o mundo do trabalho, bem como, de que modo a ergonomia e a espiritualidade no trabalho podem contribuir à essa nova realidade.

Considerando que na Indústria 4.0 ocorre uma valorização do intelecto em detrimento ao esforço físico, a perspectiva em ergonomia é ampliada tangenciando com aspectos de espiritualidade no trabalho. Essa nova realidade contribui para a diminuição dos riscos no campo físico da ergonomia mas exige maiores esforços no que concerne ao cognitivo e organizacional. Esforços intelectuais exigem alta concentração e motivação, que só ocorre satisfatoriamente se o indivíduo estiver espiritualizado com seu trabalho e com a organização. Nesse sentido, as análises realizadas a partir da tabela de relações e da matriz de correlações permitiram comprovar uma forte correlação entre as variáveis de ergonomia e espiritualidade no trabalho com as tendências da Indústria 4.0.

A Quarta Revolução Industrial, apesar de ter sido tratada nesse trabalho como uma tendência para o futuro, para muitas empresas e/ou países, essa já é uma realidade. O que ocorre é que o planeta, no geral, está numa fase de transição da terceira para a quarta revolução industrial. Não sabe-se quando, plenamente, essa quarta revolução se consolidará. No entanto sabe-se da velocidade e amplitude expressivas com a qual suas tecnologias se difundem, em relação às anteriores. Destarte, as empresas que a partir de então guiarem suas atitudes em ergonomia e espiritualidade no trabalho no sentido de integrar melhor o ser humano na Indústria 4.0 terão vantagem competitiva diante das demais. Bem como, os profissionais em ascensão que sigam uma linha de qualificação coerente com as demandas desse novo modelo de trabalho, tendem a aumentar sua vantagem competitiva diante dos demais.

A indústria brasileira no geral aparenta estar em um estado retardatário na implementação das tecnologias que caracterizam esse novo modelo de indústria. Nesse sentido, é oportuno sugerir, na categoria de complementação deste trabalho, uma análise do grau de inovação das indústrias brasileiras e do quanto elas estão acompanhando as tendências e avanços da indústria mundial, especialmente dos países desenvolvidos. Partindo do pressuposto que a pesquisa científica é um dos principais impulsos para a inovação e o acontecimento de grandes transformações, acredita-se que esse é o caminho mais lógico e coerente a ser seguido no objetivo de colaborar para o avanço tecnológico do Brasil.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil”. Programa PIBIC/UFMG.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2019: A Natureza Mutável do Trabalho*. Washington, DC: World Bank. doi: 10.1596/978-1-4648-1328-3. 151 p.

DARWIN, C. *A origem das espécies: ilustrada*. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

DUL, J.; WEERDMEESTER, B. *Ergonomia Prática*. Tradução: Itiro Iida. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2012.

FRANKL, V.E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Tradução: Walter O. Schlupp, Carlos C. Aveline. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Editora Sulina, 1987. 174p. (título original: trotzdem Ja zum Leben sagen. Ein Psychologe erlebt das Konzentrationslager).

IIDA, I.; GUIMARÃES, L.B.M. *Ergonomia: Projeto e Produção [livro eletrônico]*. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2018. 864 p.

KAGERMANN, H. WAHLSTER, W. HELBIG, J. *Securing the future of German manufacturing industry: Recommendations for implementing the strategic initiative INDUSTRIE 4.0*. Final report of the Industrie 4.0 Working Group. [s.l.]: acatech - National Academy of Science and Engineering, 2013.

MARANHÃO, L.M.M. *Espiritualidade no ambiente de trabalho: um estudo de caso no Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco*. 2016. 157 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife, 2016.

MARQUES, J. Socializing a Capitalistic World: Redefining the Bottom Line. *The Journal of American Academy of Business, Cambridge*, v. 7, n. 1, 283-287, 2005.

MOORE, T.W.; CASPER, W.J. *An Examination of Proxy Measures of Workplace Spirituality: A Profile Model of Multidimensional Constructs*. University of Texas at Arlington. *Journal of Leadership and Organizational Studies*, Vol. 12, No. 4, 2006.

PENHAKI, Juliana R. *Soft Skills na Indústria 4.0*. 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

PLATTFORM INDUSTRIE 4.0. *What is Industrie 4.0?* Disponível em: <<https://www.plattform-i40.de/PI40/Navigation/EN/Home/home.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

SCHWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial* [livro eletrônico]. Tradução: Daniel M. Miranda. 1 ed. São Paulo: Edipro, 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Future of Jobs Report 2020*.

XU, M.; DAVID, J. M.; KIM, S. H. The Fourth Industrial Revolution: Opportunities and Challenges. *International Journal of Financial Research*, v. 9, n. 2, 2018.

Goiás e a Guerra do Paraguai (1865 – 1870)

Autores:

Igor Eusébio Batista

Licenciado em História pela
Universidade Federal do Tocantins

Marcelo Santos Rodrigues

Doutor em História, professor da
Universidade Federal do Tocantins

Resumo

O presente artigo trata da participação de Goiás na Guerra do Paraguai. O objetivo é identificar aspectos importantes de como a província goiana pôde auxiliar o império brasileiro com uma logística de guerra e com o fornecimento de batalhões de soldados e Voluntários da Pátria. Utilizamos como fonte de pesquisa os relatórios de Presidente de Província e jornais publicados entre 1865 e 1870, na província de Goiás. A metodologia empregada parte da leitura bibliográfica sobre o tema, especialmente aquela que trata da província de Goiás. Como resultado, a pesquisa demonstra ter a província mais central do país, auxiliado de maneira precária o exército brasileiro que precisava cruzar o território do sertão para combater o Paraguai.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Goiás. Logística de Guerra. Batalhões goianos.

DOI: 10.58203/Licuri.21956

Como citar este capítulo:

BATISTA, Igor Eusébio; RODRIGUES, Marcelo Santos. Goiás e a Guerra do Paraguai (1865 - 1870). In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 69-84.

ISBN: 978-65-85562-19-5

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a participação da província de Goiás - com sua contribuição logística e de soldados - na guerra do Paraguai (1865 a 1870). Essa província, por sua localização no interior do Brasil, estava mais próxima à área de conflito e, por isso, a sua importância na participação estratégica no conflito desde o seu início até o final.

A guerra contra o Paraguai é considerada o conflito mais sanguinolento ocorrido na América do Sul, que teve a participação do Brasil, da Argentina e do Uruguai contra o Paraguai, e gerou consequências diversas aos países envolvidos, como o grande número de mortos no Paraguai, e uma crescente influência do exército na vida política do Brasil que, em 1889, resultou na queda da monarquia e Proclamação da República. Em Goiás a guerra produziu uma desorganização temporária nos assuntos internos da província.

A discussão sobre as causas que levaram ao conflito no Paraguai é um tema recorrente na história da guerra do Paraguai. Por um lado, os historiadores sustentam a tese de que o Brasil é o responsável pela destruição da República paraguaia. De acordo com Dálcio Aurélio Milanesi, citando Claudius Ceccon e Eduardo Galeano, o Paraguai era uma grande potência no século XIX e, por esse motivo, o Brasil desejava acabar com a suposta "superioridade paraguaia". Outros autores acreditam que a guerra é de total responsabilidade paraguaia, devido a um projeto chamado "Paraguai Maior", no qual o presidente Francisco Solano López tinha como objetivo expandir o seu território, tomando terras do Brasil e da Argentina.¹

É possível afirmar que, na história da Guerra do Paraguai, identificamos três correntes historiográficas distintas: uma primeira historiografia nacional-patriótica, composta por oficiais brasileiros que participaram da guerra; uma segunda corrente revisionista da historiografia liberal-patriótica sobre a guerra, com destaque para os trabalhos de J.J. Chiavenatto.² Por último, uma terceira vertente historiografia neoliberal, produzida a partir de 1980, com a restauração das interpretações nacional-patrióticas brasileiras. (MAESTRI, 2009, p. 1)

¹ Sobre as causas da guerra do Paraguai ver: MILANESI, Dálcio Aurélio. *Sobre a Guerra do Paraguai*. Universidade Estadual de Maringá; DORATIOTO, Francisco. *A Maldita Guerra*. Companhia das Letras, 2002; MAESTRI, Mario. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à Restauração historiográfica (1871-2002)*. Estudos Históricos - CDHRP - n° 2, agosto 2009.

² CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

A primeira corrente historiográfica é composta por memorialista. Trata-se de sujeitos que, retornando da guerra relatam em anotações particulares o que viram no cenário do conflito os feitos praticados por comandantes como Caxias, Osório e Conde D'Eu, quando estiveram à frente do comando do exército brasileiro. É comum para esses primeiros estudos ter sido a causa da guerra o expansionismo paraguaio.

A segunda corrente historiográfica surgiu no Brasil, na década de 1970, durante a ditadura militar. Os historiadores dirigem suas críticas diretas ao exército brasileiro que foi lutar no Paraguai. O principal defensor dessa corrente é o jornalista Júlio José Chiavenatto, cujo a tese principal afirma que no Brasil houve uma tentativa de embranquecimento da população brasileira, com o envio de tropas de negros para a guerra. Outra questão também defendida por essa geração de historiadores afirma que a Inglaterra era a mais interessada no conflito, pois a guerra diminuiria o poder brasileiro e argentino na região da Bacia do Rio da Prata e, assim, os ingleses teriam a garantia de sua hegemonia comercial.³

A terceira corrente historiográfica, ainda mais revisionista, surgirá nos anos de 1990, que abandonam a ideia da participação heroica de comandantes e se interessa por temas diversos a respeito da guerra, sobretudo, da participação de sujeitos comuns retirados de suas casas e de suas famílias, muitas vezes, à força, para fazer a guerra contra o Paraguai. São histórias de recrutados, de mulheres que participaram da guerra, de negros e de Voluntários da Pátria saídos de diversas partes do Brasil, etc. Esses personagens ajudam compreender uma história social da guerra do Paraguai.⁴

A guerra revela situações melindrosas no Brasil, como o fato do exército brasileiro não ter soldados suficientes, e Dom Pedro II editou um decreto para reforçar o exército brasileiro com o convite de batalhões de Voluntários da Pátria, aumentando o contingente de homens para a guerra.

Dessa forma, podemos notar o surgimento de estudos históricos regionais para verificar a participação das províncias do império na guerra do Paraguai. Nosso objetivo central é explanar a participação da província de Goiás no conflito. Dessa forma, esta pesquisa está inserida na categoria de história regional, para enfatizar a relevância de se estudar a história regional e, assim, perceber a contribuição de uma província afastada

³POMER, León. *A Guerra do Paraguai: A Grande Tragédia Rioplatense*. Editora Global, São Paulo, 1980.

⁴RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A Participação da Bahia no Conflito)*. (Mestrado em História Social UFBA), Salvador - Bahia, 2001; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os Escravos Brasileiros da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996

do império brasileiro, a partir de documentos como os relatórios de presidentes de província e artigos publicados em jornais goianos entre 1865 e 1870.

O campo da História Regional, com o advento de programas de pós-graduação e ampliação de cursos de história pelo interior do Brasil, despertou o interesse do historiador por estudar fatos históricos de maneira isolada ou relacionados a história nacional. Esse trabalho foi elaborado para examinar a situação de Goiás nos anos da guerra, e, assim, mostrar a contribuição província goiana. Para Sandra Cristina Donner a procura por uma abordagem regional, deve-se ao interesse pela:

História Local passou por um crescimento ao longo das últimas décadas. Muitas pessoas se interessam por esta história por razões nostálgicas, para elas, conhecer e pesquisar sua história traz um sentido de pertença, de lugar no mundo. Outro motivo tem sido o desenvolvimento do interesse turístico. Cada vez mais o turismo cultural e histórico tem ganhado mercado. (DONNER, 2012, p. 225).

Outro autor que podemos destacar em relação a História Regional é Eivaldo Fagundes Neves, apontando contribuições para o estudo da História Local e Regional:

A metodologia dos estudos regionais e locais pode ser aplicada tanto a uma região continental (África Ocidental), quanto a uma nacional (Nordeste do Brasil), provincial/estadual (Capitania de Ilhéus, Chapada Diamantina) e até mesmo municipal (Caetité, Feira de Santana) ou a um bairro (com os artifícios da história urbana) e uma fazenda (com os recursos da história agrária). (NEVES, 2008, p. 31)

Dessa maneira destacamos que esse campo da história vem sendo buscado nas últimas décadas, e assim, mais usado na tentativa de explicar a formação do espaço nacional, pois nessa perspectiva as pesquisas costumam abordar marcos históricos de maneira menos detalhada, deixando especificidades de lado como, por exemplo, o da participação de determinadas regiões brasileiras que tiveram destaque na guerra do Paraguai.

Existem documentos que mostram a participação de algumas regiões, determinadas províncias brasileiras, no conflito. A historiadora Zildete Inácio Oliveira Martins, de Goiás, também realizou pesquisas sobre essa província durante o período de conflito armado. A historiadora usou fontes históricas, como a Correspondência do Governo Provincial às autoridades militares, o Registro de Correspondência da Secretaria do Governo e os jornais Correios Official de Goiás. São documentos que mostram o interesse do governo provincial em conduzir a guerra. Como mencionado acima, usamos como fonte de prova os Relatórios de Presidente de Província e os jornais publicados entre 1865 e 1870.

A situação econômica da província de Goiás

A província de Goiás, em 1864, ano que se iniciou a guerra contra o Paraguai, tinha como governador João Bonifácio Gomes Siqueira. No ano seguinte, em 27 de abril de 1865, a presidência da província foi ocupada por Augusto Ferreira França, que esteve responsável pela condução dos negócios da província frente à guerra. Já no primeiro ano, a província goiana necessitou auxiliar o governo monárquico porque com a invasão paraguaia na província de Mato Grosso, o exército brasileiro precisava cruzar o território goiano para tentar uma frente ofensiva contra as tropas do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez.

Porém, qual a real situação vivida pela província de Goiás no tempo da guerra? Para responder a essa pergunta usamos de informações retiradas dos Relatórios de Presidente de Província produzidos durante os anos de guerra. Neles achamos informações de Goiás no tempo da guerra. Assim, de imediato, podemos observar que a situação econômica de Goiás, em diversos aspectos, era complexa, pois a província padecia de dificuldades internas, como o desenvolvimento econômico de seu território e o isolamento geográfico do restante do Brasil.

A economia goiana limitava-se à atividade agrícola, quase toda ela de subsistência, e a criação de gado, demonstrando uma ausência de atividades comerciais e com uma indústria medíocre, justamente, provocada pela falta de transportes, que, na época, limitava-se a utilização de carro puxado a boi, embarcações fluviais de pequeno calado, movido a remo. Assim, o isolamento de Goiás gerou dificuldades à exportação de gados e de cultivos que poderiam ser oferecidos a comercialização em outras províncias do Brasil.

Fica evidente no relatório que os governantes João Bonifácio Gomes Siqueira e Augusto Ferreira França, estavam cientes da precariedade do sistema financeiro da província. Ambos os governantes também reconheciam que a navegação dos rios Araguaia e Tocantins eram os melhores meios de transportes. A província desde a sua criação vinha criando condições para o seu desenvolvimento, entretanto esbarrando em diversos problemas. Para se ter uma melhoria na economia, construíram presídios às margens dos importantes rios, objetivando fomentar o desenvolvimento da região com a tentativa de afastar os ataques indígenas aos colonos. Os presídios também tinham o objetivo de civilizar os índios, considerados vândalos, que dificultavam à atividade econômica com os frequentes ataques aos campos cultivados e criação de gado, atrasando a prosperidade da província.

No olhar dos presidentes de província o problema maior era, de fato, a péssima condição das vias de comunicação da província. Essa na verdade era a questão mais sentida em todo período monárquico nas províncias do interior. No caso de Goiás, esse problema se torna perceptível quando o presidente da província, Augusto Ferreira França, em 1865, teve de atender as exigências do governo central do Rio de Janeiro de reunir homens para a guerra do Paraguai. Em seu relatório disse:

Na distribuição geral que fez o Exmo. Sr. Vice-presidente, do número de guardas nacionais, com que deve contribuir cada município da província, não os tocou do norte contingente algum para o corpo. Esta medida foi sem dúvida motivada pelas grandes dificuldades que há nas comunicações d'esta capital com aquela parte da província (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA, 1865, p. 5).

Mesmo antes da guerra o problema da comunicação foi debatido pelas autoridades de Goiás visando a melhoria da província. O presidente Augusto Ferreira França, em 1866, expõe em seu relatório a seriedade de se construir vias terrestres e fluviais, pois reconhecia que esta situação causava atraso no desenvolvimento econômico da região:

A convicção de que a sua principal abertura é a abertura de grandes vias de comunicação, tanto fluviais, como terrestres, que a tornem apta a tomar a parte que lhe compete na comunhão social e política do império. Para que a província não fique reduzida aos seus próprios recursos, e

desenvolvendo suas relações com as outras, delas obtenha pela permuta os produtos que lhe podem ministrar e dos quais intuição que deve aproveitar as artérias fluviais com que a dotou a providência, e melhorar as estradas que a ligam com as províncias limítrofes (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA, 1866, p. 20).

Desse modo, é notório que a província possuía riquezas naturais, como terra fértil e bons rios propícios à atividade comercial. Porém, em contrapartida, tinha a questão financeira da província necessária para o seu desenvolvimento e prosperidade. De fato, essas questões se tornaram mais evidentes no período da guerra do Paraguai, isso porque os governantes goianos irão precisar investir economicamente na região:

Meditando sobre riquezas naturais que encerra esta província; os rios caudalosos que banham seu território; a fertilidade de suas terras; e os diversos elementos de grandeza que nela existem, facilmente se compreende que Goiás reúne todas as condições para desenvolver-se e prosperar (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA, 1865, p. 7).

Tudo isso demonstra que a guerra do Paraguai acendeu alerta de que a província goiana precisava cuidar de importantes aspectos de sua economia, garantindo o desenvolvimento, e inserção na vida política e econômica do Brasil.

Segurança Pública, Individual e de Propriedade de Goiás

Juntamente com os problemas financeiros para custear as vias de comunicações, como a navegação dos rios e a construção de estradas, a província de Goiás também enfrentava problemas como a criminalidade principalmente pela falta de autoridades policiais e de alfabetização dos deveres humanos. Com isso, havia facilidade para a prática de crime de toda ordem. Isso foi registrado nos relatórios provinciais.⁵

⁵ FRANÇA, Augusto Ferreira. GOIAS (PROVINCIA) PRESIDENTE 1 AGO. 1866, p. 4

Essa falta de autoridade policial na província gerou consequências à administração da justiça. Os crimes não eram frequentemente julgados, devido à ausência de juizes que pudessem aplicar a lei contra as transgressões cometidas pelos criminosos. Isso era uma questão preocupante para os governadores da província, pois estes reconheciam somente dispor de juizes leigos. E assim mesmo, embora fossem com boas intenções, alguns julgamentos acarretavam revoltas na sociedade, ocasionando uma desorganização temporária em determinadas localidades da província, que acabava por dispersar trabalhadores e, conseqüentemente, atrasando o avanço econômico de Goiás.

Durante os anos da guerra a Guarda Nacional da província de Goiás - responsável pela segurança na província - era composta de 8 comandos superiores, a saber: o primeiro destacado no município da Capital, Rio Verde, Jaraguá e Pilar; o segundo em Meia Ponte, São José do Tocantins; o terceiro os de Bonfim e Santa Luzia; o quarto Catalão e Santa Cruz; o quinto em Cavalcante e Araias; o sexto com os comandos de Flores e Villa de Formosa; o sétimo que cuidava dos municípios de Palma, Conceição e S. Domingos; e, por fim, o oitavo que compunha as forças de Porto Imperial e Natividade. Estes comandos superiores compreendem 6 esquadrões de cavalaria, 1 companhia avulsa de artilharia, 18 batalhões de infantaria com 98 companhias e 3 secções de batalhão com 7 companhias do serviço cativo; 3 secções de batalhão com 6 companhias, 9 companhias avulsas, e 8 secções de companhia de reserva. (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, GOMES SIQUEIRA, 1868, p. 8)

Inicialmente era desses contingentes que o governo provincial deveria destacar um número de guardas para seguir em direção ao Mato Grosso invadida pelos paraguaios. Evidente que o número baixo de soldados e a recusa de muitos deles em ir a guerra foi preciso que as autoridades decretassem o recrutamento forçado e recorresse aos corpos de Voluntários da Pátria. Cada comarca, julgado, vila e cidade tinham que oferecer um número de soldados, o que acabou criando dificuldades na província com a debandada de homens que fugiam do recrutamento.

A formação de batalhões e a logística da guerra

Augusto Ferreira França assumiu a administração da província de Goiás, em 27 de abril de 1864 e, no seu relatório apresentado a Assembleia provincial alegou não ter tido

tempo para coligir informações necessárias à elaboração de um denso relatório sobre sua chefia. No entanto, ao deixar de relatar os acontecimentos mais importantes a respeito da administração, todavia nos oferece informações de como a província goiana contribuiu para a guerra do Paraguai.

Aos deputados provinciais o governante justificou que:

O trabalho atinente à expedição de tropas militares para província de Mato Grosso também contribuiu para a dificuldade de expor melhores esclarecimentos sobre a administração da província. Parece que o seu interesse mais importante era mesmo o estado de guerra vivido pelo país. E, a esse respeito, disse acompanhar com atenção os incidentes da guerra travada entre o Brasil e as repúblicas do Uruguai e Paraguai. Procurava assim, inventariar as causas que deram início a guerra lembrando que a vitória brasileira em Paissandu, fez com que o governo paraguaio atacasse territórios brasileiros, referindo-se a invasão da província do Mato Grosso, ameaçando povoações, surpreendidas em seus pacíficos lares (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA Goiás, 1865, p. 3).

A essa altura, decorridos mais de seis meses desde o início da guerra, o presidente lamentou que o seu antecessor, apesar de seus esforços, não havia conseguido: “expedir força alguma auxiliar, havendo sido adiada a marcha do batalhão de caçadores, que deveria partir de Goiás.” (Relatório Presidente de Província, Goiás, 1865.)

Desse modo, se percebe a falta do preparo da Província para auxiliar a guerra:

Quando cheguei a esta capital limitado era o número dos alistados, mas pouco depois começaram a afluir cidadãos animados do nobre desejo de correr em defesa do país, sendo os municípios de Bonfim e Catalão aqueles que primeiros forneceram número considerável de brabos para o serviço da guerra (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA Goiás, 1865, p. 5).

A situação da província era verdadeiramente difícil. A sua economia, a segurança, a salubridade, recrutamento, todos eles demonstravam o despreparo da província de Goiás gravada ainda mais nos tempos de guerra.

A metodologia utilizada na pesquisa investigou além dos relatórios de presidente, jornais publicados na província. No caso do jornal, eles reproduziam informações oficiais, temas diversos sobre a guerra, como o papel de Voluntários da Pátria e relatos sobre a logística de Goiás.

Dito isso, o recrutamento militar na província de Goiás deu-se pela obrigatoriedade do decreto n° 3.371 de 7 de janeiro de 1865, que criavam os corpos de Voluntários da Pátria. Para Goiás, o governo monárquico no Rio de Janeiro determinou o fornecimento de 490 guardas nacionais, que deviam marchar para o Mato Grosso e lutar contra o Paraguai. Na província a tropa se automeou: Batalhão Goiano de Voluntários.

A região norte do Goiás teve, ainda, dificuldade em divulgar o decreto imperial que garantia a formação de batalhões de voluntários e de transportar soldados e guardas nacionais pela dificuldade da comunicação na maior parte do interior da província. A solução achada para o governo provincial cumprir o número exigido foi recrutar, de maneira forçada, na região Sul da província, onde mais facilmente poderia conseguir homens para compor o exército. A situação de Goiás era especial, pois o seu território estava no limite com a província de Mato Grosso invadida pelos paraguaios.

Assim, era necessário a passagem de tropas pela província goiana para fazer frente ao exército do Paraguai, o qual, tinha o objetivo de invadir a cidade de Cuiabá. A primeira expedição goiana foi marcada para partir, em 15 de maio de 1865, com destino a capital do Mato Grosso. No entanto, as incertezas táticas e a logística de guerra geraram problemas sérios inclusive quanto a aquisição de soldados. Passados 3 dias após a determinação da partida do batalhão em Cuiabá o plano inicial foi modificado, desta vez, alterando a direção das tropas para a cidade de Coxim, invadida também pelos paraguaios.

Essa expedição foi comandada pelo Coronel Joaquim Mendes Guimarães que chegou à Coxim em 19 de agosto de 1865.

O batalhão levou em sua companhia uma boiada e diferentes tropas compostas de mais de 300 animais carregados de gêneros alimentícios; e o esquadrão foi acompanhado também por uma boiada e por tropas com mais de 190 animais. Além disso, tanto a um como a outro mandei fornecer o dinheiro necessário para em caminho irem-se refazendo os gêneros que se fosse consumindo... Em verdade, com as providencias por mim dadas, as forças goianas podiam dispor de recursos por muitos meses, sem que em

tempo algum ficassem em risco de fome (RELATORIO DE PROVINCIA DE GOIÁS, AUGUSTO FERREIRA FRANÇA Goiás, 1866, p. 15).

A primeira expedição goiana partiu sem a “Benção da Bandeira” em razão da urgente solicitação de soldados em Coxim. A partida abrupta denota a desorganização do governo central bem como o da província com relação à guerra. Somente após a partida do primeiro batalhão foi que, posteriormente a partida dos soldados foi organizada, inclusive, com a doação de práticas cerimoniais de praxes.

No dia 1º de janeiro de 1866, às 9 horas da manhã, reuniu-se na catedral o batalhão goiano de Voluntários da Pátria, comandado pelo coronel militar José Joaquim de Carvalho, acompanhado do seu estado maior, todos uniformizados, contando a cerimônia com a presença do presidente da província e de seus secretários, dos ajudantes de ordens, do chefe de polícia, magistrados, funcionários públicos e uma numerosa participação popular. O batalhão de Goiás foi escolhido pelo Coronel José Joaquim de Carvalho para seguir até Cuiabá, com 432 voluntários, 4 tropas de animais, que foram utilizados no transporte de alimentos.

Para evitar problemas durante a marcha, como a falta de víveres durante a viagem, a presidência da província tomou todas as medidas, criando depósitos na estrada para o Mato Grosso, para onde eram enviados víveres da capital, e também mantimentos que deveriam vir de diferentes regiões da província. O maior problema, de fato, era a falta de meios de transporte desses alimentos. No entanto, havia áreas de pasto em toda a rota para Coxim, o que foi benéfico, já que os animais que partiam da capital ganharam peso e ganharam mais vigor. (JORNAL CORREIO OFFICIAL, 13 de janeiro de 1866, p. 4)

A ajuda partia de todos os lugares. Dona Manuela Maria da Silva dando prova de civismo ofereceu aos batalhões que passassem pela sua fazenda uma considerável quantidade de farinha de mandioca por um preço baixo. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 13 de janeiro de 1866, p. 4)

Durante a marcha do batalhão de voluntários goiano, o presidente da província teve que arcar com as despesas, oferecendo a quantia de 500\$ réis para Serafim José de Barros, proprietário da fazenda Pereirinha, na região de Rio Claro, onde ele teria de construir barracas para abrigar o batalhão goiano.

Naquele período, se exigia o pagamento de taxas para cruzar certas regiões. Porém, durante a guerra essa taxa foi revogada, pois os batalhões precisavam passar por diversas

regiões para chegar ao cenário da guerra. Por esse motivo o presidente da província revogou os decretos que garantiam a cobrança de taxas, e assim, facilitar a passagem dos batalhões.

Por terem atravessado a barreira do Batalhão diversos animais a ele pertencentes, conduzindo artigos bélicos remetidos pelo arsenal de guerra da corte, tenho resolvido que se desista de cobrar a dita taxa do mencionado coronel, visto que ele deixou de satisfaze-la em virtude de uma portaria do ministério da guerra que lhe foi passada, determinando que no registro e nas barreiras por onde tivessem de passar os referidos artigos não se fizessem exigências de pagamentos, antes se prestasse todo o auxílio para seguirem seu destino. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 24 de janeiro de 1866, pg. 3)

Desse modo, Ferreira França, exaltando o sentimento patriótico, conseguiu arregimentar um número considerável de soldados, prestando todo auxílio possível ao coronel José Joaquim de Carvalho e aos seus batalhões, bem como atendendo algumas das exigências logísticas para a campanha. Para que o presidente da província tivesse informações sobre os acontecimentos ocorridos durante a viagem, foi determinado que o coronel Joaquim de Carvalho e oficiais dos batalhões escrevessem o que se passava na marcha até Coxim. Algo que já acontecia desde a partida da primeira expedição de voluntários.

Como já mencionado, Goiás teve dificuldade para ajudar o país na guerra contra o Paraguai. Porém, com o passar do tempo, o governo da província foi construindo uma logística para auxiliar o exército imperial. Tanto no que se refere a falta de soldados como a ausência de comunicação e transportes na província para ajudar os batalhões na sua passagem em direção à guerra.

O mais importante auxílio dado por esta província para a guerra foi o fornecimento de gêneros alimentícios, uma prática batizada com o nome de “Commissões Municipaes”⁶. Elas tinham como finalidade amparar o abastecimento, seja com alimentos, armas e abrigo para os soldados durante a marcha dos batalhões na região. Assim, o fornecimento de víveres foi o assunto que mais se destacou e teve importância para o presidente da província de Goiás que, por muito tempo, amparou às forças militares vindas de São Paulo

⁶ FRANÇA, Augusto Ferreira. GOIAS (PROVINCIA) PRESIDENTE 1 AGO. 1866, p. 10

e Minas Gerais, e que passariam pelo território goiano em direção ao Mato Grosso. Augusto Ferreira França reconheceu que desde o início da construção das “Commissões Municipaes” esta deveria prover de alimentos às forças militares, bem como manter a estadia dos soldados no território do Mato Grosso.

Esses víveres eram criados em Goiás e o depósito que mais recebeu investimentos da província goiana foi o de Bahús, comandado pelo capitão Speridião Baptista Roquete Frões, erguido na estrada que ligava a capital da província de Goiás à Coxim e Cuiabá.

Aos encarregados do deposito dos Bahús - esse deposito, conforme tenho por vezes explicado, não tem só por fim proporcionar viveres às forças expedicionárias quando por ali passaram, mas também conservar mantimentos em um centro de onde São para suprimento das forças enquanto operarem nos distritos de Miranda e Baixo Paraguay em Matto Grosso. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 11 de janeiro de 1866, pg. 3).

Para a criação desses víveres, a província comprou terras de fazendeiros. No relatório feito pelo presidente da província, destacava que as atividades ligadas a logística de guerra ocorria como o esperado.

Quando o primeiro batalhão goiano de voluntários chegou à Coxim, notou que ali havia poucos mantimentos para que pudessem manter a tropa por um bom tempo, justamente, pelo excesso de batalhões vindo de outras províncias. Para solucionar tal problema o Correio Oficial destacou que:

Para serem socorridas as forças expedicionárias é indispensável que por conta e ordem do governo se façam constantes remessas de viveres para o Coxim, e que simultaneamente os particulares os enviem por sua conta, fazendo assim, uma boa especulação que redundará tanto em proveito seu, como em benefício das ditas forças (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 4 de fevereiro de 1866, p. 2).

Por essa razão, o jornal fez duras críticas a logística do governo, preocupado com a estadia dos soldados em Coxim. Perguntou o correio em uma manchete de sua edição

de 1866: “Se V. S. pôde e tem exportado sem cessar para além do rio Parahyba grandes boiadas, como não poderá mandar para o Coxim?” (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 4 de fevereiro de 1866, p. 3)

Com a preocupação de que o batalhão não usufrísse de todos os mantimentos em sua passagem por Goiás, o presidente da província ordenou que fosse transportado alguns alimentos para Coxim “Sendo provável que o batalhão goiano não consumisse todos os viveres existentes, encomendo-lhe que sem perda de tempo trate de fretar carros para enviar os remanescentes ou diretamente ao Coxim ou até o depósito dos Bahús.” (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 4 de fevereiro de 1866, pg. 3). A ideia era de que os depósitos criados ao longo da estrada de acesso ao Mato Grosso pudessem abastecer as tropas nos acampamentos e nas estradas até a sua chegada ao território invadido pelos paraguaios.

Esses depósitos além de guardar mantimentos e materiais bélicos, possuíam também remédios que ajudavam no combate de enfermidades que assolavam os soldados, como aconteceu com o coronel Morais Camisão, vítima do cólera.⁷ Ao mesmo tempo, para que não faltasse alimentos aos batalhões, o presidente da província Ferreira França investiu na compra de produtos de outras províncias e melhorias nos transportes.

Depois de enfrentar dificuldades diversas na marcha para o Mato Grosso, onde os soldados chegaram a passar fome e adoeceram, a guerra parecia chegar ao fim. A edição especial, do Correio Oficial de 1870, trouxe à tona uma notícia que alegrou o povo goiano: A morte do Francisco Solano Lopez, presidente paraguaio:

Com a maior satisfação tenho a honra de levar as mãos se V. ex.^a ter sido morto em combate o tirano do Paraguay Francisco Solano Lopez no dia 1º deste mês, e estar, por conseguinte terminada com gloria para o Brasil a cruenta guerra que tantos sacrifícios nos custou, ficando completamente vingados os ultrages que nos lançou o tirano. (JORNAL CORREIO OFFICIAL DE GOIÁS, 23 de abril de 1870, p.2).

A notícia percorreu toda a província, que logo comemorou o fim da guerra. No entanto, outras questões pertinentes ao conflito ainda foram difíceis de se resolverem na

⁷ TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. Trad. De Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typ. Americana. 1874. 10ed. Melhoramentos: 1936.

província. Posterior à morte de Lopez foram publicados artigos que retratavam a chegada dos voluntários goianos da guerra de volta a Goiás.

Um dos investimentos feitos pelo presidente da província de Goiás e, considerado “geniosa” por Ferreira França, foi a criação do *Asylo dos Inválidos da Pátria*. Essa instituição tinha o objetivo de receber os militares feridos e inválidos que prestaram serviços militares na guerra e ou pagar pensões a órfãs e viúvas de soldados mortos em combate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de Goiás na guerra do Paraguai se deu de maneira controversa, isso porque a província precisou organizar uma logística para atender as necessidades dos batalhões de soldados brasileiros. Assim, teve de investir recursos financeiros para uma melhor estadia dos soldados e para o transporte de alimentos até os acampamentos. Nota-se que a maior ajuda oferecida pela província de Goiás para a guerra foi a logística de criação de depósitos de alimentos para atender as necessidades dos batalhões de passagem pelo território goiano.

Nos jornais e nos relatórios de província, que utilizamos para o presente trabalho, pouco se fala dos nomes dos soldados incorporados nos batalhões que foram mandados para a guerra. Ainda é um caminho a ser percorrido por novas pesquisas. Os que são mencionados na documentação examinada são referências feitas somente aos batalhões de Voluntários da Pátria. Por isso, é necessário adentrar outras fontes documentais mais específicas que são capazes de revelar por menores a respeito de como Goiás auxiliou o país, com alimentos como também com soldados.

Ressaltamos a importância de se trabalhar a História Regional, preocupada em abordar assuntos próprios da micro-história. Ao analisar uma região específica notamos que cada uma delas teve e tem importância na história nacional. Goiás ajudou o império brasileiro na questão do abastecimento de alimentos e com soldados para os batalhões. Todavia, é necessário observarmos as especificidades de Goiás diante de uma brutal guerra, que durou cinco longos anos e também atentarmos para o vasto campo de pesquisa que se abre com o exame de fontes pertinentes à história.

REFERÊNCIAS

DORATIOTO, Francisco. **A Maldita Guerra**. Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Cotidiano e Sobrevivência: Soldados e Marinheiros na Guerra do Paraguai**. (Doutorado em História Social pela FFLCH/USP), Rio Grande, 2014.

FILHO, José Atanásio de Souza. **A Província de Goiás No Contexto da Guerra do Paraguai, 1865-1870: Narrativas Construídas em História e Literatura, Desafios à vista**. (Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - UFG), Goiânia-GO.

MAESTRI, Mario. **A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à Restauração historiográfica (1871-2002)**. Estudos Históricos - CDHRP - n° 2, agosto 2009

MARTINS, Zildete Inácio Oliveira. **A Participação de Goiás na Guerra do Paraguai**. B. Goiano Geogr., vol. 3 n. 1-2, 1983.

MILANESI, Dálcio Aurélio. **Sobre a Guerra do Paraguai**. Universidade Estadual de Maringá

MOTA, Carlos Guilherme. **História de um silêncio: a Guerra Contra o Paraguai (1864-1870) 13 anos depois**. Estudos Avançados, 1995.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (A Participação da Bahia no Conflito)**. (Mestrado em História Social UFBA), Salvador - Bahia, 2001.

TAUNAY, Visconde de. **A Retirada da Laguna**. Trad. De Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typ. Americana. 1874. 10ed. Melhoramentos: 1936.

VAS, Braz Batista. **A Guerra do Paraguai Por Meio de Diários e Reminiscências**. História, Rio Grande, 2014..

Trajетória bibliométrica sobre igualdade de gênero e ambiente vivencial na Década de Ação para a Agenda 2030 das Nações Unidas

Autores:

Valdenildo Pedro da Silva

Doutor em Geografia, professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal

Julliany Maria Lima Silva

Técnico em Controle Ambiental, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal

Karla Lorena Lima de Lira

Técnico em Controle Ambiental, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal

Edilson Xavier de Lima

Técnico em Controle Ambiental, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal

DOI: 10.58203/Licuri.21957

Como citar este capítulo:

SILVA, Valdenildo Pedro *et al.* Trajetória bibliométrica sobre igualdade de gênero e ambiente vivencial na Década de Ação para a Agenda 2030 das Nações Unidas. In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 85-98.

ISBN: 978-65-85562-19-5

Resumo

A abordagem em relação a igualdade de gênero é uma questão/problema do meio ambiente neste limiar de século. Entretanto, inexistente um estudo bibliométrico sobre os tipos e padrões de publicação de artigos sobre essa problemática, em consonância com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em seu particular, com o objetivo 5 da Agenda 2030, na atual Década de Ação para o progresso e cumprimento dos Objetivos Globais. Portanto, objetiva-se mapear as principais literaturas relacionadas à discussão entorno dos desafios da igualdade de gênero e suas ligações de ordem ambiental, conforme princípios da Agenda 2030. Para isso, realizou-se um estudo bibliométrico com dados buscados na base de dados Scopus, considerando principalmente as análises propostas por essa base científica. Em relação aos resultados, foram mapeados 28 artigos científicos de alto impacto, autores, países, instituições de pesquisas, financiadores e áreas de conhecimentos que abordaram diretamente sobre os principais problemas da igualdade de gênero em consonância com o objetivo 5 da Agenda 2030. Pode-se concluir que os estudos, analisados bibliometricamente, são fundamentais aos pesquisadores e aos tomadores de decisão interessados sobre as questões e os desafios de gênero e ambiente vivencial, pois permitiu uma visão geral de informações e dados bibliométricos sobre igualdade de gênero que são relevantes à sustentabilidade e a convivialidade da humanidade.

Palavras-chave: Desafios de Gênero. Meio Ambiente. Sustentabilidade. Bibliometria.

INTRODUÇÃO

No curso dos últimos anos, estudos bibliométricos da literatura tornaram-se importantes e relevantes em popularidade devido a diferentes aspectos, incluindo a expansão de novas ferramentas de softwares bibliométricos, metodologias interdisciplinares, bases de dados como Scopus, Web of Science ou Google Acadêmico e aumento da capacidade de lidar com grandes volumes de dados e informações publicados (Donthu et al., 2021). Acrescente-se a isso, as estratégias bibliométricas pelos seus fatores objetivos e quantitativos reduzem o viés de seleção da amostra das revisões de literatura. Além disso, as metodologias bibliométricas são, também, adequadas para identificar desempenhos e mapeamentos de periódicos, de coautorias, de tendências de citações, assim como de fluxos de estudos clássicos de campos específicos, ainda, poucos pesquisados (Baker et al., 2020).

A abordagem sobre os principais desafios da igualdade de gênero é uma ação fundamental no mundo atual na direção de um mundo mais pacífico, próspero, convivial, saudável e sustentável. Nesse sentido, considera-se a igualdade de gênero como um campo social de estudo em curso, de acordo com concepção de Bourdieu (2012), devido aos limitados estudos sobre desafios e relevância enquanto problema socioambiental, que precisa ser transformado ou superado, juntamente com outras formas de desigualdades, nas trilhas dos princípios e escopos previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas (Sachs et al., 2019). De acordo com essa perspectiva, representantes de Estado e de Governo e outras autoridades e organizações de quase todos os rincões do Planeta, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015, adotaram uma agenda global cognominada de “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” para começar a ser cumprida por sociedades diversas em nações desenvolvidas ou não, a partir de janeiro de 2016 até 2030 (United Nations, 2015; Brasil, 2015). Trata-se de uma agenda multidimensional (articulada por dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, por exemplo), integrada e indivisível, que busca o cumprimento de ações mais amplas e detalhadas para as pessoas, o planeta e a prosperidade, visando dar continuidade às ações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que vigoraram até 2015 (United Nations, 2021; Anholon et al., 2022). A Agenda 2030 foi proposta para desafiar a comunidade planetária a

implementar um mundo sustentável e de prosperidade onde ninguém fosse deixado para trás (Roberge, Kashnitsky & James, 2022). Contudo, as Nações Unidas, preocupada com a letargia ou a lenta adoção e velocidade na implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mobilizou a sociedade mundial, em setembro de 2019, para estabelecer desde o ano de 2020 a Década de Ação para o alcance dos propósitos dos ODS, que abarcam diferentes temas amplos e 169 metas interconectadas. A Década de Ação, na visão da ONU, passou a requerer uma maior aceleração de soluções sustentáveis para todos os maiores desafios do mundo, merecendo destaques a pobreza e as questões de superação de gênero até mudanças climáticas (United Nations, 2019; Van Tulder, 2021). Os desafios sensíveis de gênero, nas palavras de George e Kuruvilla (2021), se avolumaram e comprometem as ações da Década de Ação (2021) após a pandemia de COVID-19, devido aos diversos impactos socioeconômicos e políticos dos países em todo o Planeta.

Dentre os desafios de maior preocupação da Agenda 2030 e da Década de Ação, destacam-se aqueles relacionados com a paridade de gênero na direção do cumprimento e alcance do ODS 5. O destaque que o ODS 5, Igualdade de Gênero, galgou, no curso dos últimos anos, decorre das principais finalidades e metas que buscam promover explicitamente os direitos das mulheres em relação aos recursos econômicos, propriedade e recursos financeiros, bem como aqueles voltados para à legislação aplicável para a igualdade de gênero atualmente. Marques et al. (2021), por exemplo, recentemente investigaram sobre a participação da igualdade de gênero no mercado de trabalho, principal setor socioambiental, em que fica mais evidente as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens. Por outro lado, Alves (2016), discutindo sobre os principais desafios da equidade de gênero no século XXI, enfatizou que os ganhos socioambientais têm sido, ainda, parciais e não integrais, pois existem muitas barreiras, desafios e desigualdades que necessitam ser superados e que políticas públicas precisam evidenciar os direitos das mulheres e meninas no “coração de suas prioridades” e aspirações. Nas palavras desse autor, “os dados, de modo geral, revelam conquistas substantivas das mulheres nas últimas sete décadas. Mas também mostram a existência de uma revolução incompleta, com manutenção da divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo, o que limita a autonomia e o empoderamento das mulheres e meninas na família e na sociedade” (Alves, 2016, p.1). A equidade de gênero só será conseguida, na perspectiva de Sachs (2012), quando houver investimentos nas capacidades empreendedoras femininas

que contribuirão para elevar o empoderamento das mulheres e a redução da desigualdade de gênero, aspecto indispensável para qualquer alcance da sustentabilidade.

Portanto, a preocupação com a igualdade de gênero se evidencia como um problema socioambiental que ganha relevância e pertinência, também, como uma questão de meio ambiente em múltiplas escalas geográficas, de vez que, nas palavras de Santos (2008), o lócus dos problemas da igualdade de gênero ocorre em algum ambiente geográfico ou lugar no mundo, num confronto entre a dinâmica da história e a vida no meio ambiente. Nesse contexto, a questão da igualdade de gênero se materializa territorialmente e, por conseguinte, pode comprometer à sustentabilidade humana por afetar o meio de vida e o empoderamento das mulheres e meninas. Por isso, ela não pode ser considerada como uma questão/problema desarticulada do meio de vida de meninas e mulheres que labutam por empoderamento convivial, sereno e sustentável, mas que, ainda, é inalcançável plenamente no atual período. No entanto, inexistente um exame panorâmico sobre os tipos e padrões de publicação de artigos atrelados com a abordagem do tema igualdade de gênero em sintonia com os ODS das Nações Unidas.

Diante dessa contextualização, como o estudo em pauta procurou mapear quantitativamente as principais literaturas relacionadas à discussão sobre igualdade de gênero e suas vinculações de ordem socioambiental, de acordo com princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas, uma abordagem bibliométrica e intelectual de artigos de alto impacto científico, discutindo essa questão socioambiental, tornou-se proeminente por ser um ponto fulcral para o desenvolvimento de estudos futuros entorno de um determinado tema específico (Alexandrino, Nery & Moreira, 2022;).

METODOLOGIA

Para a consecução do estudo, realizou-se um estudo bibliométrico, adicionando aspectos quantitativo e qualitativo acerca das questões de igualdade de gênero e suas interconexões com o meio ambiente, visando mensurar índices de produção e disseminação desta temática atual e inovadora (Baker et al., 2020; Costa et al., 2022). O estudo bibliométrico em pauta mapeou, no dia 25 de abril de 2023, as principais literaturas de alto impacto publicadas sobre “igualdade de gênero e meio ambiente” na base de dados *Scopus* (Todas as referências foram coletadas nessa data para evitar alterações no quantitativo de publicações, posteriormente).

A base *Scopus* foi escolhida por ser a maior plataforma de publicações de alto impacto científico e de citações revisadas por pares, apresentar caráter multidisciplinar, permitir resultados de pesquisas relevantes sobre os ODS, e ser aderente a área de conhecimento Ciências Ambientais (Chueke & Amatucci, 2015; Baas et al., 2020; Alfirević, Malešević Perović, & Mihaljević Kosor, 2023). As buscas na *Scopus* foram realizadas usando as *strings* “gender equality” e “environment”; adicionando-se, ainda, alguns termos, o operador booleano *AND*, parênteses e muitas outras estratégias de filtragem e refinamento propostos pela base de dados, como estes apresentados, a seguir: TITLE-ABS-KEY (“gender equality” AND “environment”) AND (LIMIT-TO (OA, “all”)) AND (LIMIT-TO (PUBYEAR , 2023) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2022) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2021) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2020) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2019) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2018) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2017) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2016)) AND (LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, “Sustainable Development”) OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, “Sustainability”)) AND (LIMIT-TO (SRCTYPE, “j”)) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , “ENVI”)) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , “ar”)).

Na primeira busca, foram mostrados 550 artigos, todos de acesso aberto, discutindo parte das *strings* citadas. Por isso, uma análise bibliométrica tornou-se mais apropriada a ser realizada, devido permitir o resumo da quantidade de dados bibliométricos, além de possibilitar a identificação da estrutural intelectual e os temas emergentes sobre o tópico central da pesquisa igualdade de gênero, neste período de ações direcionadas ao cumprimento dos ODS da Agenda 2030 (Donthu et al., 2021). Na sequência, foram utilizados alguns critérios de refinamentos de inclusão e/ou de exclusão para a seleção de estudos voltados sobretudo para o tema da pesquisa e para a área de Ciências Ambientais, como: artigos científicos publicados entre 2016 e 2023, período de vigência da Agenda 2030 das Nações Unidas, desconsiderando demais tipos de publicações como livros, artigos de conferências, por exemplo; artigos voltados a área de ciências ambientais e publicados nas línguas inglesa e portuguesa, dentre outros critérios.

Após a aplicação dos refinamentos dos estudos, permitida pela plataforma *Scopus*, restaram 28 artigos científicos de alto impacto que foram analisados usando a ferramenta de relatório da base por meio dos dados de produtividade e impacto das pesquisas atrelados ao ODS 5 e ao meio ambiente, nos quais destacaram-se os países de maior publicação, afiliação, principais autores, patrocinador de financiamento, ano de publicação e área disciplinar ou de conhecimento, dentre outros aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os principais resultados do estudo bibliométrico produzidos a partir do corpus de literatura indexado na base Scopus Elsevier, publicado no período de 2016-2023. Após as buscas realizadas nessa base de dados, um total de 28 artigos publicados apresentaram discussões relevantes acerca do problema relacionado às questões entre desigualdades de gênero e meio ambiente, dando ênfase às questões sofridas por meninas e mulheres em seus espaços vivenciais na direção de um empoderamento convivial e sustentável. Sabe-se que o papel das mulheres, em seus ambientes vivenciais, tem sido fulcral para o alcance da prosperidade e do bem-estar socioambiental, uma vez que os benefícios só se ampliam quando as mulheres promovem transformações social, inovação e desenvolvimento (Sen, 2010). Na perspectiva de Sen (2010, p. 246), “as mulheres são cada vez mais vistas, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, como agentes ativos de mudança: promotores dinâmicos de transformações sociais que podem alterar a vida de homens e mulheres”. A preocupação pela superação da desigualdade de gênero, em prol de um bem-viver de mulheres e meninas, destacou-se em todos os 28 artigos selecionados para este estudo bibliométrico.

Pode ser percebido, na Figura 1, uma descrição geográfica dos países considerados os Top-10, com mais artigos científicos sobre pesquisas que abordaram a relação entre igualdade de gênero e meio ambiente. O estudo revelou que a parte mais significativa da amostra provém de pesquisadores europeus (Reino Unido, Espanha, Holanda, Suécia, Alemanha e Suíça) representando 75% de toda a amostra. Dentre os países que mais publicaram, o Reino Unido se destacou, com um número total de 6 (21,4%) artigos publicados em periódicos de alto impacto e, em segundo lugar, destaca-se a Espanha com 5 (18%) entre os países europeus. Os Estados Unidos e a China (10,7%) apareceram em terceiro lugar com 3 artigos publicados por cada país, sequenciados por Austrália e Fiji com 1 (3,6%) artigo publicado por cada pesquisador desses países. Já em relação ao Brasil, não se constatou nenhuma publicação no ranking dos dez países mais destacados. Isso pode demonstrar ser um tema pouco investigado, relevante e publicado em periódico de alto impacto científico por estudiosos ou pesquisadores brasileiros, tornando-se numa lacuna de estudo a ser enfatizada.

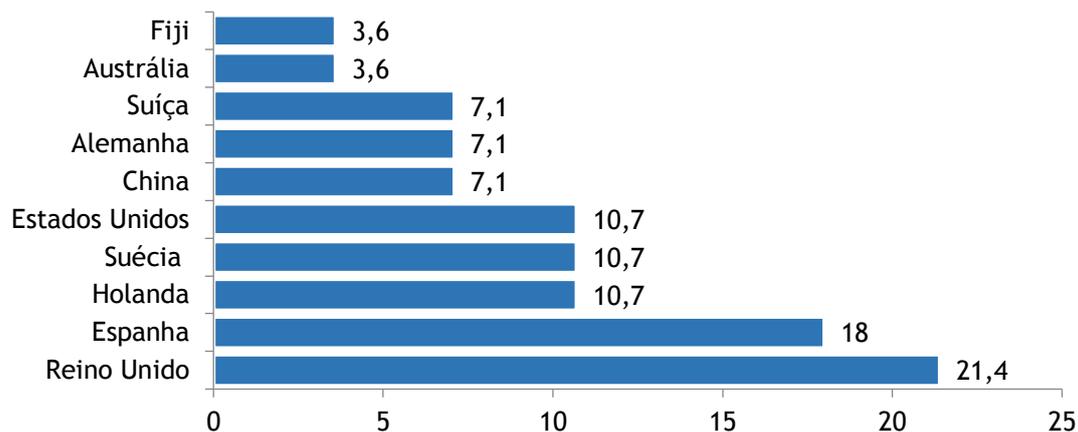


Figura 1. Percentuais de artigos publicados por países.

A Tabela 1 expõe os 10 artigos mais citados no decorrer de 2016-2023 entorno da temática igualdade de gênero, dando ênfase para as informações acerca da distribuição de alguns indicadores bibliométricos, como: artigos e periódicos mais influentes, ano de publicação, título e identificador digital do artigo (DOI), nome do periódico, fator de impacto e citações totais das pesquisas relacionadas a temática deste estudo, com foco nos padrões de colaboração e sua relação com a produtividade e o impacto das principais pesquisas.

Dentre as afiliações que mais desenvolveram pesquisas sobre o tema em questão, destacaram-se a Universidade de London no Reino Unido com a publicação de 2 artigos, empatando no primeiro lugar com a Universidade de Lund, na Suécia, com duas pesquisas relacionadas com as preocupações entre igualdade de gênero e meio ambiente. As demais instituições universitárias, presentes na amostra do estudo, apresentam apenas uma publicação sobre o tema igualdade de gênero e meio ambiente, importante ao cumprimento da ação do objetivo 05 da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Na sequência da trajetória bibliométrica, os autores dos artigos citados na Figura 1, se destacaram com a publicação de um artigo. Constatou-se, por meio da leitura dos artigos, que diferentes pesquisadores, de países distintos, estão desenvolvendo seus estudos científicos abordando questões da sustentabilidade e pensando em estratégias que reduzam a questão de gênero e desigualdade social e sua correlação com o ambiente vivencial.

Tabela 1. Relação dos dez artigos mais citados em 2022, segundo a Clarivate Analytics e seus respectivos dados biométricos.

Ano	Título/DOI	FI	Citação
2018	Does gender make a difference in pro-environmental behavior? The case of the Basque Country University students DOI: 10.1016/j.jclepro.2017.12.079 Periódico: <i>Journal of Cleaner Production</i>	11.072	175
2018	Clean cooking and the SDGs: Integrated analytical approaches to guide energy interventions for health and environment goals DOI: 10.1016/j.esd.2017.11.003 Periódico: <i>Energy for Sustainable Development</i>	5.655	170
2017	The effects of globalization on Ecological Footprints: an empirical analysis DOI: 10.1007/s10668-016-9769-8 Periódico: <i>Environment, Development and Sustainability</i>	4.080	98
2019	What are the impacts of demographic structure on CO2 emissions? A regional analysis in China via heterogeneous panel estimates DOI: 10.1016/j.scitotenv.2018.09.304 Periódico: <i>Science of the Total Environment</i>	10.754	57
2017	Water poverty in upper Bagmati River Basin in Nepal DOI: 10.1016/j.wsj.2016.12.001 Periódico: <i>Water Science</i>	3.500	35
2018	What about gender in climate change? Twelve feminist lessons from development DOI: 10.3390/su10030627 Periódico: <i>Sustainability (Switzerland)</i>	3.889	25
2019	Education for sustainable leadership: Fostering women's empowerment at the University Level DOI: 10.3390/su11205555 Periódico: <i>Sustainability (Switzerland)</i>	3.889	18
2020	European agricultural policy requires a stronger performance framework to achieve the Sustainable Development Goals DOI: 10.1017/sus.2020.5 Periódico: <i>Global Sustainability</i>	-	17
2019	Bringing diversity to nature: Politicizing gender, race and class in environmental organizations? DOI: 10.1177/2514848619866381 Periódico: <i>Environment and Planning E: Nature and Space</i>	3.889	17
2020	Sexual harassment and women seafarers: The role of laws and policies to ensure occupational safety & health DOI: 10.1016/j.marpol.2020.103938 Periódico: <i>Marine Policy</i>	4.315	16

* FI: Fator de Impacto/Periódico. Fonte: Elsevier Scopus (dados coletados em 25 de maio de 2023).

Diante de desafios socioambientais, os autores abordaram temas e desafios articulados a impactos ambientais, a comportamento humanos, a liderança espacial feminina, a mercado de trabalho, a bem-estar psicossocial das mulheres, a economia circular, dentre outras temáticas atreladas à questão da igualdade de gênero em consonância com a Agenda 2030 da ONU. Para os autores dos 28 artigos científicos, as mulheres apresentam valores superiores aos homens em atitude, altruísmo, conhecimento ambiental e comportamento de socioambiental mais sustentável.

Ao analisar a quantidade publicada de artigos, ao longo do período desta investigação, verificou-se uma tendência de crescimento de estudos científicos, mostrando que o interesse sobre a temática em pauta ganhou relevância no curso dos últimos tempos, conforme mostrado na Figura 2. Contudo, houve decréscimo significativo em 2019-2020, resultante da pandemia de COVID-19, que, também, impactou a igualdade de gênero no tocante a distribuição desigual da divisão do trabalho no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos, como assinalaram Alon et al. (2020). Além disso, convém destacar na Figura 2, que o número de artigos publicados oscilou ao longo do tempo do estudo bibliométrico, sendo 2021 o ano de maior publicação. Pelos dados coletados, é possível observar uma oscilação de produções científicas, sendo o ano de 2021 o de maior destaque com um total de 8 publicações. Um fator que pode ser analisado é que, após o ano de 2021, houve uma queda, em que o ano de 2022 obteve somente 6 publicações. Em 2023, o número reduziu fortemente e apenas 1 documento foi publicado até a data-limite desta bibliometria, assim como no ano de 2016. Essa redução de publicação pode estar atrelada ao fato de o ano 2023 ainda não ter concluído. Ressalta-se, ainda, que no ano de 2018 obteve o total de 5 documentos publicados, e a quantidade despencou no ano seguinte, em 2019, com 2 pesquisas, assim como ocorreu em 2017.

Na Figura 3, é apresentada a distribuição de publicação de artigos por 11 áreas de conhecimento científicas distintas. Cada cor representa uma área de conhecimento específica por percentual de publicação. Como é possível observar, a área de conhecimento que mais tem se destacado, com maior número de documentos, é justamente a de Sustentabilidade Ambiental (28,6%), seguida principalmente por publicações em outras áreas (21,4%), Energia (18,4%), dentre outras de menor expressão de publicações. Além disso, a figura 3 mostra a multidisciplinaridade como uma característica fundamental atrelada a pesquisas sobre a relação conexa entre ODS 5, ou igualdade de gênero, e meio ambiente.

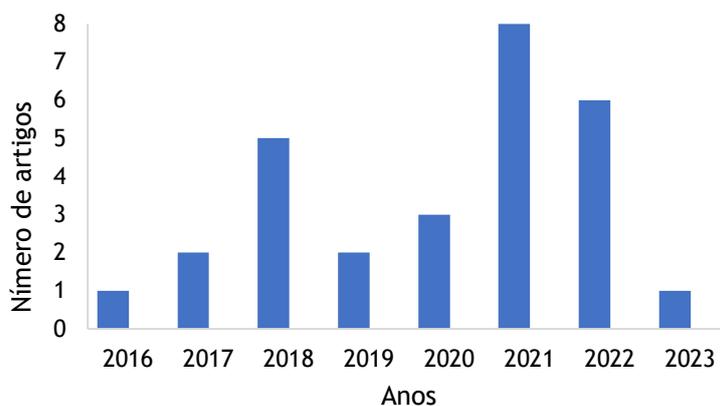


Figura 2. Produção de artigos científicos publicados por ano no período 2016-2023. Fonte: Elsevier Scopus (dados coletados em 25 de maio de 2023).

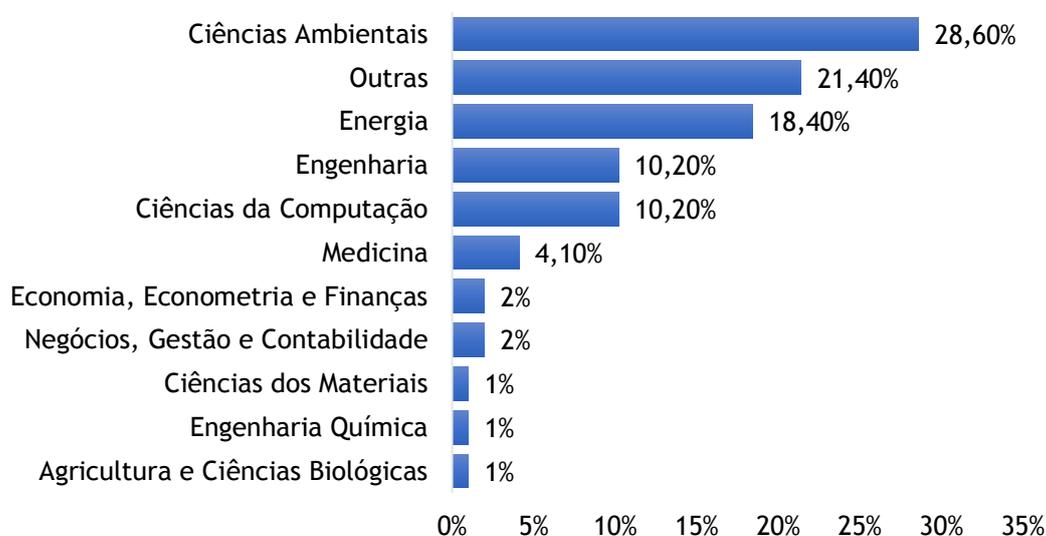


Figura 3. Produção dos artigos de acordo com a área de conhecimento. Fonte: Elsevier Scopus (dados coletados em 25 de maio de 2023).

Face ao exposto, é possível perceber, nos resultados obtidos, a ausência de pesquisas sobre a importância de debates e do estudo pouco quantificado sobre a igualdade de gênero e o meio ambiente vivencial atrelada a Agenda 2030, visto que a pesquisa foi feita a partir de documentos publicados entre 2016 e 2023, ou seja, um intervalo considerável de 7 anos para apenas 28 resultados obtidos com a *string* da busca na *Scopus*. Convém destacar que ainda, sobre tal preocupação, o Brasil se torna um destaque de pouca relevância, visto que, como citado no início do tópico, não mostrou nenhum resultado de documento publicado com relação ao tema, exibindo a possível

negligência do tópico para as instituições de pesquisas brasileiras e, conseqüentemente, não há nenhuma expectativa sobre programas de incentivo e investimento financeiro que contribuam para a diminuição desta causa social e sustentável atualmente.

A Figura 4, elaborada no WordClouds.com (<https://www.wordclouds.com/>), mostra uma nuvem de palavras oriundas dos termos ou palavras-chave mais citados nos artigos selecionados, como gênero, igualdade de gênero, mulheres, equilíbrio, fêmea, humano, educação, dentre outros. Com isso, fica claro que qualquer discussão, na atualidade, que envolva a temática sustentabilidade perpassa pela ênfase a questão ou desigualdade gênero e seus efeitos nefastos. Somente quando a superação da desigualdade de gênero for alcançada se terá uma base sustentável para alcançar os ODS das Nações Unidas até 2030. Os estudos analisados bibliometricamente apontaram para o fato de que, acabar com a discriminação baseada na identidade de gênero, violência (nas mais distintas formas) e práticas nocivas ao bem-viver, reconhecendo a contribuição de todas as mulheres, bem como de indivíduos transgêneros e não-binários, em todos os ambientes de vida socioambientais, permitindo representação equitativa, acesso universal a serviços sexuais e reprodutivos de saúde e de direitos reprodutivos e acesso equitativo à tecnologia e recursos socioeconômicos, são alguns dos desafios do ODS 5 das Nações Unidas sobre alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas e outras minorias sociais.

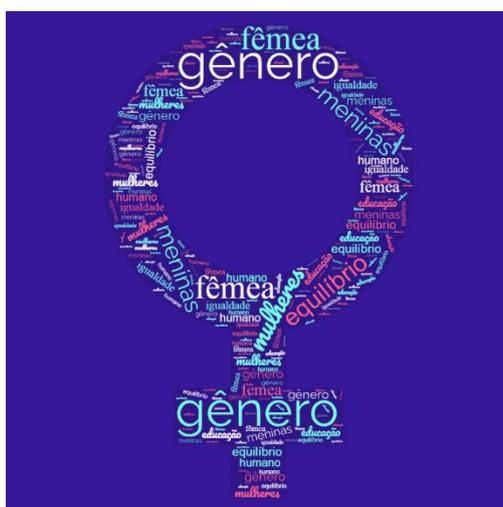


Figura 4. Nuvem das principais palavras-chave citadas nos artigos objeto deste estudo. Fonte: Elsevier Scopus (dados coletados em 25 de maio de 2023).

Os dados providos por esta análise bibliométrica fornecem uma visão panorâmica para a realização de novas pesquisas, ou ainda, permitem a possibilidade de pesquisadores compararem seus dados com os que foram apresentados por este estudo na direção do equilíbrio de gênero em pleno século XXI em conformidade com o objetivo 5 da Agenda 2030 da ONU. Com isso, espera-se que o campo científico desta temática e a sociedade como um todo contribuam para acabar com a discriminação baseada na identidade de gênero e principalmente contra mulheres e meninas, emponderando-as no rumo da conquista da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, dos direitos humanos, da ação humanitária e da paz e segurança (United Nations, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a principal conclusão deste estudo é a de que a discussão envolvendo a equidade de gênero e meio ambiente é uma questão interconexa e interdependente que exige atenção e ação imediata para empoderar meninas e mulheres e, por conseguinte, fortalecer o cumprimento das metas do ODS 5 da Agenda 2030 das Nações Unidas. No atual período de intensas crises ecossociais, a busca pelo equilíbrio de gênero, nos mais distintos ambientes vivenciais, é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Para alcançar tal objetivo, é fundamental que haja políticas e programas públicos e privados que promovam a igualdade de gênero em todas as áreas territoriais e em diferentes organizações sociais, desde a educação até a participação política e o acesso a recursos mais sustentáveis.

Face aos resultados expostos, verificou-se a predominância de estudos científicos tão-somente sobre desafios do alcance da igualdade de gênero e do empoderamento de todas as mulheres e meninas de acordo com os propósitos da Agenda 2030. Isso tem negligenciado, portanto, a discussão científica sobre outras formas de desigualdades de gênero que estão para além dos escopos do ODS 5. Por isso, percebe-se a carência de pesquisas envolvendo os desafios de equidade de gênero centradas em minorias como, por exemplo, os indivíduos transgêneros e não-binários, não mensurados e discutidos pelos 28 artigos, analisados bibliometricamente. Essa é uma importante lacuna de pesquisa que precisa ser valorizada e superada pelos cânones científicos, preocupados com a justiça social e a sustentabilidade da humanidade como um todo.

Pode-se constatar que os estudos, analisados bibliometricamente, são úteis aos pesquisadores e aos tomadores de decisão interessados no tema abordado, pois permitiu uma visão panorâmica de informações de dados bibliométricos sobre algumas estratégias de superação dos desafios de equidade de gênero, principalmente de meninas e mulheres e que são relevantes ao alcance da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- Alexandrino, A., Nery, CB, & Moreira, JL. Revisão bibliográfica da base de dados SciELO sobre a saúde do idoso indígena. *Research, Society and Development*, 11 (14), e381111436613, 2022.
- Alfirević, N., Malešević Perović, L., & Mihaljević Kosor, M. Productivity and Impact of Sustainable Development Goals (SDGs)-Related Academic Research: A Bibliometric Analysis. *Sustainability*, 15(9), 7434, 2023.
- Alon, T., Doepke, M., Olmstead-Rumsey, J., & Tertilt, M. *The impact of COVID-19 on gender equality*. National Bureau of Economic Research, 2020.
- Alves, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Rev. Estud. Fem.* 24 (2), May-Aug., 2016.
- Anholon, R., Rampasso, I. S., Dibbern, T., Serafim, M. P., Filho, W. L., & Quelhas, O. L. G. COVID-19 and decent work: A bibliometric analysis. *Work* (Reading, Mass.), 71(4), 833-841, 2022.
- Baas, J., Schotten, M., Plume, A., Côté, G. & Karimi, R. Scopus as a curated, high-quality bibliometric data source for academic research in quantitative science studies. *Quantitative Science Studies*, v. 1, n.1, p. 377-386, 2020.
- Baker, H.K., Kumar, S. & Pattnaik, D. Twenty-five years of review of financial economics: a bibliometric overview. *Rev. Financ. Econ.* 38, 3-23, 2020.
- Bourdieu, P. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*, Paris: Seuil et Raisons d'agir, 2012.
- Brasil. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nações Unidas, 2015.

Chueke, G. V.; Amatucci, M. O que é bibliometria: uma introdução ao fórum. *Internext*, São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, maio/ago, 2015.

Costa, LK cunha ., Medeiros, T. de SP, Silva, NKN da, Silva, TB do V., Khatar, NF ., Peixoto, IVP ., Valois, RC, & Pamplona, MC do CA. A produção científica de profissionais de saúde sobre homossexualidade feminina e Papanicolau: estudo bibliométrico. *Research, Society and Development*, 11 (17), e240111738282, 2022.

Donthu, N., Kumar, S., Mukherjee, D., Pandey, N. & Lim, W.M. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. *J. Bus. Res.* 133, 285-296, 2021.

George, I., Kuruvilla, M. Gender Responsive Policies for the ‘Decade of Action’. In: George, I., Kuruvilla, M. (Eds), *Gendered Experiences of COVID-19 in India*. Palgrave Macmillan, Cham. 2021.

Marques, L. de S., Carvalho, B. do N., Santos, ZJCG dos, Leão, ASR, & Lobato, T. da C. Igualdade de gênero na participação no mercado de trabalho formal de Santarém-PA: realidade ou utopia? *Research, Society and Development*, 10 (13), 2021.

Roberge, G.; Kashnitsky, Y.; James, C. Elsevier 2022 Sustainable Development Goals (SDG) Mapping; Elsevier: Amsterdam, The Netherlands, Vol. 1, 2022.

Santos, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *GeoTextos*, 1, 2008.

Sachs, J.D., Schmidt-Traub, G., Mazzucato, M. Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. *Nat Sustain* 2, 805-814, 2019.

Sachs, J. D. From millennium development goals to sustainable development goals. *The Lancet*, 379(9832), 2206-2211, 2012.

Sen, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

United Nations. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Resolution 70/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015.

United Nations. *Decade of Action: Ten years to transform our world*. United Nations, 2019.

United Nations. *The 17 goals*. 2021. <https://sdgs.un.org/goals>

Van Tulder, R., Rodrigues, S.B., Mirza, H. et al. The UN’s Sustainable Development Goals: Can multinational enterprises lead the Decade of Action? *J Int Bus Policy* 4, 1-21, 2021.

Escravidão sexual de mulheres e a intervenção do tribunal penal internacional: breve análise do caso Dominic Ongwen violência

Autoras:

Joana Karen das Neves Silva Machado

Bacharelada em Direito no Centro Universitário de João Pessoa/PB

Maria José das Neves Silva

Professora Mestra do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva/DESC/CCS/UFPB

Resumo

O tráfico de mulheres para fins da escravidão sexual consiste em um sério problema global, altamente rentável no âmbito das organizações criminosas e transcende de forma arbitrária os direitos humanos, sendo alvo de indignação e repúdio social. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a intervenção e o combate do Tribunal Penal Internacional nos casos de escravidão sexual contra mulheres, por meio do estudo do caso de Dominic Ongwen, que foi julgado e condenado por crimes sexuais e de gênero. A metodologia usada foi qualitativa, com uma pesquisa documental e bibliográfica, além de um estudo de caso. O artigo verifica que a persecução penal de crimes sexuais, especialmente do crime de escravidão sexual, é relevante para que esse tipo de violência seja efetivamente combatido, protegendo a liberdade e dignidade das mulheres através de tribunais internacionais e dos demais órgãos competentes.

Palavras-chave: Direitos das mulheres. Tráfico de pessoas. Tráfico de mulheres. Direito penal internacional.

DOI: 10.58203/Licuri.21959

Como citar este capítulo:

MACHADO, Joana Karen das Neves Silva; SILVA, Maria José das Neves. Escravidão sexual de mulheres e a intervenção do tribunal penal internacional: breve análise do caso Dominic Ongwen. In: Soares, Maria de Lourdes (Org.). **A sociedade em contexto: História, transformações e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 99-111.

ISBN: 978-65-85562-19-5

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica da condição da mulher na sociedade é marcada pela violação da sua condição humana, atingido os aspectos biopsicossocial, econômico e cultural. Essa realidade, advinda da concepção patriarcal, sobretudo ligada à desigualdade de gênero, se expressa de diversas formas e entre elas a violência, caracterizada segundo a Convenção de Belém do Pará (1994) como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Dessa forma, a violência contra a mulher tem também como uma de suas vertentes, o tráfico para escravização sexual.

O tráfico para escravidão sexual é oriundo de múltiplos fatores intrinsecamente relacionados à pobreza, raça, desigualdade e vulnerabilidade social, representando atualmente um dos mais graves e debatidos fenômenos no Brasil, e em todo mundo. Acrescenta-se que o tráfico de mulheres para a escravização sexual envolve uma rede interligada e lucrativa que atua em diversos países e regiões. De acordo com Organização Internacional do Trabalho (2006) “a percepção da mulher como objeto sexual, e não como sujeito com direito à liberdade, favorece toda forma de violência sexual”.

Nesse contexto, atualmente, diversas iniciativas vêm sendo realizadas para a identificação e o combate ao tráfico de pessoas para escravidão sexual. Assim, ressalta-se o Tribunal Penal Internacional (TPI) que foi criado no ano de 1998 através do Estatuto *de Roma, onde tem por objetivo julgar os indivíduos por crimes graves e de alta comoção social, sendo eles: os crimes de genocídio, crimes contra humanidade, crimes de guerra e os crimes de agressão.*

Nesse sentido, destaca-se o caso de ‘Dominic Ongwen’ um ex-comandante do Exército de Resistência do Senhor ‘LRA’ (grupo rebelde de guerrilha localizado em Uganda na África) condenado pelo Tribunal Penal Internacional por 61 crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Na apreciação final do caso, a Câmara de Julgamento IX do Tribunal Penal Internacional realçou uma série de crimes cometidos dentro das circunstâncias ocorridas na rebelião armada em Uganda. Dentre esses ilícitos, evidenciam-se os crimes sexuais e baseados no gênero.

No que diz respeito aos crimes sexuais e baseados no gênero, em relação à escravidão sexual, Dominic Ongwen cometeu violências gravíssimas contra mulheres, e de acordo com os relatos das vítimas, as mesmas eram ameaçadas de execução se não se casassem com um

comandante, ou um dos membros integrantes do LRA, além dos constantes e repetidos estupros. Assim, esses históricos de agravo à dignidade da pessoa humana, foram analisados e julgados minuciosamente pelo Tribunal Penal Internacional, considerando que é uma prática delituosa de grave violação aos direitos humanos.

Diante do exposto, discutir sobre a temática em questão é relevante, considerando que a violência perpassa cotidianamente por todos os âmbitos na vida da mulher em sociedade. O estudo visa trazer o assunto à luz da discussão, analisando a atuação do TPI em casos graves de violação dos direitos humanos, especificamente o das mulheres, refletindo sobre o julgamento eficaz e contundente de Dominic Ongwen. Assim, entende-se que crimes dessa natureza devem ser denunciados, julgados e punidos. Cabe aos órgãos competentes fiscalizar de forma constante, e adentrar nas nuances veladas quanto a ameaça, e violência em que na maioria dos casos impedem a efetivação da denúncia por parte das mulheres vitimadas.

A pesquisa foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, focando na literatura especializada sobre as principais categorias expostas na proposta do estudo. Diante da problemática apresentada o trabalho tem como objetivo analisar a intervenção e o combate do Tribunal Penal Internacional nos casos de escravidão sexual contra mulheres, por meio do estudo do caso de Dominic Ongwen, que foi julgado e condenado por crimes sexuais e de gênero.

BREVE HISTÓRICO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE: DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A condição da mulher na sociedade é uma questão que se remete aos primórdios da sociedade patriarcal até os dias atuais. Durante longos anos, o seu papel ficava restrito as atividades do lar e família, sobretudo exclusas do campo da produção intelectual, sendo subestimadas e discriminadas. Ao homem era atribuído, não apenas o papel de provedor e protetor, mas também poderia desenvolver outras atividades, sejam no campo do intelecto, físico ou pessoal. Acrescenta-se ainda que, a divisão de papéis sociais, estava também arraigada a ideia de que mulher era sexo frágil, reforçando a postura do homem de que a mesma deveria ser subalterna, e estar sob a ótica da sua governança.

De acordo com Lopes *et al.* (2008, p.22):

Por muito tempo, a mulher foi excluída do conceito de cidadão e das instâncias de poder, cabendo ao homem exercer a cidadania e decidir os destinos da sua sociedade. Com essa opressão, desenvolveu-se uma cultura

machista de desvalorização da mulher. A sociedade cultuava, propagava e repassava a outras gerações valores representantes da dominação masculina e da submissão feminina, como se houvesse uma superioridade natural do homem que devesse ser aceita e ensinada às gerações futuras.

Conforme evidenciado acima, a exclusão da mulher de diversas participações no meio social, político e trabalhista, desencadeou uma longa trajetória de luta em busca da conquista de seus direitos, culminando na efetivação do seu acesso à educação, ao voto, a autonomia feminina e dentre outros direitos que foram fundamentais para o avanço da participação da mulher na sociedade.

Diotto e Souto ressaltam que (2018, p.05):

O esforço para minimizar as diferenças originadas a partir do lado biológico, surge, principalmente, de outras mulheres que foram capazes de protagonizar causas e batalhas femininas, saindo da esfera privada e partindo para a esfera pública, com o propósito de reivindicar direitos e rediscutir a própria condição da mulher.

Os avanços na efetivação dos direitos da mulher na sociedade são significativos, sobretudo em relação à violência de gênero e a igualdade de direitos. Contudo, outra batalha árdua vem sendo travada quanto ao enfrentamento da “desigualdade de gênero” nos espaços públicos (reflexo da posição assumida pelos homens durante anos). A determinação de papéis específicos, a inferioridade salarial, a violência e discriminação sofrida pela mulher geram sérios prejuízos quanto aos aspectos biopsicossociais e econômico. Assim, ainda que os direitos sejam assegurados, na prática essa igualdade não se verifica.

Nesse sentido, Mattos *et al.* explica (2015, p.212):

A desigualdade pode ser compreendida como um fator inerente do processo histórico, social e cultural e a iniquidade corresponde a uma injustiça de acesso às melhores condições de vida e saúde na sociedade, falta de oportunidade e tratamento igualitário em sociedades divergentes. [...] Por isso que a construção da vida das mulheres e dos homens nas sociedades desiguais fazem parte de uma distribuição desigual de poder. Este fato pode ser percebido pela subordinação histórica da população feminina com restrição de crescimento social [...] Com isso observa-se que quanto

maiores são as desigualdades sociais, maiores serão as desigualdades de gênero.

Em consonância com os autores supracitados, observa-se que a relutância em sobrepor o sexo masculino ao feminino, especialmente na manutenção de cargos, privilégios, envoltos pelo preconceito e discriminação, culminaram em outro grave problema social que é a violência contra a mulher, expressadas através de agressões psicológicas, físicas, sexuais, patrimoniais e morais. Sendo assim, os resquícios da ideia da mulher como propriedade privada (satisfazer e atender aos desejos masculinos) ainda são claramente manifestados atualmente. A violência advinda desse comportamento tem sido um dos fatores mais preocupantes, sobretudo considerando que se torna um pré-requisito para o sistema criminoso que acarreta o tráfico de mulheres.

Conforme alerta Souza (2018, p.8):

O problema é mais grave do que se imagina, na medida em que para muitas mulheres, “os proxenetas e as máfias da prostituição são considerados a única salvação possível diante da perspectiva de uma vida de miséria, doenças e pobreza à qual estariam condenadas em seus países de origem. Por isso, estão dispostas a suportar o que for para fugir para o Primeiro Mundo”, que as marginaliza. Isso é consequência do processo histórico de discriminação e opressão da mulher.

Portanto, por mais que existam leis transnacionais que asseguram os direitos das mulheres, e grupos feministas que lutam por direitos isonômicos, a perpetuação do preconceito ainda é visivelmente manifestado através do crescimento estatístico da violência contra o gênero feminino, podendo gerar diversas espécies de crimes, como por exemplo, o tráfico de mulheres que é uma categoria dentro do tráfico de pessoas.

TRÁFICO DE MULHERES PARA ESCRAVIDÃO SEXUAL

O tráfico de pessoas é um problema com repercussão global, tendo como objetivo comercializar e escravizar o ser humano, com intuito de lucro financeiro. Intrinsecamente relacionado ao mesmo, encontra-se a exploração sexual. Segundo informe do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (2018, p.10) “a grande maioria das vítimas de tráfico detectadas

para exploração sexual são do sexo feminino e 35% das vítimas de tráfico para trabalhos forçados são também do sexo feminino, tanto mulheres como meninas”.

O tráfico internacional de mulheres para fins da escravidão sexual faz vítimas de diversos níveis sociais, especialmente com as que se encontram em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza. A questão da desigualdade social é um dos fatores que mais são evidenciados como primordiais na hora da escolha do traficante, onde mulheres com status de vida financeira menos favorável acabam ficando sujeitas a exploração sexual ao se depararem com propostas para melhores condições de vida. Sendo assim, os traficantes se aproveitam de fortes desejos que a vítima tem em mudar da realidade que vive, onde muitas vezes estão em situações de agravo aos direitos humanos (tortura e maus tratos, abuso sexual, violência doméstica, privação de liberdade).

Ainda de acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (2020, p.33) “Globalmente, a maioria das vítimas é traficada para esse fim de exploração sexual. Em 2018, 50 por cento das vítimas detectadas foram traficadas para exploração sexual e 38 por cento foram traficados para trabalhos forçados”. Dentro dessa rede interligada de traficantes infiltrados em diversos lugares do mundo, as vítimas ao chegarem ao destino final, sofrem diversos tipos de violência. Diante disso, Albuquerque e Lima (2017, p.85) destacam que “as ameaças são constantes, sendo principalmente de morte ou de violência física, havendo casos de estupro e violência psicológica, fora as condições precárias de habitação, alimentação e trabalho”.

O Relatório Global do UNODC/*United Nations Office on Drugs and Crime* (2018, p.13) alerta que:

Embora o tráfico para exploração sexual possa ser realizado pelos criminosos por meio do uso da violência física e coerção, as vítimas também podem ser envolvidas nesse crime por meio de abuso de vulnerabilidades, poder e engano. As vítimas podem ter dificuldade em falar de suas experiências por medo, falta de confiança ou vergonha. As instituições que lidam com o tráfico devem ser capazes de identificar os diferentes e, muitas vezes, complexos contextos e realidades em que a exploração sexual ocorre, a fim de responder às necessidades físicas, psicológicas, sociais e econômicas das vítimas.

Conforme expresso no Relatório Global do UNODC é necessário a existência de órgãos focados não apenas na resolução do crime, mas também preparados para proporcionar suporte psicológica as vítimas com problemas advindos dos traumas vivenciados. É oportuno destacar que, existem diversas formas de legislação, ou normas principiológicas que guiam jurisprudências de países diversos, para o combate efetivo do crime, uma vez que representa um problema mundial

que atinge diretamente as esferas da sociedade, inclusive a econômica, tendo em vista que o crime de tráfico humano é um dos mais rentáveis. Sendo assim, é de suma importância que haja responsabilidades internacionais acerca do assunto.

DEFINIÇÃO DO CRIME DE ESCRAVIDÃO SEXUAL NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL INTERNACIONAL

No combate ao tráfico humano, diversas medidas legais ou regulamentares foram elaboradas no intuito de assegurar a penalidade dos sujeitos pertencentes a essa organização criminosa. No Brasil a ratificação do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (2004), constituiu-se como um relevante instrumento internacional. Em seu artigo 2º estabelece o combate a qualquer forma de tráfico de pessoas, sobretudo dando o enfoque maior para as mulheres e crianças, e, além disso, buscando proteger as vítimas deste crime através da cooperação dos Estados Partes.

A exploração sexual é configurada como crime de Tráfico de Pessoas e de acordo com o Protocolo “exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.

Outra valiosa ferramenta documental é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1948). Os preceitos contidos na mesma (direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal, proibição de todo e qualquer tipo de ato desumano que degrade a dignidade humana) serviram de alicerce jurídico na elaboração de várias constituições e jurisprudências em diversos países-membros.

Por sua vez, os crimes internacionais de grave repercussão foram contemplados pelo Estatuto de Roma (2002) para o Tribunal Penal Internacional, que tem competência para julgar os crimes contra a humanidade, crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes de agressão. Em sua legislação, a escravidão é considerada um crime contra a humanidade e um crime de guerra, conforme está expresso no artigo 7º e artigo 8º. Acrescenta-se ainda que o estatuto define escravidão como o ato de se apropriar de alguém, em específico, mulheres e crianças, para fins do tráfico de pessoas.

Com todo esse arcabouço jurídico e sendo de competência do Tribunal Penal Internacional o julgamento de crimes graves e de grande repercussão, em de 2015, foi encaminhado ao Centro de Detenção do TPI o ex-comandante do exército da resistência do senhor (LRA) Dominic Ongwen, acusado de cometer diversos crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

CASO DOMINIC ONGWEN

A biografia de Dominic Okumu Savio (Dominic Ongwen) nascido no norte de Uganda relata que o seu envolvimento com o grupo rebelde de guerrilha, o Exército de Resistência do Senhor (LRA) se deu a partir do momento em que foi sequestrado a caminho da escola, ainda criança (entre 9 e 14 anos). O objetivo do grupo era instruí-lo para que, posteriormente, se tornasse um membro do exército, sendo obrigado a presenciar e participar de cenários de torturas e tratamentos desumanos. O LRA apresenta um histórico de arbitrariedades (tortura em torno de 100.000 pessoas, sequestrar 60.000 crianças) do Sudão, na República Democrática do Congo e na República Centro-Africana¹.

O Ex-guerrilheiro do LRA tem o seu desenvolvimento enquanto sujeito alicerçado num ambiente repleto de violência e, sobretudo com instrução voltada para torna-se um soldado desde a mais tenra infância. Por conseguinte, torna-se um homem cruel, e aos 18 e 20 anos já assume cargos hierárquicos de destaque no exército (major, brigadeiro e comandante). Destaca-se que uma das suas tentativas de fugir quando criança, não foi bem sucedida.

Segundo Geada (2021)

Um dos horríficos relatos que se ouviram no tribunal foi a história de uma tentativa de escapar por parte de Ongwen e outras três crianças. Quando foram descobertos, Ongwen foi obrigado a esfolar vivo um dos seus colegas, um aviso para o que lhe iria acontecer se voltasse a tentar fugir. “Eles esfolaram-no no vivo, removeram-lhe os intestinos e puseram-no nas árvores”, relatou o psiquiatra perito em crimes de guerra, Dickens Akena, citou a CNN. “Depois disso, [Ongwen] disse que não conseguiu comer carne durante dois ou três meses.

Observa-se a trajetória de vida a qual Ongwen foi forçadamente imposta, o torna um dos mais perversos comandantes do LRA, culminando em atos bárbaros, semelhantes aos sofridos durante toda a sua história. Assim, além de praticar tais atos contra toda uma população civil, é

¹ Texto construído com base em: RFI. RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **Menino-soldado condenado pelo TPI por massacres em Uganda foi transformado em máquina de guerra.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/02/04/menino-soldado-condenado-pelo-tpi-por-massacres-em-uganda-foi-transformado-em-maquina-de-guerra.htm>. Acesso em: 22/06/2021; INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Decision on the confirmation of charges against Dominic Ongwen.** Disponível em: https://www.icc-cpi.int/courtrecords/cr2016_02331.pdf. Acesso em: 22/06/2021.

impressionante o quanto muito dos seus crimes eram direcionados às mulheres, utilizado de força brutal contra essas. Dessa forma, o seu histórico o conduz ao TPI, sendo acusado de crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

ACUSAÇÕES POR CRIMES CONTRA HUMANIDADE E CRIMES DE GUERRA

No final dos anos de 1980, deu-se o início do conflito da revolução armada entre o governo de Uganda e o LRA perdurando durante anos. Atualmente, ainda há reflexos da continuidade do mesmo. Ressalta-se que, a sociedade civil torna-se a mais atingida violentamente diante de tal conflito, sendo necessária a efetiva denúncia e responsabilização dos criminosos envolvidos. Nesse sentido, após diversos anos realizando práticas arbitrárias dentro do território ugandês, Ongwen se entregou em 2015 para a República Centro-Africana, e posteriormente encaminhado para competência do TPI, sendo submetido a julgamento. Dessa forma, o mesmo foi acusado de cometer 70 crimes contra humanidade e crimes de guerra, durante o período, aproximadamente, de 2002 a 2005.

Algumas das acusações acerca dos crimes cometidos contra a humanidade e crime de guerra estão os de ataque a vários campos de refugiados. Além disso, na categoria dos crimes de violência sexual e de gênero, o TPI tipifica os crimes de escravidão, escravidão sexual, estupro, agressão a civis, assassinato, tortura, tratamento cruel, tentativa de homicídio, perseguição política, pilhagem e ultrajes à dignidade pessoal, recrutamento de crianças menores de quinze anos para participar ativamente das hostilidades.

Ademais, Elisabeth Wood (2018, p.513-537) afirma que alguns grupos armados, como o LRA, adotam políticas de práticas de escravidão sexual, prostituição forçada e casamentos forçados como forma de regular a vida sexual e reprodutiva dos combatentes. No caso do LRA, a milícia adotava a prática de casamentos forçados e abdução de garotas para fins de escravidão sexual como parte de sua política organizacional. Considerando os aspectos acima descritos, os crimes sexuais e baseados no gênero foram executados de forma brutal contra as mulheres. Os relatos a seguir das mulheres sequestradas e torturadas através da escravidão sexual, e do trabalho laboral escravo ratificam o caráter desumano de Ongwen e do grupo LRA.

RELATOS DE MULHERES ESCRAVAS SEXUAIS DURANTE A GUERRA

No julgamento de Dominic Ongwen, compareceram perante o TPI 8 mulheres (denominadas “esposas” de Ongwen). Os relatos das vítimas “P-99, P-101, P-214, P-226, P-227, P-235 e P-236”, exceto a “P-198” (depoimento desconsiderado por inconsistência), reafirmam em

juízo, as atrocidades a elas atribuídas (sequestro, escravidão sexual, cativo, atividades laborais forçadas, gravidez forçada, violência física, moral e psíquica). É relevante destacar que as mulheres depoentes eram, em sua maioria, crianças e adolescentes vulneráveis que tiveram a sua infância e juventude degradadas, levando-as a traumas significantes no decorrer de suas vidas.

Observa-se a consonância dos depoimentos, conforme as falas das depoentes P-226 e P-236 a seguir:

Testemunhado em 15 e 16 de setembro de 2015. Ela testemunhou que foi sequestrada por combatentes armados do LRA sob o comando de Dominic Ongwen em aproximadamente 1998, quando tinha cerca de 7 anos de idade. Logo após seu sequestro, ela foi feita um ting ting na casa de Dominic Ongwen, realizando tarefas domésticas, como buscar água e coletar vegetais para cozinhar. Ela foi estuprada por Dominic Ongwen pela primeira vez quando tinha cerca de 10 anos de idade. Mais tarde, Dominic Ongwen anunciou que (P-226) havia se tornado sua chamada “esposa”. Cada vez que Dominic Ongwen fez sexo com ela até sua fuga em 2003, foi forçado, pois ela não tinha escolha. Ela também foi forçada a realizar tarefas domésticas, incluindo cortar grama para dormir, cozinhar e carregar utensílios de cozinha. Em algum momento no final de 2002 ou início de 2003, Dominic Ongwen forçou (P-226) a espancar até a morte um soldado UPDF que seus combatentes haviam capturado durante um ataque a Patongo no norte de Uganda (TPI, 2016).

Testemunhado em 16 de novembro de 2015. De acordo com seu depoimento, ela foi sequestrada por combatentes do LRA em setembro de 2002, quando tinha 11 anos, e imediatamente distribuída para Dominic Ongwen. Ela passou quase 13 anos no mato até sua fuga em abril de 2015. Durante o tempo relevante para as acusações apresentadas pelo Promotor, ela trabalhou como ting ting na casa de Dominic Ongwen, sendo privada de sua liberdade e reduzida a uma condição servil, executar diferentes tarefas domésticas, como lavar, cozinhar e lavar roupa (TPI, 2016).

É chocante a violência pela qual foram submetidas essas mulheres, sobretudo, ainda que demonstrassem comportamento de subserviência. Os relatos expressam de forma comovente a desumanidade, frieza e descaso de Ongwen e dos seus subalternos em relação a discriminação de gênero. No entanto, todo arcabouço de sustentação do LRA arruína-se quando Dominic Ongwen entrega-se, sendo encaminhado ao TPI para julgamento.

JULGAMENTO E SENTENÇA PERANTE O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Em 6 de dezembro de 2016, foi iniciado o julgamento de Ongwen, sendo o seu caso submetido a análise e discussão profunda na qual participaram três juízes (Bertram Schmitt, Péter Kovács e Raul Cano Pangalangan). Posteriormente, em maio de 2021 (em razão da maioria) o veredicto final é proferido, sendo Dominic Ongwen sentenciado a 25 anos prisão pelos crimes de ataque contra população civil, homicídio, tentativa de homicídio, tortura, tratamento cruel, escravidão, escravidão sexual, pilhagem, perseguição, ultrajes à dignidade pessoal, perseguição, destruição de propriedade, gravidez forçada, casamento forçado, estupro, recrutamento de crianças menores de 15 anos em um grupo armado e usando-os para participar ativamente nas hostilidades, e outros atos desumanos.

É relevante destacar que os crimes sexuais relacionados ao gênero feminino foram determinantes para o agravo da pena, considerando a grave violação da dignidade humana as quais as mulheres foram vítimas, desembocando em sérios agravos a saúde mental no transcorrer da vida. O caso Ongwen constitui-se como um exemplo eficaz de julgamento no tocante ao crime de escravidão sexual feminina, firmando uma jurisprudência internacional sólida.

É importante alertar que o tráfico de mulheres para exploração sexual ainda continua sendo um problema preocupante, considerando que envolve redes criminosas interligadas mundialmente. Dito isto, compreendemos a importância da responsabilização dos órgãos competentes no combate ao tráfico, e a necessidade de uma presente atuação por parte do Estado que possa proporcionar capacitação, oferecendo oportunidades de meios de sobrevivência que possibilite a essas mulheres uma melhor qualidade de vida e exercício pleno de sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma pesquisa acerca da escravidão sexual de mulheres e a intervenção do Tribunal Penal Internacional, analisando o caso de Dominic Ongwen e os crimes por ele cometidos. Ao pesquisar sobre a trajetória histórica da condição da mulher na sociedade, observou-se que a violência e o preconceito são fatores preponderantes no desenvolver das organizações criminosas no aspecto do tráfico de mulheres para fins da exploração sexual. Mulheres e crianças, em sua maioria, são traficadas em razão da vulnerabilidade social, e as situações de conflitos armados agravam ainda mais. Ao estudar o caso de Dominic Ongwen, percebeu-se que dentre os 61 crimes de guerra e crimes contra a humanidade executados, os crimes sexuais foram em razão da condição de gênero.

O julgamento eficaz de Dominic Ongwen representa um dos grandes e efetivos avanços solucionados pelo Tribunal Penal Internacional, produzindo uma jurisprudência sólida no campo de crimes sexuais e de gênero, o que contribui tanto para a persecução penal desse tipo de crime, quanto para prevenir que casos assim continuem ocorrendo e fiquem impunes. Observando, portanto, a importância de suportes legais para alcançar a liberdade, igualdade e dignidade humana, em específico das mulheres e crianças, que são alvos de organizações criminosas e grupos armados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R.A; LIMA, A.F. **Tráfico de mulheres e direitos humanos: análise dos discursos veiculados na telenovela "salve jorge"**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100006&lng=pt&nrm=iso#ast1a. Acesso em: 20/06/2021.

BRASIL. CONTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm. Acesso em: 31/05/2021.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 30/04/2021.

DIOTTO, N; Souto R.B. **Desigualdade de gênero e misoginia: a violência invisível**. Disponível em: http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/10a-jornada-de-pesquisa-e-9a-jornada-de-extensao-do-curso-de-direito/artigos/5-ciencias-criminais-processo-penal-e-direitos-humanos-perspectivas-dialogos-e-embates/desigualdade-de-genero-e-mosoginia_a-violencia-inisivel.pdf. Acesso em: 31/05/2021.

GEADA, H. JORNAL N. **Uganda. uma "formiga branca" assassina**. Disponível em: https://ionline.sapo.pt/artigo/725361/uganda-uma-formiga-branca-assassina?seccao=Mundo_i. Acesso em: 20/06/2021.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Decision on the confirmation of charges against Dominic Ongwen**. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/CourtRecords/CR2016_02331.PDF. Acesso em: 20/06/2021.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Document containing the charges**. P. 6-7. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/RelatedRecords/CR2015_25222.PDF. Acesso em: 23/06/2021.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **O Tribunal**. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/Publications/Elementos-de-los-Crimenes.pdf>. Acesso em: 31/05/2021.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Sentence**. P. 37-48-97-98. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/CourtRecords/CR2021_04230.PDF. Acesso em: 01/07/2021.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Transcript**. P. 22. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/Transcripts/CR2021_01038.PDF. Acesso em: 01/07/2021.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Trial Judgment**. P. 909. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/CourtRecords/CR2021_01026.PDF. Acesso em: 01/07/2021.

LOPES, A.M.D. *et al.* **Gênero: fator de discriminação na teoria e prática dos direitos fundamentais das mulheres**. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12155/1/2008_art_amdlopes.pdf. Acesso em: 14/07/2021.

MATTOS A.I.S. *et al.* **Desigualdades de gênero: uma revisão narrativa**. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/download/372/302>. Acesso em: 31/05/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 31/05/2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233892.pdf. Acesso em: 30/04/2021.

SOUZA, M.C. **O Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração Sexual: Prevenção, Assistência, Repressão e Punição em Fortaleza, Ceará**. Disponível em: <https://www.uni7.edu.br/ic2011/64.pdf>. Acesso em: 20/06/2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/TiP_PT.pdf. Acesso em: 30/04/2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Relatório global sobre o tráfico de pessoas**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2021/GLOTiP_2020_15jan_web.pdf. Acesso em: 31/05/2021.

WOOD, Elisabeth Jean. **Rape as a Practice of War: Toward a Typology of Political Violence**. *Politics & Society*, s.l., v. 46, n. 4, p. 513-537, 2018.